

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

EMIGRAÇÃO: OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS PELOS
ADOLESCENTES A PARTIR DA AUSÊNCIA DOS SEUS PAIS

Stela Maris Bretas Souza

Belo Horizonte

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Stela Maris Bretas Souza

**EMIGRAÇÃO: OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS PELOS
ADOLESCENTES A PARTIR DA AUSÊNCIA DOS SEUS PAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Stengel

Belo Horizonte

2008

Stela Maris Bretas Souza

Emigração: os sentidos construídos pelos adolescentes a partir da ausência dos seus pais

Dissertação apresentada publicamente para o
Programa de Pós-graduação em Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,

Dra. Márcia Stengel (Orientadora) – PUC Minas

Dr. José de Souza Miguel Lopes – Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR)

Dra. Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas

Belo Horizonte, 14 de Outubro de 2008.

À minha família,
que sempre me apoiou nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, fonte de fé e de esperança.

À Professora Dr^a. Márcia Stengel, a quem dedico carinho especial, por ter me amparado, incentivado e confiado em mim sempre. Agradeço, ainda, pelo privilégio de aprender e poder partilhar períodos agradáveis ao seu lado.

A todos os professores do mestrado que me apoiaram nessa caminhada, cheia de incertezas, dúvidas, mas também de anseios e desejos de aprender cada vez mais.

Aos professores José Miguel e Maria Ignez, pelas contribuições inestimáveis a esta dissertação.

Ao programa do Mestrado em Psicologia da PUC Minas, pela possibilidade de realização de um sonho.

Aos meus pais, por sempre acreditarem no meu potencial, independentemente dos momentos difíceis por que passei durante essa trajetória.

Ao Paulo, meu companheiro de todas as lutas e de todas as ocasiões, sem o qual seria impossível a concretização desse trabalho.

Aos meus filhos, Thiago e Matheus, pela compreensão que tiveram face à minha ausência de muitos momentos em família.

Aos adolescentes que aceitaram o convite e propiciaram a realização deste trabalho.

À Fernanda, pelo apoio e disponibilidade.

A todos que de algum modo contribuíram para a efetivação desta pesquisa.

“Vê um filme de quando em vez,
Não domina o idioma inglês.
Lava chão numa casa de chá.
Ambiciona estudar canto lírico.
Tem saudade do Ceará, mas não muita...
se puder, vai ficando por lá...”

Chico Buarque

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar os sentidos dados à emigração, a partir da ausência das figuras parentais na vida dos adolescentes. O interesse em realizar esta pesquisa deve-se ao fato de que, nas últimas décadas, foi possível se observar uma forte emigração dos jovens adultos da cidade de Ipatinga, localizada na região do Vale do Aço, em Minas Gerais, para diversos países, especialmente os Estados Unidos. A adolescência marca, em nossa sociedade, a transição entre a infância e a idade adulta, e é caracterizada por várias transformações biopsicossociais, fundamentais para a construção da identidade dos jovens. Sabe-se que os adolescentes, ao viverem o seu dia-a-dia, relacionam-se com muitas e diferentes pessoas e, de diversos modos, interiorizam valores que constituem essas relações, ao mesmo tempo em que vão construindo suas próprias formas de entender o mundo. Para compreender os sentidos dados pelos adolescentes à emigração dos pais, foi necessário investigar sobre as migrações, o contexto social no qual as mesmas estão inseridas e as implicações psicossociais de tal fenômeno. Também se procedeu ao resgate histórico das configurações da família, buscando entender suas transformações até a atualidade e compreender como o modelo de família mais contemporâneo interfere nas relações com os adolescentes. Para tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro adolescentes de Ipatinga, entre 14 e 18 anos, cujos pais ainda estavam ausentes em função da emigração, por um período que variava entre quatro a sete anos. Através das entrevistas foi possível analisar os sentimentos e os sentidos dados à emigração. Os adolescentes revelaram como a ausência dos pais interfere em suas relações familiares, sociais, escolares e, ainda, em sua perspectiva de futuro. Para eles, de um modo geral, a emigração de seus pais teve conseqüências negativas, o que, portanto, não justifica e não compensa a ausência.

Palavras-chave: Emigração. Família. Adolescência.

ABSTRACT

This research aims at investigating the meanings given to emigration from the absence of the parental figures in the life of adolescents. The interest in carrying out this research is due to the fact that in the last decades, we can observe a great emigration of young adults from Ipatinga city, located in a region called Vale do Aço in Minas Gerais to several countries, especially the United States. The adolescence marks in our society the transition between childhood and adulthood, and it's characterized by several biopsychossocial transformations, essential to young people's identity construction. It's known that the young people in their daily lives, relate to a lot of different people in several ways, making them interiorize values that constitute these relations and, at the same time these young people construct their own ways to understand the world. To understand the meanings given by adolescents to their parents' emigration was necessary to investigate into migrations, the social context in which these migrations were inserted and the psychossocial implications of such phenomenon. It was also proceeded the recovery of the historical configurations of the family in order to understand its transformation up to the present time and how the more contemporary family model interferes in the relations with the adolescents. Therefore, semi-structured interviews were made with four adolescents from Ipatinga, between 14 and 18 years old, whose parents were still absent due to emigration for four to seven years. From the interviews it was possible to analyze the feelings and the meanings given to emigration. The adolescents revealed how the absence of their parents interferes in their family, social and school relations, besides their future perspective. For them, in general, their parents' emigration had negative consequences, for this reason, it doesn't justify or compensate the absence.

Key-words: Emigration. Family. Adolescence.

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 Caracterização dos sujeitos entrevistados	66
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MIGRAÇÕES	13
3 FAMÍLIA	32
3.1 Revisão Histórica	36
3.1.1 A História da Família na Europa:	36
3.1.2 A História da Família Brasileira	42
3.2 Adolescência, contemporaneidade e família	53
4 METODOLOGIA.....	62
4.1 Caracterização da pesquisa	62
4.1.1 Caracterização dos sujeitos entrevistados.....	65
4.2 Instrumentos e Procedimentos	67
4.3 Os sentidos da emigração das figuras parentais para os adolescentes	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES.....	97

1 INTRODUÇÃO

Assistimos nas últimas décadas no Brasil a uma crescente mobilidade social interna, evidenciada pelos diferentes fluxos emigratórios. Esses se caracterizam por um processo dinâmico, complexo e que provoca um impacto no contexto da família e nas relações familiares, principalmente entre pais e filhos adolescentes.

Em virtude dessa nova realidade social comecei a vivenciar em meu consultório de psicologia, a partir de 2002, situações de atendimentos clínicos, de crianças e adolescentes cujos pais estavam emigrados para diversos países. A época da emigração destes em relação à idade dos filhos, bem como a decisão sobre qual membro da família iria emigrar variava muito, pois dependia, em grande parte, dos objetivos almejados com a emigração.

A justificativa para a procura por atendimento psicológico baseava-se em problemas escolares e/ou comportamentais. A responsabilidade pelo “cuidar” dos filhos ficava com avós, tios, dentre outros parentes que procuravam se isentar da “culpa” e responsabilidade pelos problemas apresentados por tais crianças e adolescentes. À medida que atendia os responsáveis no consultório, evidenciava-se um grande conflito em relação ao lugar que ocupavam para as crianças/adolescentes que cuidavam.

Para essas crianças/adolescentes o conflito era ainda maior, porque apesar de os pais estarem virtualmente presentes através da internet e dos telefonemas, isso não compensava a ausência e suas conseqüências nas relações familiares. Fazia-me constantemente o seguinte questionamento: como se estruturam, se organizam as relações entre pais e filhos numa situação de emigração das figuras parentais?

Para responder a questão acima procurei analisar, a partir da ausência dos pais, os sentidos construídos pelos adolescentes, em relação à emigração. Para tal, foi necessário investigar sobre as migrações, o contexto social no qual as mesmas estão inseridas e as implicações psicossociais de tal fenômeno.

Nesse contexto, como psicóloga e residente da região metropolitana do Vale do Aço – região situada a 220 km de Belo Horizonte e que congrega as cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo –, pude observar que os emigrantes, em sua maioria, são jovens adultos que têm entre 20 e 30 anos de idade e que vão para países como Estados Unidos, Canadá, Itália, França, Inglaterra e Portugal. Martes (1999) afirma que o índice de emigração no Vale do Aço, principalmente para os Estados Unidos, é considerado um dos maiores do país.

Acredita-se que uma das causas desse fenômeno na região possam estar diretamente ligadas às privatizações e aos programas de demissão voluntária ocorridos nas grandes empresas do Vale do Aço (ACESITA, CENIBRA e USIMINAS), principalmente na década de 1980. A região é eminentemente industrial, na qual a geração de empregos e, conseqüentemente, de renda, dependem fundamentalmente dessas empresas e das políticas econômicas do país.

Essas ações repercutiram nas relações com as comunidades locais, gerando instabilidade, pois as empresas é que sempre sustentaram economicamente a região. Na possibilidade de redução de renda e, portanto, de seu padrão social, a emigração aparece como alternativa plausível para se evitar esse quadro. Assim, os jovens adultos de Ipatinga criam e ainda crêem que farão “fortuna” em outro país e em pouco tempo de trabalho. Logo, poderão voltar ao seu país de origem com a ascensão social garantida.

Essas observações só reforçaram as minhas indagações sobre as implicações da emigração dos pais, para os filhos adolescentes. A adolescência marca, em nossa sociedade, a transição entre a infância e a idade adulta, e é caracterizada por várias transformações biopsicossociais, promovendo a construção da identidade dos jovens.

Percebe-se, na atualidade, uma preocupação crescente com os adolescentes, principalmente na escola e na família. Diversas pesquisas têm sido desenvolvidas com o intuito de compreender essa fase do desenvolvimento humano e, por conseguinte, o comportamento dos adolescentes.

Dessa forma, concordamos com Marques, citado por Alves (2005), quando afirma que é na complexidade das relações entre família, escola, trabalho, consumo e lazer que os adolescentes constroem sua identidade, constituem redes de relações sociais significativas, aumentando a sociabilidade. Assim, é na variedade de papéis de aluno, amigo, filho, trabalhador e consumidor que os adolescentes conseguem construir sua identidade.

A adolescência, componente de um ciclo de vida individual, ocorre dentro e concomitante a outro ciclo, o de vida familiar. Esse é formado por quatro fases¹, cada qual com suas características próprias. No período de transição de uma fase para outra ocorre geralmente um estresse, considerado normal por ser esperado dentro do ciclo de vida da família.

¹ Segundo Ceverny (1997), as quatro fases do ciclo da família são: fase de aquisição, fase adolescente, fase madura e, ainda, fase última.

Nesse sentido, a emigração aparece como uma possibilidade de outro estresse ao sistema familiar, uma vez que a mesma não faz parte do ciclo de vida familiar e ainda promove mudanças nas relações.

A migração provoca um impacto decisivo no ciclo vital da família tendo as mais variadas conseqüências, tanto em termos do comportamento individual de seus integrantes, afetando o processo de saúde-doença, como em termos da configuração das relações, principalmente ressignificando-as, gerando novas referências de ação e comunicação entre os membros de um sistema familiar. (MORÉ & QUEIROZ, 2007, p. 123).

Sabe-se que os jovens, ao viver o seu dia-a-dia, relacionando-se com muitas e diferentes pessoas, de diversos modos, interiorizam valores que constituem essas relações e deste modo, vão construindo suas próprias formas de compreender o mundo e estar nele. Então, poderia a ausência dos pais devido à emigração interferir nessa formação? Se sim, de que forma isso aconteceria?

Segundo Moré (2007), pesquisas internacionais como, por exemplo, as de Falicov (1996) e Sluzki (1997), mostram que as perdas de padrões de referência nas famílias de migrantes suscitam os mais variados comportamentos, principalmente na fase do ciclo vital adolescente, tais como aumento da marginalidade, sentimentos de exclusão social, problemas psicológicos e droga-dependência. Em contrapartida os pais relatam a necessidade de buscarem melhores condições de renda e a impossibilidade de levarem junto os filhos, isso porque enfrentam uma extensa jornada de trabalho que os impossibilita de cuidar dos mesmos. A justificativa é que “*tudo o que realizam é para dar um futuro melhor aos filhos*” e que procuram se fazer presentes principalmente por meio de comunicação via recursos tecnológicos, como *MSN*, *blogs*, *skype*² e-mails, dentre outros. Acredita-se, entretanto, que esses instrumentos não suprem qualitativamente, pelo menos a princípio, a ausência dos pais. Hintz (2007) afirma que esse tipo de aproximação pode ser o motivo de insatisfações, favorecendo relacionamentos interpessoais passageiros, sem profundidade.

Buscando analisar essa situação que se apresenta, torna-se indispensável compreender a família. Resgatando historicamente suas configurações, espera-se entender suas transformações até a atualidade e a forma como o modelo de família mais contemporâneo interfere nas relações com os adolescentes. Espera-se, ainda, compreender como esses jovens se posicionam frente a um modelo de família mais atual. Para que possamos fazer essa relação, procurou-se pesquisar sobre os mesmos em relação à contemporaneidade. Giddens,

² *MSN*, *blogs*, *skype* são programas/ sites de relacionamento e comunicação virtuais.

citado por Silva (2004), afirma que as mudanças que vêm acontecendo atualmente na família impõem aos indivíduos demandas e ansiedades para as quais é preciso buscar enfrentamentos.

Desse modo, investigar as implicações da emigração dos pais, na construção da identidade dos adolescentes, faz-se necessário. Assis (1999) reforça essa idéia ao comentar que deveriam ser pesquisadas as conseqüências da emigração para os filhos.

As dissertações e teses consultadas, bem como a literatura disponível sobre essa temática, concentram-se nas áreas de Sociologia, Antropologia, Economia, Geografia e Psicologia Social (intercultural). Os trabalhos desenvolvidos estão relacionados, em sua maioria, ao emigrante no contexto de uma nova cultura. As investigações, geralmente com apoio de órgãos de fomento, concentram-se majoritariamente no emigrante e geralmente no país que o recebeu.

Assim sendo, a proposta deste trabalho consistiu em estudar como o jovem, a partir da emigração de seus pais, se posiciona frente a algumas temáticas relativas à adolescência e que fazem parte da sua vida e das suas preocupações, como a família, escola, futuro e lazer.

Portanto, pelo caráter inovador no que concerne à investigação sobre as implicações da emigração para os adolescentes que ficam no país de origem, esta pesquisa assume importância no cenário das migrações. Espera-se, a partir dela, entender como a ausência do pai e/ou da mãe interfere na construção identitária dos filhos adolescentes. Dessa forma, acredita-se que, a partir do conhecimento dos posicionamentos dos adolescentes frente a essas questões, poderemos posteriormente compreender o modo como os mesmos conduzirão suas vidas.

Para a consecução desses objetivos foi realizada uma pesquisa de campo que se baseou em um estudo exploratório (estudo de caso), no qual se procurou analisar como o jovem, a partir da emigração de seus pais, se posiciona frente a algumas questões relativas à adolescência. O trabalho foi desenvolvido a partir de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com adolescentes de escolas públicas e particulares da cidade Ipatinga – Minas Gerais.

Assim, o trabalho foi organizado da seguinte forma: no segundo capítulo escrevo sobre as migrações, procurando compreender a dimensão desse fenômeno e contextualizando-o com a realidade pesquisada. No terceiro capítulo, busquei compreender a família através dos conceitos, funções e resgate histórico – esse se concentrou nos modelos de família. Em seguida, procurei investigar sobre a adolescência, relacionando-a à contemporaneidade e portanto à família. No capítulo quatro, apresento a metodologia utilizada, os resultados da pesquisa, bem como a sua análise. As considerações finais são apresentadas no capítulo cinco.

2 MIGRAÇÕES

Historicamente a migração³, seja imigração e/ou emigração, é um fenômeno que permeia a população de todo o mundo. Vivemos num contexto mundial em que cada vez mais pessoas, de diferentes nacionalidades, em diversos locais do mundo, migram. Segundo informações das Naciones Unidas, citadas por Soares (2002), o número de migrantes internacionais tem crescido a uma taxa de 1,9% ao ano, num período compreendido entre 1965 a 1990, totalizando cerca de 120 milhões de pessoas migrando no mundo todo. Cientistas das mais diferentes áreas do conhecimento tentam entender esse fenômeno, desenvolvendo algumas teorias.⁴

A abordagem considerada neoclássica trata o tema sob o viés das desigualdades econômicas entre os países, sendo George Borjas o teórico que mais a discute (MARTES, 1999). No Brasil, essa teoria é conhecida como modelo de “atração-repulsão”, na qual as nações ricas economicamente atraem as pessoas oriundas de países pobres ou com problemas econômicos. Esses países se tornam atraentes porque oferecem mais oportunidades de trabalho e melhores salários, além de uma economia de mercado sólida e crescente. As nações que geram repulsão são aquelas com menos recursos ou com problemas socioeconômicos e que não conseguem competir com os países industrializados. Como consequência disso não podem ou não conseguem oferecer melhores expectativas de vida à população.

Segundo Martes (1999, p.34), “este modelo é também denominado como ‘modelo do equilíbrio’, porque atribui aos processos migratórios a função positiva de favorecer o ajuste entre demanda e oferta de empregos tanto nos países de destino quanto nos países de origem dos imigrantes.” Nesse contexto, Soares (2002) afirma que a imigração

é acima de tudo uma tripla denúncia. Ela denuncia a sociedade de origem, denuncia a sociedade de destino e a natureza das relações entre tais sociedades. A primeira traz à tona uma estrutura socioeconômica incapaz de gerar no seu dinamismo alternativas para expressiva parcela da população; desnuda as profundas desigualdades sociais, regionais e a forma como a riqueza foi apropriada ao longo dos anos. A segunda revela que a nacionalidade (origem, história e tradições comuns) transforma o emigrante em trabalhador sem direitos, em trabalhador discriminado. [...] E a última põe em evidência o fato de que embora as nações sejam consideradas juridicamente iguais são, na verdade, quanto ao exercício efetivo do poder, desiguais. (SOARES, 2002, p. 1).

³ Utilizarei a palavra migração bem como as conjugações do verbo migrar para referir-me tanto à imigração quanto à emigração.

⁴ Não pretendo fazer uma discussão sobre as teorias de migrações, mas apresentar alguns modelos para que possamos compreender a dimensão desse fenômeno e, por que não, provocar um debate sobre o tema.

Para Martes (1999), numa perspectiva macrossocial, a variável econômica é considerada como fator preponderante na migração. Já num ponto de vista microssocial, esse modelo teórico apresenta também a discussão das opções individuais como fator determinante nas decisões sobre as migrações. O questionamento parte do seguinte princípio: por que num país pobre ou com dificuldades econômicas nem todos migram? A resposta estaria na relação custo-benefício, em que o indivíduo que decide migrar estaria levando em consideração as vantagens individuais, ou seja, os indivíduos são motivados pelo que a autora chama de “cálculo utilitarista”. Soares (2003) considera a perspectiva teórica macro e micro como uma nova abordagem dentro das teorias sobre migrações e as denomina como macro e microteoria neoclássica.

Thomas, citado por Martes (1999), faz uma crítica ao afirmar que o caráter predominantemente econômico desse modelo é o que marca a sua vulnerabilidade. Portes, também citado por Martes (1999, p.35), amplia a discussão ao propor que elementos de ordem social e cultural não poderiam ser deixados de lado, pois são “imprescindíveis para se compreender a origem e manutenção dos movimentos migratórios contemporâneos.”

A partir da década de 1980 as críticas em relação a esse modelo vão se tornando maiores e os pesquisadores passam a buscar uma nova teoria, desta vez de base sociológica, pois acreditam que ela permitirá uma discussão interdisciplinar. Michael Piore, Saskia Sassen e Alejandro Portes são alguns dos autores que apresentam discussões acerca do assunto migração.

Martes (1999) afirma que o modelo elaborado por Michael Piore foi desenvolvido a partir da teoria neoclássica, na qual as questões de atração-repulsão são consideradas. O que se colocou em foco em sua abordagem teórica refere-se às forças de trabalho que as nações mais ricas vêm buscar nos países mais pobres. Os questionamentos passam pelas características das ocupações, sobre o recrutamento e ainda sobre a qualificação da mão-de-obra que é requisitada no país de origem.

As características do trabalho, não apenas as características de renda operam tanto para tornar a sociedade tremendamente resistente à sua eliminação como para fazer com que os trabalhadores nativos relutem em aceitá-los. Por isso, o importante é localizar o conjunto de atributos capazes de explicar por que a economia precisa desses trabalhadores e por que os nativos rejeitam tais situações. (PIORE citado por MARTES, 1999, p.37).

Portes e Sassen, citados por Martes (1999), buscando entender as migrações, desenvolveram uma abordagem a partir da leitura crítica das teorias neoclássica e de Piore. Para eles, faltou nos modelos anteriores uma discussão sobre os contextos históricos nos quais

se dão as migrações, uma vez que isso é de suma importância para se compreender os movimentos, os deslocamentos da população. Aqui, temas como globalização, internacionalização do mercado, investimentos estrangeiros internacionais e produção transnacional fazem a diferença, ou seja, interferem nos movimentos migratórios.

Na raiz desta nova abordagem, encontra-se a tentativa de introduzir nos estudos migratórios as transformações que o fenômeno começa a apresentar a partir dos anos 60. Os movimentos migratórios contemporâneos se desenvolvem num contexto diferente daquele que, até meados deste século, resultou na entrada de milhares de trabalhadores estrangeiros no continente americano. (MARTES, 1999, p.39)

Outra área do saber que se interessou em compreender os processos de migração foi a Psicologia, cujos estudos, no Brasil, começaram a ser realizados no fim dos anos 1970, quando Paiva (1979) publicou um livro sobre o tema da emigração e suas implicações na cultura e subjetividade. Até então, esse fenômeno era tratado somente sob a perspectiva sociológica e/ou antropológica, na qual a temática em discussão centrava-se nas questões de aculturação e relações intergrupais. A partir daí, pesquisadores brasileiros como Ginsberg (PUC-SP) e Angelini (USP) se tornaram os precursores em uma linha de trabalho denominada Psicologia Intercultural⁵. Os trabalhos desenvolvidos por esses pesquisadores consistiam em adaptar para a população brasileira, testes psicológicos estrangeiros para serem usados em estudos de comparação entre grupos brasileiros e grupos culturais de outras nações e, ainda, em estudos que realizam comparações entre subgrupos culturais brasileiros.

Na década de 1980, segundo DeBiaggi (2004), só é encontrado um único registro de pesquisa intercultural feito pela professora Ginsberg. O interesse pela Psicologia Intercultural e por pesquisas nessa área só será retomado a partir da década de 1990 em função da emigração brasileira, ou seja, “a partir do contato de nossos conterrâneos com grupos culturais distintos fora do país e o impacto psicológico dessa experiência.” (DEBIAGGI, 2004, p.14).

A partir desta década começam a aparecer os primeiros resultados de pesquisas envolvendo as migrações. Estas se concentram em centros acadêmicos, através de programas de mestrado e doutorado, como os da Unicamp, USP e PUC-SP. Teresa Sales, Sylvia DeBiaggi, Neide Lopes Patarra, Ana Cristina Braga Martes, Weber Soares e Gláucia de Oliveira Assis começam a compor o universo de pesquisadores sobre as migrações

⁵ DeBiaggi (2004) esclarece que esse campo teórico procura estudar o indivíduo e o comportamento interpessoal, e ainda investiga categorias da Psicologia, tanto geral quanto social, tais como identidade, cognição, comportamento social e gênero. Para Berry (2004), a Psicologia Intercultural marcaria um espaço de discussão sobre o comportamento humano nos mais diferentes contextos culturais.

internacionais. Os trabalhos desenvolvidos até então se relacionavam principalmente com a imigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. Atualmente as temáticas de investigação estão interligadas à Sociologia, Psicologia, Ciência Política, Economia, Antropologia e Administração. Nessa perspectiva, o estudo sobre a migração aparece vinculado às questões culturais, econômicas, psicológicas e sociais, marcando o caráter interdisciplinar desse fenômeno.

O Brasil, considerado por muito tempo como um país de imigrantes – pois foi colonizado por portugueses, logo em seguida houve a imigração de escravos vindos da África e ao término do período escravocrata, vieram imigrantes principalmente da Itália e Japão, atraídos pelas políticas governamentais de incentivo de mão-de-obra –, vem se tornando gradativamente, no decorrer dos séculos, também um país de emigrantes.

A emigração começou a ganhar força no país a partir de meados do século XX, principalmente na década de 1980, quando a política econômica do governo já não conseguia mais combater a inflação. Nesse momento o Brasil já não era capaz de provocar uma expectativa positiva nas pessoas quanto ao seu futuro, principalmente nos jovens. Os mesmos não acreditavam mais numa possível estabilidade econômica do país. Dessa forma, a falta de perspectiva futura é que impulsionava a emigração, pois se não era possível garantir um padrão de vida de camada média e oferecer um futuro melhor para os filhos, nada mais restava do que buscar alternativas em países onde essa possibilidade existisse. Sales (1999) afirma que sobretudo, os jovens emigrantes buscam lá fora a ascensão social que lhes foi negada aqui no Brasil.

DeBiaggi (2004) comenta que as causas desse processo de emigração podem também ser analisadas pela perspectiva do desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho no país de origem, ou seja, as pessoas são motivadas a emigrar para países onde há oferta de trabalho, ou melhor, remuneração. Segundo a autora, a emigração alivia a pressão econômica e política de países em desenvolvimento como o Brasil, pois a realidade do mercado de trabalho e a falta de perspectiva de mobilidade social fazem com que muitos deixem o país e mandem remessas de dinheiro que ajudam a subsidiar um nível de vida de classe média aos que ficaram.

A queda da garantia de emprego formal e a ausência de uma política social que assegure os direitos sociais básicos reforçam a falta de acesso aos bens de consumo e bens culturais, ou seja, de condições de inserção plena do sujeito na sociedade. Essa vulnerabilidade resultante do modelo socioeconômico do nosso país permite uma marginalização e uma precariedade das relações de trabalho, o que provoca crises de identidade.

Essa exclusão social da esfera produtiva, até chegar à exclusão da cidadania, é caracterizada por Paugam (1999) como “trajetória de perdas”, em que as questões econômicas (desemprego prolongado, dificuldades de acesso a uma renda estável que possibilite uma perspectiva de melhoria de qualidade de vida) associam-se às questões socioculturais e afetivas (fragilização dos vínculos e da sociabilidade).

A emigração aparece, então, como uma alternativa ao resgate dessa “cidadania perdida”. Vicente (2004, p.46) reforça a discussão acima quando afirma que “a insegurança presente nas relações familiares reflete a insegurança econômica da provisão dos recursos à sobrevivência da família.”

Na década de 1990 os brasileiros eram compelidos a continuarem emigrando, principalmente impulsionados pelas altas taxas de juros, pelo aumento do desemprego e a queda na produção. Agora, no início do século XXI, com a inflação aparentemente controlada, o fluxo de emigrantes deveria estar diminuindo, mas na verdade não é isso que se verifica na prática. Margolis (2003), em visitas às comunidades brasileiras em estados como Nova Iorque e Massachusetts – Estados Unidos, observou que o número de imigrantes aumentou, apesar de não ter realizado nenhuma pesquisa estatística que comprovasse tal asserção. Ele afirma que

uma vez que um fluxo de migração esteja em ação, como uma bola de neve, ele traz famílias e amigos adicionais mesmo sob circunstâncias mais favoráveis. À medida que uma rede de imigrantes cresce, o fluxo migratório entre dois países se torna progressivamente independente dos fatores que originalmente o causaram, sejam eles estruturais ou individuais. (MARGOLIS, 2003, p. 58).

Assim, pode-se dizer que o processo de emigração no Brasil inicia-se por questões econômicas, ou seja, as pessoas emigram em busca de melhores empregos, melhores salários e oportunidades para si e/ou para os filhos, mas é sabido que os motivos/causas vão além disso.

Reforçando a discussão anterior, Beserra (2005, p. 25) afirma que não podemos reduzir o fenômeno da migração só sob o ponto de vista socioeconômico; por trás dessa questão há “uma ideologia muito particular que precisa ser desvelada, a fim de permitir uma compreensão mais profunda do processo de imigração da perspectiva de seus atores, os imigrantes.” A autora propõe que seja ampliada a categoria econômica, baseando-se no conceito de capital, de Bourdieu:

[...] o capital pode se apresentar através de quatro expressões fundamentais: capital econômico, que é imediato e diretamente conversível em dinheiro e pode ser

institucionalizado na forma de direitos de propriedade; capital *cultural* ou *informacional*, que é conversível, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado sob a forma de qualificações educacionais; e outras duas formas de capital que são fortemente relacionadas, capital *social*, que consiste de recursos baseados em conexões e pertencimento a grupos; e capital *simbólico*, que é a forma que diferentes tipos de capital tomam quando eles são percebidos e reconhecidos como legítimos. (BOURDIEU citado por BESERRA, 2005, p.25-26 - grifos do autor).

Dessa forma, outras razões existiriam para que os brasileiros emigrassem que não fossem só as questões econômicas. Em uma pesquisa desenvolvida com brasileiros em Londres, Torresan, citado por Beserra (2005), afirma que os mesmos emigram também para estudar, criar novas oportunidades de vida e “reinventar identidades”, entendida aqui como “aquisição de capital simbólico, expressa, por exemplo, na aquisição da língua internacional, o inglês.” (BESERRA, 2005, p.26). Nessa perspectiva, retomando a discussão presente em Paugam (1999), sobre exclusão social, pode-se também considerar como aquisição de capital simbólico o resgate da “cidadania perdida” e que é proporcionado ao emigrante pela emigração.

Para tentar entender quais seriam os motivos que contribuem para a emigração dos brasileiros, além dos econômicos, far-se-á necessário, primeiramente, compreender o fluxo migratório brasileiro. Conforme informações do relatório consular do Ministério das Relações Exteriores⁶ (2004), a maior concentração de brasileiros no exterior encontra-se nos Estados Unidos, com aproximadamente 867.445 pessoas, seguido do Japão, com 275.554. Esses dados nos levam a indagar: por que a maioria de brasileiros decide emigrar para os Estados Unidos?

Segundo Beserra (2005), independentemente do fator concentração de riqueza, existem outros fatores de características particulares, ou seja, própria de cada fluxo migratório. Ela justifica tal afirmativa questionando sobre os motivos que levam a maioria dos “argelinos a emigrarem para a França, os turcos para a Alemanha e os camponeses mexicanos para a Califórnia” (p. 27), e por que não, os brasileiros para os Estados Unidos?

Para a maioria das teorias sobre migrações a resposta estaria nos problemas econômicos dos países de origem, que não são capazes de proporcionar condições de renda satisfatórias e estáveis aos que decidem emigrar. Mas, para Beserra (2005), outra explicação seria plausível, além da que está presente nas teorias sobre migrações, o que justifica a escolha, inclusive no caso do Brasil, de emigrar para os Estados Unidos.

Para a autora, “os discursos políticos e acadêmicos sobre imigração ainda têm de ser examinados como produtos sociais, culturais e políticos.” (2005, p.28). Nesse contexto, pode-

⁶ Informações dos Consulados e Embaixadas a partir do número de brasileiros matriculados nos mesmos.

se compreender o fenômeno da migração como uma repetição do deslocamento de pessoas da “periferia” para o “centro”, ou de áreas “atrasadas” para “modernas”. Esse movimento é consequência do desenvolvimento produzido pelo capitalismo no mundo contemporâneo. Na base das migrações estaria a reprodução de um modelo de discriminação e exploração, seja dentro de um mesmo país ou entre os países de um sistema capitalista.

A partir dessa discussão e retomando o questionamento sobre as razões que influenciaram os brasileiros a emigrarem para os Estados Unidos, Beserra (2005) relacionará a expansão do imperialismo americano no Brasil, com a emigração dos brasileiros. Para ela, o que está por trás da decisão de emigrar para os Estados Unidos é a influência que o mesmo exerce sobre nós brasileiros, através de uma ideologia imperialista americana que invadiu a sociedade brasileira.

Assim, a justificativa dada pelos brasileiros de que a emigração serve para “melhorar de vida”, nada mais é do que “melhorar de vida” na concepção americana do termo. O modelo de “vida melhor” norte-americano resume-se em um padrão de consumo material associado a um desenvolvimento tecnológico, realidade que, nesses moldes, seria se não difícil talvez impossível de se concretizar no Brasil.

Portanto, entre outras razões, os brasileiros migram para os Estados Unidos para adquirir habilidades, a fim de melhor sobreviver em um mundo anglófono e transnacional dominado pelos Estados Unidos. [...] O modo de vida americano tornou-se a mais completa realização da modernização, projeto central da estratégia capitalista de desenvolvimento. É em nome do “desenvolvimento e da modernização do mundo” que os Estados Unidos e outras nações líderes têm destruído modos de produção não-capitalistas e tentado padronizar a vida em todo o planeta. (BESERRA, 2005, p.29).

Assim, nessa perspectiva, o brasileiro emigra em busca do capital econômico, mas também dos outros três capitais, ou seja, o cultural, social e simbólico, conforme a teoria proposta por Bourdieu. Logo, ele busca melhores condições de vida, através do aumento de renda e/ou patrimônio (capital econômico); aprimoramento tecnológico e educacional (capital cultural); busca, ainda, estabelecer novos contatos sociais, ampliando suas possibilidades de trabalho e/ou relacional (capital social); e, por fim, o emigrante brasileiro procura sua ascensão pessoal, sua “cidadania perdida” (capital simbólico).

Beserra (2005) ressalta que o emigrante brasileiro reforça a superioridade e o poder dos Estados Unidos sobre as outras nações ao assumir para si – e tentar convencer os outros – o estilo de vida americano. Dessa forma, ao buscar os capitais de Bourdieu através da emigração, o brasileiro torna-se, conseqüentemente, mensageiro e divulgador do

consumismo⁷ capitalista, no seu país de origem, fazendo com que aumente o seu “valor” de mercado, pois, afinal, ele esteve num consagrado centro de poder, num país de primeiro mundo. Como resultado disso, há um reforço do imperialismo americano, ou seja, da doutrina ideológica dos Estados Unidos sobre as outras nações, aumentando assim as desigualdades sociais.

E, afinal, quem é esse brasileiro emigrante? Vários perfis têm sido descritos a partir de pesquisas realizadas desde o início do fenômeno da emigração. O censo americano e o Consulado brasileiro não fornecem dados precisos em relação à quantidade de brasileiros imigrantes, uma vez que suas informações baseiam-se em imigrantes legalizados. Independentemente da quantidade sabe-se que a maioria deles concentra-se na costa leste americana, mais precisamente nas cidades de Nova Iorque, Boston e Miami. Na década de 1980 o imigrante era caracterizado como do sexo masculino, predominantemente da região de Governador Valadares⁸, Minas Gerais (MG), jovem e solteiro e, quando casado, com a família residindo no Brasil. Já na década de 1990, Martes (1999)⁹, em sua pesquisa realizada em Massachusetts, concluiu que o emigrante continuava sendo majoritariamente do sexo masculino, jovem (21 a 34 anos), com o ensino médio completo, com o mesmo percentual entre solteiros e casados, com e/ou sem filhos, e ainda oriundo, em sua grande maioria, de Minas Gerais. É importante ressaltar que, apesar de a maioria de emigrantes continuar sendo mineira, a partir de 1990 o movimento migratório no Brasil expandiu-se, saindo da “rota valadarenses”¹⁰ para estados como Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outros.

Nas diversas pesquisas realizadas, independentemente da época, foi observado que a maior parte dos brasileiros emigrantes pertence à camada média e tem como nível de escolarização mínimo o ensino médio, sendo que os que freqüentaram o ensino superior o fizeram em instituições privadas. As justificativas concentram-se na perda do poder aquisitivo da população das camadas médias, que encontram na emigração uma alternativa para no mínimo manter o seu padrão socioeconômico. Outro fator seria a pouca valorização de diplomas universitários oriundos de instituições de ensino superior particulares, por parte do mercado de trabalho brasileiro.

⁷ Ressalta-se que o consumismo faz parte do estilo de vida americano, mas não se reduz a ele.

⁸ Governador Valadares situa-se a 100 km de Ipatinga.

⁹ Para maiores detalhamentos ver Martes (1999)

¹⁰ A expressão rota valadarenses ficou assim conhecida porque durante a década de 1980 os emigrantes brasileiros eram essencialmente de Governador Valadares- MG e de cidades no seu entorno.

Em Minas Gerais, a emigração concentra-se ainda hoje nas regiões de Governador Valadares e do Vale do Aço¹¹, região dos entrevistados desta dissertação.

Em relação ao Vale do Aço, é a segunda região do estado com o maior número de brasileiros emigrantes e que tem a cidade de Ipatinga como pólo regional. [...] Os habitantes de Ipatinga, bem como das pequenas cidades no entorno tiveram reduzidas suas chances de obter emprego na Usiminas, indústria ao redor da qual a cidade se formou. Em apenas dois anos (1991 a 1993) a Usiminas reduziu de 13 mil para 10.500 o seu quadro de funcionários. O processo de redução da força de trabalho vem paulatinamente se intensificando no decorrer da década de 90. (MARTES, 1999, p.56).

Ipatinga¹², situada no Vale do Aço, em Minas Gerais, está localizada a 210 Km de Belo Horizonte e tem uma população aproximada de 235.000 habitantes. O nome Ipatinga nasceu de um arranjo formado por uma aglutinação de palavras, aproveitando os radicais *ipa* (de Ipanema) e de *tinga* (de Caratinga). Em tupi-guarani significa “Pouso de Água Limpa”.

A partir da década de 1950, com a implantação da indústria siderúrgica (Usiminas), a região atraiu grande número de imigrantes, que vieram, num primeiro momento, trabalhar na construção da usina e, posteriormente, na produção de aço. Conquistou sua emancipação político-administrativa em abril de 1964. Com uma receita mensal de R\$ 12,3 milhões e com um produto interno bruto de R\$ 2,061 bilhões, Ipatinga caracteriza-se como uma cidade de médio porte. Sua população economicamente ativa é de 36,4%, sendo a indústria o setor que mais absorve mão-de-obra.

Além da indústria, a economia da cidade é movimentada por um comércio intenso. A composição da receita do município é, em sua maioria, composta por renda transferida do Estado (42%), o que demonstra a dependência da cidade para com o governo, ou seja, Ipatinga não consegue gerar receita própria o suficiente para investir no município, ficando à mercê das políticas governamentais quanto a investimentos e geração de emprego.

Nesse contexto, a emigração surge como uma possibilidade de aumento e/ou manutenção de renda. Segundo pesquisa realizada por Martes (1999), Ipatinga é classificada como a quinta cidade brasileira com o maior número de emigrantes.

Dentre as possíveis causas para esse fenômeno pode-se pensar no processo de privatização a que as empresas locais foram submetidas e as políticas de redução de pessoal, como os seus programas de demissão voluntária. Martes (1999) acredita que o processo de

¹¹ São cidades que pertencem ao Vale do Aço: Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Bugre, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Dom Cavati, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguarapu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Santana do Paraíso, São João do Oriente e Timóteo.

¹² Revista Informativa da Prefeitura Municipal de Ipatinga, 2004.

emigração na região tenha sido deflagrado após a Segunda Guerra Mundial, quando funcionários de uma empresa americana foram para a região do Vale do Aço trabalhar na construção da estrada de ferro que ligaria a região ao Espírito Santo. Ao voltarem aos Estados Unidos, com o término da obra, os funcionários teriam levado consigo as empregadas domésticas que haviam contratado para o período de estadia no Brasil.

A cidade de Governador Valadares, distante 100 km de Ipatinga, já apresentava um fluxo emigratório desde a década de 1960. As conseqüências dessa emigração – com um retorno sistemático de dólares, movimentando a economia local – e a sua popularização contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de emigração, criando um imaginário de que a “vida lá fora” seria bem melhor do que a daqui.

De acordo com Soares (2002, p. 77), a partir da década de 1980, Ipatinga apresenta uma queda no crescimento populacional que estaria relacionada à “redução da taxa de natalidade, fenômeno já presente na década de 70, que se generaliza na década de 80, e a redução dos fluxos migratórios de entrada e o aumento dos fluxos de saída.”

Os ipatinguenses já sabiam – através de depoimentos de valadarenses que retornaram ao país – que não seria fácil, que haveria dificuldades de adaptação, dentre outras, mas a possibilidade de melhorar o seu padrão de vida e/ou de garantir uma emancipação financeira rapidamente era muito mais tentadora. Era melhor arriscar do que ter que ficar na expectativa. E foram e continuam indo: em grupos, sozinhos, casados, solteiros, com filhos ou sem eles, legalmente ou não. O que importa é tentar uma vida melhor. O economista brasileiro Klagsbrunn, citado por Margolis (2003, p.57), “sugere que a emigração serviu como válvula de escape para os desempregados e subempregados de cidades brasileiras, especialmente os cidadãos escolarizados.”

Paralelamente a isso, observou-se também em Ipatinga o mesmo fenômeno que aconteceu em Governador Valadares, ou seja, a economia começa a ser movimentada pelos dólares enviados pelos emigrantes, principalmente no ramo imobiliário¹³.

Outra característica importante da emigração de brasileiros é o esforço conjunto da família e sua importância no processo. A emigração torna-se um projeto familiar, pois ele é construído por seus membros, em que os mesmos recolhem o dinheiro para o investimento (enviar um parente ao exterior), cuidam dos filhos que ficam no Brasil, pagam as dívidas que ficaram e ainda ajudam nos empreendimentos que deverão ser efetuados com os dólares

¹³ Para maiores detalhamentos, pode-se citar a pesquisa realizada por Soares (1999), na qual o mesmo vai demonstrar o impacto da emigração no mercado imobiliário.

enviados ao Brasil, fruto do trabalho no exterior. Quando a família concluir o projeto de ascensão social planejado anteriormente, a permanência do parente emigrado nos Estados Unidos não se fará mais necessária, devendo o mesmo retornar ao seu país de origem.

Emigrar para os mineiros, incluídos aqui os ipatinguenses, representa mais do que viajar rompendo fronteiras geográficas e culturais; significa um empreendimento, um negócio elaborado pela família no qual um parente será “sacrificado”¹⁴ para a execução desse projeto. Esse sentimento aparece também em decorrência das perdas a que o emigrante é submetido, às concessões que tem que fazer em função da viagem; geralmente deixa esposa(o), filhos, trabalho, estudos, laços sociais, dentre outros, e vai trabalhar em um país na condição de ilegal, submetendo-se a todos os dissabores dessa situação.

Logo, esse sacrifício tem que ter necessariamente uma compensação, ou seja, a concretização dos sonhos da família, que pode ser traduzida como o sucesso do projeto. E é com foco nessa idéia que o emigrante enfrenta a situação. O retorno está condicionado à aquisição dos bens planejados anteriormente, mesmo que para isso seja necessário prorrogar, no país estrangeiro, o tempo de permanência anteriormente previsto. O fracasso do projeto dá-se quando o emigrante não consegue acumular riqueza suficiente que justifique a ascensão social tão almejada e acaba voltando para a sua terra natal numa situação igual ou pior do que a vigente na época de sua partida.

Ressalta-se aqui que, como se trata de um negócio elaborado em conjunto pela família, o projeto da emigração tem início e fim. Dessa forma, o emigrante acaba por não estabelecer vínculo duradouro no país que o recebeu, pois o mesmo emigra já com previsão de retorno estabelecida. Essa situação específica dos brasileiros fez surgir, nas ciências sociais, uma discussão sobre a mobilidade das migrações. Assim, o fluxo migratório foi classificado em: migrações temporárias e permanentes. A primeira entendida aqui como passageira, com tempo de permanência e prazo pré-estabelecido; já a segunda, definida por Schiler, Basch e Blanc-Szanton, citados por Assis (1999, p.154), no qual a “palavra ‘migrante’ evoca imagens de ruptura permanente, abandono de velhos padrões e aprendizado difícil de uma língua e cultura.”

Entretanto, segundo as autoras supracitadas, os estudos clássicos sobre migrações “não perceberam que os emigrantes mantinham seus relacionamentos com a sociedade de origem, não em contradição, mas numa relação complexa com a sociedade de emigração.” (ASSIS,

¹⁴ Utilizo aqui a palavra sacrifício porque o sentimento é de privação. As pessoas que emigram não o fazem felizes como se estivessem indo para uma excursão, uma viagem de férias; enfrentam a situação como último recurso para garantir a estabilidade financeira da família.

1999, p.154). Assim, Schiler, Basch e Blanc-Szanton propuseram outra categoria, a dos transmigrantes, que passam a ter essa denominação quando “desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas -, que ampliam as fronteiras, colocando em inter-relação o global e o local.” (SCHILER, BASCH e BLANC-SZANTON citados por ASSIS, 1999, p.154).

Nessa perspectiva de classificação, os emigrantes do Vale do Aço e, por que não dizer, a grande maioria dos brasileiros, também pode ser caracterizada como transmigrantes, uma vez que o projeto de emigrar envolve o ir e vir, o “estar aqui e lá”¹⁵. Os laços, as relações sociais se mantêm através de idas e vindas dos emigrantes para “matar a saudade” dos que aqui ficaram e também para acompanhar os empreendimentos iniciados no Brasil com os dólares conseguidos com o trabalho no exterior.

Logo, o emigrante vai lá (Estados Unidos) trabalhar e melhorar sua condição de renda e vem aqui (Brasil) rever sua família e verificar seus investimentos. Assim, os estudos sobre migrações recebem um “novo contorno”, no qual as possibilidades de estar em dois lugares, articulando um campo social transnacional, geram relações entre as duas sociedades envolvidas, ou seja, a de origem e a de destino. Portanto, o transmigrante mantém seus laços afetivos ao mesmo tempo em que constrói seu patrimônio financeiro. Vivendo múltiplas relações, o emigrante vai recriando suas relações familiares, sociais, econômicas, dentre outras, a partir desse contexto transnacional.

Finalmente, o emigrante brasileiro caracteriza-se pelas redes sociais que o apóiam, contribuindo para que se fortaleça nas cidades mineiras uma “cultura de emigrar”, principalmente em Governador Valadares e no Vale do Aço, pois esse projeto aparece como um sólido investimento, no qual os riscos são minimizados pelas redes que o sustentam. Dessa forma, as redes constituem um papel fundamental na elaboração, difusão e conservação dos fluxos emigratórios, sendo necessário, portanto, compreendê-las.

Entende-se por rede social “um conjunto de seres com quem interagimos de maneira regular, com quem conversamos, com quem trocamos sinais que nos corporizam, que nos tornam reais.” (SLUZKI citado por FEIJÓ, 2006, p. 235). Macedo (2001) utiliza o termo rede de apoio como sinônimo de rede social.

Soares (2003, p.241) apresenta três tipos de rede: social, pessoal e, ainda, migratória. Para ele, “rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação.” Já a rede pessoal é definida em relações

¹⁵ “Estar aqui e lá” é uma expressão que foi utilizada como título da dissertação de mestrado de Gláucia de Oliveira Assis, em 1995, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

sociais de amizade, parentesco, etc. A rede migratória precede a migração e é adaptada para esse fim específico. Ela é “também um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras; consiste, portanto, em rede de redes sociais.” (p.242). Já Massey, citada por Assis (2003, p. 206), afirma que “as redes migratórias consistem em laços sociais que ligam comunidades remetentes aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras.”

Fazito (2005) reforça essa discussão ao afirmar que historicamente os projetos migratórios se originam e se organizam através da participação das famílias, ou seja, das redes familiares. Assim, as redes familiares aparecem na expansão do apoio social e na orientação das decisões individuais. Essas redes são formadas, primeiramente, por parentes próximos, cujos laços afetivos estão fortemente consolidados e, posteriormente, por amigos, vizinhos, colegas de trabalho, dentre outros, cujos laços afetivos são frágeis.

Então, a partir da decisão pela emigração a família começa a fazer contatos com outras redes, que envolvem companhias de turismo, despachantes, doleiros e também as redes de parentesco nos Estados Unidos, com o intuito de articular a recepção do familiar que emigrará. Dessa forma, os emigrantes se organizam e mantêm uma rota articulada. A família se organiza financeiramente para adquirir as passagens e o dinheiro para os primeiros gastos no país de destino. As agências de viagem e redes bancárias oferecem condições de financiamento e pagamento que permitem planejar a emigração.

Portanto, as redes sociais na emigração estão presentes desde a elaboração do seu projeto, que começa a ser delineado através da rede familiar, na qual se decide que um parente vai para o exterior em busca de dinheiro que possibilite a realização dos sonhos da família.

A unidade doméstica é um importante componente da rede social, sendo que domicílios e famílias são representações comuns dessa unidade. Além de atuarem como unidades de sustentação, as unidades domésticas são agentes socializadores. Como tais, as famílias definem quem vai migrar e os padrões de migração, além de transmitirem normas acerca do significado da migração e da manutenção das obrigações familiares por meio do tempo e do espaço. (BOYD citado por ASSIS, 2003, p. 207).

A contrapartida dos familiares que ficam é, a princípio, cuidar dos filhos, dos negócios e dos futuros investimentos, caracterizando-se como funções de apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços no contexto da rede social (SLUZKI, 1997). Apoio emocional e regulação social porque se responsabilizam afetiva e economicamente pelos parentes; guia cognitivo e de conselhos porque transmitem

orientações e administram os bens no Brasil; e ainda como ajuda material e de serviços, proporcionam recursos financeiros e contatos para que a emigração aconteça de fato.

Fusco (2001) afirma que as relações familiares são mais preponderantes nas redes pessoais das mulheres, que tendem a conhecer no destino mais parentes que os homens. Yanagizako, citada por Assis (2004), revela uma rede familiar de parentesco em que as mulheres aparecem como articuladoras, seja no país de origem ou no de destino, fazendo circular as informações entre os demais membros da família. Macedo (2001) fala de uma “solidariedade de gênero” para tentar justificar essa rede feminina. São elas que fazem os contatos, que organizam a viagem e que procuram minimizar os riscos presentes na migração. Segundo Boyd, citado por Assis (2004, p. 119)

as mulheres têm uma importante participação nas redes sociais, uma vez que se utilizando dessa rede de informações, que indica no local de destino quem vai receber, como arranjar emprego, quem auxilia nos primeiros momentos da chegada ao estrangeiro, as famílias atenuam os riscos da migração de longa distância. Assim, tanto na sociedade de destino como na sociedade de origem as mulheres articulam e mantêm essas redes sociais.

Percebe-se, portanto, que as mulheres têm uma participação fundamental no projeto familiar de emigração, mas será que esta participação se restringe só às redes sociais? Em pesquisa desenvolvida por Martes (1999) ficou demonstrado que a maioria dos emigrantes é homem e casado. Por que, então, se as mulheres são tão fundamentais nesse projeto, elas emigram menos que os homens? Como explicar tal situação?

Infere-se aqui que essas questões podem estar relacionadas aos papéis de gênero,¹⁶ tradicionais e/ou conservadores, nos quais cabem aos homens a função de prover financeiramente a família e como chefes a tarefa de tomar as decisões – no caso em discussão, sobre quem emigrará. Já o papel das mulheres estaria vinculado aos cuidados da casa e do lar. Assim, a princípio e dentro dessa ótica, a obrigação de emigrar seria do homem, pois é ele quem deve sustentar a família; logo, cabe a ele buscar por esse provimento.

Nesse sentido, Debiaggi (2003) afirma, a partir de estudos realizados, que a mulher emigrante adquire independência e autonomia por meio do trabalho, aumentando sua autoconfiança e conseqüentemente seu poder na relação conjugal, o que por sua vez desestabiliza os papéis de gênero estabelecidos. Dessa forma, a família, cuja estrutura pode

¹⁶ “Sob o substantivo gênero se agrupam todos os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade/masculinidade, reservando-se sexo para os componentes biológicos, anatômicos e para o intercâmbio sexual propriamente.” (DIO BLEICHMAR, 1988, p.33).

ser baseada em funções conservadoras, vê a emigração feminina como uma ameaça à sustentação da união familiar, por poder promover a liberalização da mulher.

Se antes a mulher dependia do marido para tomar decisões quanto às despesas da casa, aos membros da família e aos rumos de sua própria vida, agora se sente no poder de assumir seus próprios anseios e necessidades. Essa mudança requer reajustes nos padrões anteriores de interação familiar, que, segundo Torres-Matullo (1976), é vivenciada pelo homem como um rebaixamento de seu *status*, uma vez que seu sentimento de auto-estima e orgulho próprio são, em grande parte, prescritos culturalmente como daquele que exerce o papel dominante na família. (DEBIAGGI, 2003, p. 177, grifo da autora).

Já a esposa que permanece no Brasil aguardando o retorno do marido emigrado tem poucas possibilidades de alterar seu papel de gênero, uma vez que fica sob os cuidados de diversos familiares: pais, irmãos, dentre outros, os quais exercem uma vigília constante, procurando evitar alguma mudança, qualquer que seja. Ressalta-se que o contrário não acontece, ou seja, a mesma lógica não se aplica aos homens.

Fazendo um resgate histórico, percebe-se que a grande maioria das mulheres emigrantes do século XIX e início do século XX vinha do meio camponês ou de pequenas cidades e trabalhavam na agricultura, no serviço doméstico ou, em pequena escala, na indústria. Assis (2004) comenta que no Museu de Ellis Island (Museu da Imigração), nos Estados Unidos, encontram-se fotos que mostram as entrevistas a que os emigrantes eram submetidos ao chegarem aos Estados Unidos: aos homens perguntava-se se tinham trabalho e às mulheres se eram casadas. Assim, percebe-se que embora as mulheres estivessem presentes nas migrações, sua inserção era interpretada como aquelas que acompanhavam os seus maridos e/ou filhos.

Ressalta-se que as pesquisas sobre migrações, realizadas nos Estados Unidos até a década de 1960, concentravam-se no impacto que os imigrantes provocavam nos centros urbanos, o que, de certa forma, ocultava a participação das mulheres, seja como acompanhante do marido ou como própria emigrante. Segundo Assis (2004, p. 115), “tal perspectiva de caracterização da migração, como dominada por homens jovens e economicamente motivados, contribuiu para que não se percebesse um dado significativo: a predominância das mulheres nos fluxos internacionais desde 1930.” Logo, as mulheres não tiveram, prioritariamente, suas experiências como objeto de análise nas pesquisas sobre migrações.

Simon (1992) revela que migrantes mulheres são mais visíveis nos campos profissionais e nos serviços menos qualificados. Donato (1992) refere-se à migração de mulheres trabalhadoras profissionais de saúde para alguns países e Prieto (1992)

ênfatiza o *background* de classe média de muitas imigrantes cubanas que conseguiram trabalhos bem mais remunerados nos Estados Unidos. (ASSIS, 2004, p. 116).

Entretanto, outro grupo de fatores aparece como determinante nas migrações de mulheres, que não só o econômico. Atualmente, observa-se que a maioria delas migra em função de uma pressão social e por não agirem conforme os padrões estabelecidos em suas sociedades, ou seja, por não se adequarem às normas de comportamento, de condutas sociais e/ou morais. Conforme Anzedian e Striff e ainda Morokvasic, citados por Assis (2004), são fatores que contribuem para a emigração das mulheres hoje: problemas conjugais, transgressão dos limites sexuais impostos pela sociedade, violência física, divórcios, casamentos infelizes, dentre outros. Considera-se, então, que a emigração feminina está também associada a preconceitos e discriminação e que migrar, de certa forma, seria um rompimento e/ou fuga dessas situações.

Reforçando a discussão acima, Gabaccia, citado por Assis (2004, p. 118), revela que “os estudos de mulheres migrantes definiram a família como um *locus* de opressão feminina.” Logo, pode-se inferir a migração feminina como um lugar de busca de novas possibilidades que não sejam basicamente a de acumulação de riqueza, visando a manutenção e/ou mudança do status e ainda, de assimilação de uma nova cultura, como na emigração masculina; mas também, de conceber uma nova identidade de gênero e de novos arranjos familiares.

Dessa forma e retomando Bourdieu em sua teoria sobre os capitais, percebe-se que na emigração feminina a busca pelo capital simbólico tende a tornar-se mais incisiva, uma vez que essa mudança de país acena para ela como uma possibilidade de construção de uma “nova mulher”, na qual suas marcas, amarras, conceitos e preconceitos ficaram para trás, no seu país de origem. Não que a mulher não deseje os outros capitais descritos pelo autor, mas eles não estão, necessariamente, em primeiro lugar, não são basicamente prioridade no projeto de emigração.

Nesse contexto, Assis (2004) revela que as mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas que migram, buscam novas alternativas de vida que lhes possibilitem mais independência e autonomia. As esposas que ficam no Brasil e que não estão sob os cuidados de outros familiares, começam a desempenhar um novo papel de gênero, pois passam a administrar o dinheiro que é remetido pelos maridos que emigraram. Saem de uma posição subordinada, passiva e passam a ser empreendedoras. Já as mulheres casadas que emigram, sejam com seus companheiros ou não, experimentam novos papéis sociais de gênero, que colocam em questão

a autoridade e o domínio masculinos, pois se defrontam com mulheres mais autônomas e independentes.

As mulheres entrevistadas ressaltaram em seus depoimentos a autonomia, a independência e a possibilidade de fazer a própria vida, ter seu próprio negócio (*houseclean*), consideram-se mais independentes em relação à vida que tinham no Brasil. Os homens, em geral, têm perda de *status* em relação ao Brasil e destacam em seus depoimentos os ganhos com o trabalho, mas perdem *status* e poder em relação ao que tinham no Brasil. Eles trabalham subordinados a um chefe, têm que dividir as tarefas domésticas – atividade que a grande maioria não fazia no Brasil. (ASSIS, 2004, p. 128-129, grifos da autora).

Nesse contexto, DeBiaggi (2004) desenvolveu uma pesquisa cuja questão central busca entender o modo como as mudanças nos papéis de gênero interferiam no processo de adaptação de famílias brasileiras, quando do retorno ao Brasil. Ela afirma que no Brasil, tanto os homens quanto as mulheres apresentavam papéis de gênero considerados tradicionais. Em contato com a cultura americana, os imigrantes passam por um processo de aculturação, no qual são assimilados os padrões culturais de outro país, sem que haja necessariamente o abandono dos padrões culturais do país de origem.

Ainda, segundo essa pesquisa, no exterior ocorre uma mudança nos papéis de gênero, porque tanto homens quanto mulheres desenvolvem tarefas e atividades que anteriormente (no Brasil) eram destinados a um ou a outro. Logo, os homens passam a cuidar da casa e dos filhos, porque as mulheres estão trabalhando. E, ainda, muitos homens trabalham em atividades consideradas femininas, como faxina, por exemplo. Essas mudanças nos papéis de gênero eram consideradas como uma verdadeira vitória e/ou conquista para as mulheres. Entretanto, DeBiaggi (2004) afirma que, apesar dessas famílias terem vivenciado toda a experiência quanto à mudança dos papéis de gênero, quando do retorno ao Brasil essas mudanças não se sustentam. O homem e a mulher, enquanto marido e esposa, voltam a desempenhar um papel de gênero “tradicional”.

Percebe-se, portanto, a migração como um fenômeno que contribui para o desenvolvimento de uma nova identidade de gênero para as mulheres, seja através da experimentação de novos papéis ou através das redes sociais, familiares. Assim, tanto no país de origem quanto no de destino, as redes sociais de parentesco, caracterizadas essencialmente pelas mulheres, mantêm e fortalecem os laços afetivos, sustentando o projeto da migração, isto é, de acúmulo de riqueza e, conseqüentemente, de ascensão social.

Por fim, as migrações surgem como um fenômeno baseado inicialmente nas questões econômicas, estruturado por redes familiares e femininas, mas que, por sua vez, trazem transformações para todos os sujeitos que a vivenciam, isto é, os emigrantes e seus familiares,

os que vão e os que ficam, direta ou indiretamente, provocando sentimentos ambíguos com o ir e vir, gerando crises de identidades a partir do contato com culturas diferentes e possibilitando novas relações sociais, seja com as pessoas no país que os recebe, seja com os familiares na sua terra natal.

Enfim, observa-se que, no contexto das migrações a temática da família está constantemente articulada a esse fenômeno. Nesse sentido, procuraremos compreendê-la discutindo-a no próximo capítulo.

3 FAMÍLIA

Ao abordar o tema família, faz-se necessário conceituar a palavra, pois estão em cena as nossas próprias referências pessoais e sociais. A princípio, família remete-nos à lembrança de outras palavras como, por exemplo: parentesco, consangüinidade, relacionamentos interpessoais mais próximos, reprodução, abrigo, etc. Essas recordações caracterizam a dimensão e a amplitude da palavra família, pois ela permite diferentes análises e interpretações, variando de acordo com o contexto e a realidade social que se apresenta.

Roudinesco (2003) afirma que, num sentido geral, família pode ser conceituada como um grupo de pessoas ligadas entre si pelo casamento e sua filiação. Sarti (2004, p. 119) declara que “família é o espaço social onde se realizam os fatos da vida vinculados ao corpo biológico, como o nascimento, a amamentação, o crescimento, o acasalamento, o envelhecimento e a morte”. Já Lévi-Strauss, citado por Roudinesco (2003, p. 16), assinalava o caráter duplamente universal da família, pois ela “associa um fato de cultura, construído pela sociedade, a um fato de natureza, inscrito nas leis da reprodução biológica.”

Para Bruschini (1993, p. 50),

o primeiro passo para estudar família deveria ser o de “dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável” e observando que as relações muitas vezes coincidentes que conhecemos atualmente entre grupo conjugal, redes de parentesco, unidade doméstica/residencial podem se apresentar como instituições bastante diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos.

Logo, infere-se que a idéia de família traz consigo sentidos que não podem ser ignorados, isto é, suas dimensões biológica, cultural e social, variando de acordo com o contexto histórico na qual está inserida.

Mas, para compreender a família não basta ter uma definição sobre ela, deve-se conhecer as funções e história¹⁷ que a caracterizaram ao longo dos séculos, até a atualidade.

Para Bruschini (1993) a família possui diversas funções, variando conforme o momento histórico e a corrente teórica que se propõe a estudá-la. Nos séculos XVI e XVII a

¹⁷ No subcapítulo 3.1 farei uma discussão mais detalhada sobre a história da família.

família era constituída basicamente com as funções de preservação da linhagem – resguardando a herança genética e sanguínea – e ainda, de conservação e aquisição de patrimônio. Já no século XVIII, com a ascensão da burguesia, o casamento por amor passa a ser uma constante e a preocupação com a educação dos filhos torna-se uma realidade. Logo, vê-se a família transformar-se também em uma unidade afetiva, com uma função socializadora.

Anteriormente à Revolução Industrial, a família era caracterizada como uma unidade de produção, com uma função econômica. Os membros da família tinham suas tarefas relativas a sua idade, sexo e posição, cabendo ao homem os papéis públicos e à mulher, as tarefas relacionadas ao âmbito doméstico, privado. Havia ainda uma interdependência das funções desempenhadas entre as pessoas, o que garantia o sucesso financeiro da família.

No século XIX, com a ampliação do comércio e principalmente das indústrias, fez-se necessário o recrutamento de mão de obra. A família, que até então produzia o que consumia, teve que se adequar às novas exigências do mercado, passando a vender a sua força de trabalho às indústrias e ao comércio. Essa mudança provocou alterações no âmbito familiar, uma vez que o homem tornou-se a figura responsável pela função produtiva, pelo trabalho remunerado, no espaço público, ficando à mulher, as tarefas do lar, restritas ao ambiente doméstico e sem salário.

Nesse momento de transformações ressalta-se ainda que a família tornou-se uma unidade de consumo, uma vez que ela passou a comprar no mercado o que necessitava para sobreviver, não produzindo mais, necessariamente, o seu sustento no ambiente doméstico.

Dessa forma, a família vai adquirindo novas funções, que vão sendo historicamente construídas. Coincidindo com o pensamento de Bruschini (1993), Poster (1978) afirma que existem muitas teorias da família que buscam classificá-la em funções, unidades específicas como, por exemplo: econômica, ideológica, de socialização, sexualidade, reprodução da força de trabalho.

Para a Sociologia, a família é caracterizada como uma unidade socializadora, na qual suas principais atribuições concentram-se na formação da personalidade dos sujeitos envolvidos. Essa corrente teve Talcott Parsons como um dos seus precursores. Para ele, a função básica da família estaria na socialização das crianças, acentuando-se, assim, a discussão sobre a importância do papel da mãe, principalmente nas primeiras fases do desenvolvimento infantil.

Em Marx, citado por Poster (1978), apesar de sua teoria não ter se concentrado necessariamente na família e sim nas questões relacionadas à política, religião e economia,

percebe-se uma discussão que estaria vinculada à função econômica da família, em questões como divisão sexual de trabalho, acúmulo de patrimônio e reprodução da força de trabalho, o que também vai ao encontro da discussão apresentada anteriormente por Bruschini (1993). Dessa forma, ele considera a família como um grupo social que reproduz a força de trabalho, através da divisão sexual de papéis, na qual a mulher seria responsável pelas tarefas domésticas, no campo privado e sem remuneração, e o homem encarregado de vender seu trabalho no mercado.

Mitchel, citada por Bruschini (1993), faz uma crítica ao marxismo ao afirmar que a condição da mulher não pode ser subtraída da economia. Para ela,

as estruturas-chave seriam a produção, a reprodução, a sexualidade e a socialização das crianças. [...] É o papel da mulher na família que faz com que ela participe de três estruturas diferentes, a reprodução, a sexualidade e a socialização das crianças. Por isso a família precisa ser analisada como uma combinação dessas estruturas que a compõem hoje, mas que podem no futuro formar um padrão diferente. (BRUSCHINI,1993, p.58)

Já a Antropologia enfatiza a função socializadora e concentra-se no parentesco. Para essa ciência, família seria um grupo social e o parentesco uma estrutura formada pela combinação da descendência (entre pais e filhos), consangüinidade (entre irmãos) e afinidade (aliança, através do casamento). Entretanto, Poster (1978) afirma que os estudos antropológicos sobre parentesco não podem ser considerados, uma vez que existem muitas pessoas que pertencem a uma família (não-parentes), sem necessariamente ter quaisquer desses laços.

Agnes Heller, citada por Bruschini, afirma que família teria ainda outra função, a de reprodução ideológica, ou seja, de transmissão de costumes, hábitos, valores e padrões de comportamento. “É no ‘fazer’ de todos os dias que surgem e se modificam ou desaparecem idéias, atos e relações.” (1993, p.60).

Na Psicologia, a teoria freudiana vai fornecer elementos para o entendimento da estrutura da família, em termos de afetividade, destacando as funções socializadora e de reprodução ideológica. Para Freud, a formação da personalidade, que é construída na infância, depende intrinsecamente da estrutura familiar. É através do estabelecimento de vínculos afetivos com os membros da família, que a organização psíquica do sujeito se configura. O desenvolvimento psicosssexual proposto por Freud surge vinculado a uma determinada estrutura de família na qual o pai aparece como figura de autoridade. Segundo Poster (1978), Freud expõe uma teoria que apresenta as principais mudanças que ocorrem na experiência da família.

Em Freud encontramos o ponto de partida para a apreensão da família como uma complexa teia de vínculos e de emoções, que se expressa simultaneamente através do ódio e do amor. Depois de Freud, os estudos de família não podem mais analisar as relações familiares sem levar em conta o nível psicológico das relações sociais que se passam em seu interior. (BRUSCHINI, 1993, p.62).

Em razão disso, Kehl (2003) reforça essa discussão sobre as funções da família ao falar, do ponto de vista da Psicanálise, sobre as funções desempenhadas por seus membros. Para ela, independentemente da família a qual nos referimos, sempre haverá alguém que exerça a função paterna¹⁸ e alguém que se encarregue dos cuidados maternos, - que podem ser exercidos por qualquer pessoa, não necessariamente a mãe e nem mesmo uma mulher -. É nessa lógica de atribuições que a criança se estruturará como sujeito. “A partir deste ponto, o papel da família na modernidade é *formador*, no sentido de preparar as crianças para suas responsabilidades em relação às normas de convívio social.” (KEHL, 2003, p. 173, grifo da autora).

Nesse sentido, Sarti (2004, p. 120) apresenta a família como “detentora dessa função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas”. Infere-se, portanto, que a formação e a socialização, funções anteriormente descritas, são desenvolvidas à medida que as relações tenham sentido e as experiências vividas sejam constantemente elaboradas e reelaboradas. Dessa forma, a família teria também a função de significar o mundo para o sujeito.

Enfim, Poster (1978) comenta que a família, independentemente das funções que desempenha, não deve ser tratada como uma espécie universal, ou seja, ela possui sua especificidade. Logo, para além das funções descritas, torna-se importante saber articulá-las dentro do contexto familiar e histórico em que se apresentam. Já Bruschini (1993) salienta que o estudo sobre família deve ser capaz de articular as várias funções que foram apresentadas.

Nessa ótica, este capítulo sobre família procura compreender o percurso histórico da família na Europa e no Brasil, buscando elucidar seus padrões familiares distintos.

¹⁸ “Em psicanálise, [função paterna] designa a entrada da Lei na relação entre a criança e a mãe, interditando a relação incestuosa; não se confunde com as responsabilidades, legais e morais, do genitor.” (KEHL, 2003, p. 172).

3.1 Revisão Histórica

3.1.1 A História da Família¹⁹ na Europa:

“A família é uma instituição que é tão antiga como a espécie humana.” (ACKERMAN citado por MELO FILHO, 2004, p.59). Pensar a família é buscar entender sua história e como aconteceram as mudanças até os dias de hoje.

Lévi-Strauss, citado por Roudinesco (2003, p.14-15), afirma que

a universalidade da família repousa na concepção naturalista da diferença dos sexos e ainda [...] na existência [...] prévia de duas outras famílias, uma pronta a fornecer um homem, a outra, uma mulher, que por seu casamento farão nascer uma terceira e assim indefinidamente.

Logo, infere-se que a formação da família se inicia a partir da diferença anatômica entre homem e mulher (natureza- reprodução), caminhando posteriormente para as relações sociais (cultura-leis).

Nas sociedades arcaicas os indivíduos se organizavam em grupos corporativos caracterizados como clãs. Segundo Galano (2006), entende-se por clã um grupo de pessoas que pode traçar a descendência comum (unilinear) de um ancestral que o inaugurou. Nestes, a vida social era baseada em relações coletivas e públicas, na qual a consangüinidade e o trabalho predominavam como instrumentos para a constituição da família.

A preocupação centrava-se na necessidade de sobrevivência, seja do grupo ou do patrimônio. Assim, a formação da família acontecia a partir da decisão dos pais, que buscavam a transmissão dos bens e a perpetuação da linhagem, independentemente da satisfação afetiva (amorosa) e/ou sexual das pessoas envolvidas. O casamento era apenas um contrato e a família era constituída a partir de um negócio, realizado à base de trocas, em que não havia a participação da Igreja. Galano (2006) denomina esse modelo familiar como **Família Clã**.

Com a expansão do cristianismo, a partir do século V, na Idade Média, a Igreja começa a interferir nas questões relativas ao casamento e, conseqüentemente, à formação da

¹⁹ O foco da revisão histórica concentrar-se-á nos modelos de família que se estruturaram ao longo dos séculos.

família. Segundo Araújo (2002), essa interferência era modesta nesse momento, pois havia uma oscilação muito grande em relação às questões sobre a moralidade. A sociedade se organizava sob a orientação dos religiosos, sempre levando em consideração a moralidade e a lealdade ao patriarca, fosse o rei ou o “pai”.

O casamento sob o domínio da Igreja passou a ser legitimado como lugar exclusivo para o exercício da sexualidade, com o objetivo de procriação. A Igreja esperava que, com esse controle, os desejos e prazeres relativos ao sexo pudessem ser restringidos. O casamento foi utilizado, ainda, como possibilidade para o crescimento e/ou aumento do patrimônio. Assim, as filhas uniam-se a homens com *status* superior ao de sua família, ampliando o “território”, inclusive de parentes, e garantindo a coesão do grupo na comunidade. Araújo (2002) comenta que a proibição do incesto e a regra da exogamia (interdição de uniões entre membros da família) foram também práticas estabelecidas pelas famílias a fim de aumentar os bens e manter alianças políticas.

Ressalta-se que, apesar de o casamento começar a ser recomendado pela Igreja, o sentimento de afetividade ainda não era levado em consideração na escolha dos noivos. A função da mulher era essencialmente de procriação, sendo a fidelidade feminina indispensável para a perpetuação da linhagem.

A família ainda se estruturava sob um grande agrupamento de pessoas e a preocupação com o patrimônio se mantinha. Agora, a riqueza através dos bens também assegurava prestígio e ascensão política na comunidade a qual pertencia. No início da Idade Média, o patrimônio da família era protegido e resguardado por um único herdeiro, geralmente o filho mais velho, que era nomeado pelo pai. Aos outros filhos caberiam outras funções menos importantes dentro da família.

Le Play, citado por Galano (2006), classifica esse modelo de família como “**Família Tronco**”, cuja estratégia familiar seria a preservação do patrimônio e o fortalecimento das relações entre irmãos. Com classificação diferente, mas com sentido semelhante, Roudinesco (2003) denomina esse modelo como **Família Tradicional** – célula familiar submetida à autoridade patriarcal e que se preocupa em assegurar o patrimônio, seja através da linhagem, seja através da herança. Segundo a autora, esse modelo persiste até o início do século XVIII.

Por volta dos séculos XII e XIII, com os valores cristãos já instaurados na sociedade, o casamento ganha uma nova roupagem; agora surge como alternativa para evitar a libertinagem e a luxúria, presentes até então nos relacionamentos interpessoais. Entretanto, ressalta-se que, independentemente da Igreja (moralismo religioso), a autoridade paterna continua sendo decisiva nas escolhas quanto ao casamento e à formação da família, ou

seja, ainda persiste a preocupação com a herança e a descendência. Essa inquietação advinha da necessidade de descender e de perpetuar a linhagem, mantendo os laços de sangue.

Como dito anteriormente, nesse momento histórico ainda não havia, por parte da sociedade, uma preocupação com a família em relação aos sentimentos das pessoas ali envolvidas. As crianças eram consideradas mini-adultos, participando da vida dos adultos tão logo tivessem condições físicas para tal empreendimento. “A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto nem asseguradas nem controladas pela família. [...] A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las.” (ARIÈS, 1981, p.IX). Essa aprendizagem acontecia fora do “lar”, pois as crianças eram encaminhadas a outras famílias para aprenderem as mais diversas profissões e/ou ofícios. Era como se fosse uma troca de crianças entre as famílias, com o objetivo de promover a aprendizagem.

Até então, nas relações interpessoais que aconteciam dentro do ambiente familiar, não havia a preocupação em preservar a intimidade, ou seja, o ambiente familiar era de domínio público. A partir do século XV, essa realidade começa a se modificar, quando se desenvolve na família uma preocupação com as crianças e, conseqüentemente, com a infância.

Portanto, as crianças passam a ser enviadas às escolas, que anteriormente eram freqüentadas só pelos religiosos. Isso vai acontecer porque a Igreja, fortalecida de poder sobre a sociedade dessa época, impõe um rigor moral sobre a juventude, justificando-o como necessidade de preservá-la da violência, lascívia e das tentações do mundo adulto. Assim, a Igreja reforça junto aos pais a necessidade de vigiar e controlar os comportamentos de seus filhos. Agora, as crianças não se afastavam mais de suas famílias, a não ser para ir à escola, cuja doutrina educacional e/ou pedagógica baseava-se principalmente nos ensinamentos de J.-B. de La Salle e dos jesuítas.

Esse sentimento de preservar, cuidar e educar as crianças vai se solidificando com o decorrer dos anos para atingir o apogeu no século XVII. “A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se na criança.” (ARIÈS, 1981, p. 159).

Esse sentimento de família provocará uma mudança de contexto nas relações familiares, ou seja, sairá da esfera pública para concentrar-se no ambiente doméstico, privado. Vai ainda provocar uma mudança nas construções das casas: antes não havia a preocupação em preservar a intimidade através de ambientes privativos; todos os cômodos se

comunicavam internamente, não havia corredor, hall ou escada que garantisse a intimidade das pessoas.

A mudança de mentalidade começa a ser construída por meio de recriações do espaço familiar: os aposentos têm uma atividade específica, a cama é do indivíduo ou do casal; criam-se espaços de comunicação: a escada privada, o corredor, o hall de entrada, todas estas invenções darão um novo sentido à intimidade. (GALANO, 2006, p. 128).

A partir das Revoluções Burguesa e Industrial e ainda com o advento da Modernidade, grandes mudanças aparecem no cenário da sociedade. A Igreja perde a sua força em função dos movimentos protestantes e surgem repúblicas na Europa. As revoluções acontecem na política, na economia e na sociedade. A urbanização das cidades aparece como oportunidade de enriquecimento e ascensão social. A aristocracia cede espaço à burguesia e à industrialização.

Diante deste quadro a família se reorganiza. As questões relativas ao público e privado estão redimensionadas. A família, anteriormente território público, pois era uma “realidade moral e social mais do que sentimental” (ARIÈS, 1981, p. 158), passa a ser de domínio privado. “[...] Os progressos do sentimento de família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica.” (ARIÈS, 1981, p. 164).

Assim, a partir do século XVII, a família se apresenta sob uma nova ótica. Ela deixa de ter uma concepção de grupo extenso, para se dedicar exclusivamente a um grupo menor, constituído por pai, mãe e filhos. Seu status é doméstico, conjugal e nuclear. As estruturas familiares anteriores, de clã e tronco/tradicional, não se ajustam mais ao modo de vida das pessoas e nem ao modelo econômico que se consolida no mundo. Segundo Galano (2006), esse modelo de **família nuclear** vai confirmar definitivamente o espaço privado e o individualismo na família.

Dessa forma, a legalização do casamento e as uniões por laços de afetividade passam a ser uma constante. Os casamentos consangüíneos bem como os arranjos matrimoniais deixam de ser uma exigência dos pais e os filhos podem fazer suas escolhas livremente, levando basicamente em consideração os seus sentimentos e emoções. Araújo (2002, p. 72) afirma que, a partir da modernidade, as grandes mudanças no casamento

impõem aos esposos que se amem ou que pareçam se amar e que tenham expectativas a respeito do amor e da felicidade no matrimônio. Essa imposição teve muitas conseqüências e contradições. Uma delas é que acabou criando uma armadilha para os casais na medida em que se acentuaram as “idealizações” e

conseqüentemente os conflitos resultantes da desilusão pelo não atendimento das expectativas.

A partir do século XVIII, segundo Galano (2006), a emancipação da mulher, ao entrar no mercado de trabalho, e o reconhecimento da adolescência como um período de desenvolvimento humano, vão marcar esse modelo descrito acima também pela redefinição dos papéis dentro da família.

Roudinesco (2003) classificará esse modelo de família como **Família** dita “**moderna**”, cuja característica marcante seria a lógica afetiva dos relacionamentos. Para ela, esse modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do século XX.

Na segunda metade do século XX a sociedade se depara com um novo cenário. Entra em cena a revolução sexual: com a chegada da pílula anticoncepcional a mulher, até então presa a uma situação de procriação, começa a vislumbrar a possibilidade de reivindicar o sexo com prazer. A palavra de ordem passa a ser desejo. A preocupação com gravidez, mais precisamente com a natalidade, fica em segundo plano.

Apesar de a luta pela igualdade de direitos entre os sexos ter se iniciado no século XVIII, com o movimento feminista, para Roudinesco (2003) é neste momento, ou seja, meados do século XX, que a discussão do que ela considera a diferença entre sexo e gênero ganha força. A mulher até então era tratada e/ou pensada como objeto de prazer sexual, com função procriadora associada à maternidade. Agora, “com a conquista definitiva de todos os processos da procriação pelas mulheres, um temível poder lhes foi reservado [...]. Elas adquiriram então a possibilidade de se tornar mulheres prescindindo da vontade dos homens.” (ROUDINESCO, 2003, p.118). Assim, apesar da função de procriadoras e esposas, as mulheres passam a estar livres para construir um outro lugar, baseado nas relações sociais e que independe da função de procriar e “maternar”.

Essas questões provocam uma nova organização na estrutura da família, sobretudo no que diz respeito à redefinição dos papéis e/ou funções. Até então a mulher se submetia à autoridade do pai ou do marido. Com a sua emancipação financeira, ao entrar no mercado de trabalho, faltava a ela sua independência sexual.

Paralelamente a essas discussões, já no final do século XX o mundo vive um momento de transição. A pós-modernidade aparece no cenário social, trazendo consigo a “[...] total aceitação da *efemeridade*, da *fragmentação*, da *descontinuidade* e do *caótico* [...].” (VAISTMAN, 1994, p. 41, grifos da autora). Jameson, citado por Vaitsman (1994, p. 45), acrescenta que “o pós-modernismo, com toda sua fragmentação e heterogeneidade, seria, assim, uma vertente e radicalização do próprio modernismo.”

Diante deste novo quadro o mundo sofreu e vem sofrendo efeitos, dentre eles podemos citar a aceleração do consumo, as novas tecnologias de produção e as mudanças nas organizações do trabalho. As relações afetivas também sofrem influência. Palavras como supérfluo e descartável começam a fazer parte dos relacionamentos. *O ficar, as amizades coloridas, os lances de momento* tornaram-se práticas comuns.

[...] as relações afetivas mais passageiras e laços emocionais mais frouxos ajudam a um aumento de divórcios e novos casamentos. No mundo inteiro se percebe um aumento na instabilidade familiar, e com o afastamento afetivo e econômico do pai um crescimento dos lares monoparentais. (GALANO, 2006, p.138).

Neste momento em que a instabilidade é a regra, vão aparecer diversas denominações para os mais variados arranjos familiares. A literatura brasileira vai classificar como **Família Monoparental** esse modelo cuja família é chefiada por um só membro adulto, seja ele masculino ou feminino.

Roudinesco (2003, p.19) classificará a família, atualmente, como **Contemporânea** ou **Pós-moderna**, na qual “a transmissão da autoridade vai se tornando então cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.” Apesar da lógica de classificação do modelo de família proposto por Roudinesco ser diferente dos autores citados anteriormente – está baseada na mudança do lugar do pai, na alteração de sua função enquanto autoridade –, a consequência é a mesma, ou seja, instabilidade familiar provocando diversos arranjos, dentre eles o de lares monoparentais.

Se a partir da segunda metade do século XX a fragilidade das relações afetivas estava influenciando nos novos modelos familiares, agora no início do século XXI a sociedade vai deparar-se também com um novo desafio: as novas tecnologias, a mídia e a industrialização em grande escala, reforçada pela globalização. *Internet*, celulares, *orkut*, *MSN*, dentre outros meios de comunicação virtuais, vão interferir qualitativamente nas relações afetivas, alterando-as. Ressalta-se que essas relações virtuais podem perder o caráter intimista (privado) defendido pelas famílias até então, já que esses relacionamentos não deixam de ser uma exposição pública, ainda que virtual, de um mundo individual. Kehl (2003, p. 169) reforça essa discussão ao afirmar que a mídia contribui para o “rompimento do isolamento familiar.”

Nesse contexto, percebe-se que a família busca se organizar, estruturando-se em diversos arranjos e/ou modelos. Dentro dessa ótica Galano (2006) apresenta os modelos de família que se verificam atualmente: **Famílias de um Só**, ou seja, famílias de um só membro, seja ele solteiro, divorciado e/ou viúvo; as **Famílias Reconstituídas** ou **Famílias com filhos**

de diferentes casamentos e, ainda, as **Famílias Canguru**, cujos filhos adultos optam por morar com os pais. Esses filhos também podem ser solteiros, divorciados ou viúvos.

Para Kehl (2003, p. 165) esses novos arranjos familiares fizeram com que a família desprivatizasse, “não porque o espaço público tenha voltado a ter a importância que teve [...], mas porque o núcleo central da família contemporânea foi implodido, atravessado pelo contato íntimo com adultos, adolescentes e crianças vindas de outras famílias.”

Apesar de os modelos familiares terem mudado ao longo dos séculos, acompanhando as mudanças da sociedade, percebe-se que de um jeito ou de outro eles persistem na atualidade. É certo que uns mais que os outros, variando de acordo com a cultura e maturidade da sociedade. Para Costa (1983, p.11), o que estamos vivenciando nos dias de hoje seria uma desestruturação da família, uma vez que “[...] a família, estaria vivendo em rude impasse. Perdeu seus antigos valores sem conseguir criar nada que pudesse substituí-los.” Em contrapartida, apesar de todas as mudanças, Roudinesco (2003, p.198) afirma que a família continua sendo “reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições.” Já Stacey, citado por Vaitsman (1994, p.52.), acrescenta que estamos num momento histórico em que não se trata mais de “um novo modelo de vida familiar nem o próximo estágio numa ordem progressiva na história da família, mas o estágio em que se rompe a crença numa progressão lógica de estágios.”

E no Brasil? Como a família brasileira se configura na atualidade? Para responder a esses questionamentos torna-se fundamental resgatar sua história, empreendendo uma análise comparativa com os modelos de família apresentados até então.

3.1.2 A História da Família Brasileira

A história da família brasileira não difere tanto da história da família na Europa, apresentada até agora. Lembremos que o Brasil foi descoberto no século XVI, quando na Europa começava-se a preocupação com o cuidado das crianças, ou seja, o sentimento de criança e, conseqüentemente, de família. Entretanto, por um longo tempo, esse sentimento não aparecerá no Brasil.

Com o descobrimento do Brasil e a chegada dos imigrantes europeus para sua colonização, a sociedade procurou se organizar em torno da cultura canavieira (Bahia e Pernambuco) e cultura do café (Minas Gerais e São Paulo), atividades econômicas predominantes na época. Dessa forma, a sociedade colonial brasileira era caracterizada como rural, representada pela casa-grande. As figuras centrais desse cenário eram os imigrantes, os escravos e os índios. O povoamento da colônia se dava, então, através da miscigenação das raças.

Nesse momento do Brasil colônia, encontrávamos pessoas livres, pobres, ricas, brancas, negras e mestiças, cujo objetivo era alcançar sucesso e estabilidade financeira. Para atingir essa meta, tornava-se primordial a constituição de famílias. Ferreira, citado por Galano (2006, p.132), comenta que

no Brasil colonial, existiam homens livres e pobres percorrendo a colônia; forasteiros portugueses, pequenos comerciantes, negros e mestiços tentando fugir do estigma da cor; todos empenhados na mesma busca de estabilidade, constituindo família e adquirindo raízes através de casamentos e nascimentos legítimos.

Assim, para explorar e colonizar um território tão vasto, as famílias passaram a ser estruturadas e/ou organizadas a partir do núcleo central (pai, mãe e filhos) e das pessoas que estavam no entorno, consideradas como agregados (amigos, parentes, escravos, serviçais, dentre outros). Essas famílias da época colonial, além de exercerem funções econômicas visando a preservação do patrimônio e enriquecimento, também desempenhavam funções educativas, religiosas e políticas. Dessa forma, a sociedade girava em torno dessa organização familiar.

Romagnoli (1996) afirma que o modelo de família predominante nessa época seria a “**Família Patriarcal**”, cuja autoridade concentrava-se nas mãos do senhor de engenho e a agricultura canavieira era a força motriz da economia da época. “[...] a família patriarcal era constituída pelo senhor de engenho, por sua esposa e pelos filhos, legítimos e naturais, pelos parentes, pelos agregados, pelos escravos, enfim, todo o aparato humano que girava em torno da casa grande.” (ROMAGNOLI, 1996, p.42). Essa denominação dada por Romagnoli coincide com a classificação de Samara (1983). Já Ferreira citado por Galano (2006), nomeará a família dessa época como “**Família Extensa**”, na qual o que seria primordial é o que está em torno do núcleo (pai, mãe e filho). Entretanto, Galano (2006) considera como modelo mais apropriado o de “**Família Tronco**”, pois o objetivo central seria a preservação do patrimônio.

Samara (2004), ao realizar uma pesquisa em São Paulo, a partir de recenseamentos do século XIX, vai observar que famílias

[...] extensas ou do tipo “patriarcal” eram apenas uma das formas de organização familiar e não chegavam a representar 26% dos domicílios. Nos demais, ou seja, em 74% das casas, predominavam outras formas de composição, o que significa que famílias extensas eram representativas apenas de um segmento da população. (SAMARA, 2004, p.17-18).

Assim, a autora faz uma crítica aos historiadores que tomam o modelo dominante como único, hegemônico, pois segundo a autora a grande maioria dos pesquisadores baseou-se na historiografia e na obra clássica de Gilberto Freyre para contextualizar a família brasileira. Apesar das críticas atuais e da classificação variada quanto ao modelo de família na época do Brasil Colônia, o que se torna relevante ressaltar é que o sustentáculo dessa família ora pesquisada, passa pelo poder do patriarca (autoridade paterna) e pelo acúmulo de bens, ou seja, de patrimônio, coincidindo com as características européias do período compreendido entre os séculos V e XV. Percebe-se aqui, em análise comparativa Brasil – Europa, um atraso do primeiro no que se refere ao modelo de família, ou seja, na Europa os modelos citados anteriormente persistiram até o século XV, sendo que no Brasil se iniciaram no século XVI e continuaram, como veremos, até meados do século XIX.

A partir do século XVIII a economia volta-se também para a extração e comercialização do ouro e assim a sociedade começa a se organizar em torno das cidades. Estas, por sua vez, surgiram de pequenas vilas que se formavam em torno das fazendas e/ou casas-grande. Nas cidades que surgiam não havia qualquer controle quanto às questões relativas à disciplina comportamental e/ou moral da população. Não havia por parte de Portugal qualquer incentivo à resolução desse problema. Os governantes, segundo Costa (1983), tentavam impor a ordem e estabelecer o controle sobre as pessoas através da chamada Ordenação, em que as infrações eram punidas com enforcamentos, exílios, açoites, etc. No entanto, o resultado esperado não foi alcançado. A Igreja, através da pedagogia jesuíta, e o exército, com ações militares, tentaram ajudar nesse controle, mas esbarraram na inoperância do sistema jurídico do Estado.

Paralelo a essa situação, a população apresentava hábitos anti-higiênicos que comprometiam a saúde das pessoas. O governo da colônia optou então por uma política de saúde e buscou na medicina o seu suporte para o enfrentamento de ambos os problemas supracitados. A partir do século XIX, portanto, o Estado esperava que com a implementação de estratégias higienistas, principalmente de caráter preventivo, pudesse haver conseqüentemente o controle disciplinar das pessoas. “Administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, transformando uns e outros em táticas de

intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária.” (COSTA, 1983, p.28).

Para colocar em prática sua estratégia higienista, a medicina precisava contar com o apoio da família. Entretanto, até então, a mesma era considerada pelo Estado como a célula social antagônica aos interesses e objetivos do governo. Segundo Costa (1983, p.30), “Na Colônia, o combate à família obedecia à ética estritamente punitiva e legal. Cada vez que o poder familiar se insurgia era fulminado.” Para romper com esse ciclo foi necessário rever conceitos, táticas e regras. A família passou a ser considerada como aliada, como um grupo de adultos, jovens e crianças, que conjuntamente poderiam fomentar saúde, sucesso e felicidade. Dessa forma, à medida que as técnicas higienistas davam resultados positivos com as famílias, o desenvolvimento urbano também estava garantido. Com o passar do tempo essa família patriarcal, rural e latifundiária, passou a deter poder suficiente, pois dela dependia o sucesso da política higienista para competir com o Estado e assegurar suas relações com a cidade.

Assim, essa família começa a se instalar definitivamente nas cidades, trazendo consigo as tradições, valores e costumes até então considerados essencialmente rurais. No cenário urbano, a casa da família, antiga casa-grande, vai ocupar todo o lote, demarcando o espaço majoritário do privado em detrimento ao espaço público.

Ressalta-se que na história da família brasileira não houve o movimento do público para o privado, relatado anteriormente na Europa. A família brasileira se estrutura sob a ótica do privado em prevalência ao público. Acredita-se que a razão para tal fato esteja no período em que o Brasil foi descoberto; no século XVI, já na Europa, o movimento do público para o privado começava a se alterar, em função do sentimento de criança que se iniciava neste continente.

Retomando, a família, de posse do monopólio das cidades, conferido pelo poder dado pelas políticas higienistas de saúde do governo colonial, começou, então, uma ampliação de sua rede, concedendo aos parentes, consangüíneos ou não, favorecimentos políticos que conservavam e ampliavam suas riquezas latifundiárias. Percebe-se que o modelo de família patriarcal, rural e latifundiária do Brasil colônia ainda persistiu no século XVIII, mesmo com a família imigrando para a cidade. Segundo Samara (2004), as poucas alterações que foram percebidas estão relacionadas às características regionais onde a família está inserida e não comprometem, necessariamente, o modelo de família presente. Outra atuação do monopólio familiar neste período refere-se ao fortalecimento do catolicismo. Costa (1983, p. 44) afirma que

a transposição de figuras e formas da divina família para o interior do latifúndio foi facilitada pelo paternalismo subjacente ao catolicismo europeu. [...]. A ordem teológica que justificava a organização sócio-econômica da Colônia era a mesma onde se inscrevia a função paterna. [...] O lugar e o direito do pai são inquestionáveis, e, por conseguinte, também o é o de todos os outros membros da família.

Dessa forma, estava implícita a aceitação do modelo de organização da família portuguesa colonizadora, ou seja, **Família Patriarcal**.

Com a chegada da Revolução Industrial, no início do século XIX, faz-se necessário adequar o Estado às novas exigências do mundo. Uma delas se refere ao controle demográfico. Logo, era preciso criar estratégias para enfrentar esta situação. Novamente o Estado busca apoio nas famílias; dessa vez, através da medicina doméstica, “reorganizando as famílias em torno da conservação e educação das crianças.” (COSTA, 1983, p.51).

Assim, a medicina da época forneceu orientações às famílias quanto ao funcionamento do ambiente social, ou seja, em relação ao conforto doméstico, realçando a necessidade de se manter a privacidade. Orientou ainda sobre alimentação, vestimenta e, principalmente, sobre a educação das crianças.

Um outro médico, Fellipe Neri Collaço, em sua <enciclopédia> de conhecimentos indispensáveis na vida prática, mostrava até onde ia essa intervenção. O autor pretendia ensinar qual a maneira higiênica de organizar: a *habitação*, (limpeza, asseio, construção, decoração, destruição de insetos, iluminação, escolha de lustres, sofás, papel de parede); *os vestidos e a roupa da casa* (como lavar, engomar, tirar nódoas, marcar roupa, arrumá-las nos armários, escolher linhas e máquinas de costura, etc...); *a alimentação*; *a higiene em geral*; *a educação de crianças*; *os usos e deveres da sociedade* (da polidez, da recepção de visitas, [...]); e finalmente, num apêndice [...], várias receitas culinárias. (COSTA, 1983, p.114, grifos do autor).

Agora, não se trata mais da política higienista do período colonial e sim de medidas normalizadoras que visem o controle demográfico e também o controle dos problemas urbanos, conseqüências da vida nas cidades, ou seja, da urbanização; como exemplo pode-se citar a falta de saneamento básico. Apesar do foco de trabalho da medicina para com a família ter se alterado no decorrer do tempo – saiu de uma política contrária às condutas anti-higiênicas para dedicar-se posteriormente à urbanização dos costumes –, ela não deixou de interferir e redefinir o papel da família na sociedade brasileira. Romagnoli (1996, p.55) afirma que “combatendo a falta de higiene, cuidando do corpo, da casa, da alimentação, [...] realçando o papel da mulher como mãe responsável e esposa primorosa, o médico se incorpora à intimidade da vida familiar.” Logo, à medida que o saber médico se embrenhava no cotidiano da sociedade brasileira do século XIX, o foco de interesse da família migrava, por sua vez, para os filhos, exaltando a ordem e a educação em prol da saúde.

Importante ressaltar que a preocupação com a educação das crianças no Brasil iniciou-se com o controle demográfico, já no século XIX, diferentemente da Europa, que começou ainda no século XV, com a intervenção da Igreja, cujo objetivo concentrava-se também no controle, só que do comportamento. Este, no Brasil não estava associado, a princípio, com as crianças.

Diante desse quadro que se apresenta, a família brasileira se organiza novamente. Ela vai gradativamente se afastando do modelo cuja preocupação estava centrada na preservação do patrimônio, para agora voltar-se para a educação dos filhos, sem, entretanto, perder a característica intimista de privacidade no interior da família. “Filhos que em última instância devem ser bem criados e esbanjar saúde, para desta maneira participar do progresso de sua pátria.” (ROMAGNOLI, 1996, p.56).

O movimento da Modernidade²⁰, que se inicia no Brasil no século XIX (na Europa o movimento apareceu por volta do século XVII), provocará, dentre outras coisas, a valorização do casamento por amor, como consequência da ideologia burguesa dominante. A partir do que vem se apresentando então, percebe-se uma modificação gradativa no modelo de organização familiar brasileira, estruturando-se paulatinamente no modelo de **Família Nuclear** ou **Família Conjugal** ou, ainda, **Família Moderna**. Essas denominações aparecem na literatura porque, neste momento, três características são marcantes: a família volta-se para o seu núcleo (pai, mãe e filhos), a escolha do parceiro passa a ser uma opção baseada no amor e, ainda, o objetivo da família não se concentra mais necessariamente só no acúmulo de bens, ou seja, na preservação do patrimônio.

Nesse contexto as relações conjugais procuram estar fundamentadas no afeto e os membros da família estão restritos ao pai – ainda como patriarca –, mãe e filhos num ambiente doméstico, privado. Vaitsman (1994, p.31) relata que “a família centrada nos filhos, na concepção de amor moderno e materno, na mulher rainha do lar e no pai provedor, dominaria, então, senão as práticas, pelo menos a concepção burguesa de família a partir do século XVIII na Europa e no Brasil a partir do século XIX.”

Com as mudanças impostas paulatinamente pela Modernidade e, conseqüentemente, pela economia e urbanização da sociedade brasileira, os papéis sociais começam também a se modificar. Kusnesof, citado por Romagnoli (1996, p.51-52), afirma que “à medida que se adentrava o século XIX, vamos assistir à transformação de uma sociedade baseada no

²⁰ “Como uma primeira aproximação [...] ‘modernidade’ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.” (GIDDENS, 1991, p.11).

parentesco, nas lealdades pessoais e na territorialidade, para uma sociedade de relações de classe”, ou seja, as famílias, nesse momento, procuravam formar mais laços com outras famílias do mesmo nível socioeconômico, saindo gradativamente de um modelo baseado na consangüinidade e preservação dos bens.

Vaistman (1994) afirma que o desenvolvimento industrial também provocará transformações nas relações de gênero, redefinindo os papéis sociais. Segundo a autora, o mundo feminino até então doméstico, privado se altera para o domínio público quando a mulher é convocada ao trabalho remunerado. Assim, o modelo de **Família Nuclear**, em que o pai é responsável pela atividade produtiva, caracterizada como pertencendo ao mundo masculino e público, e a mulher como responsável pelo trabalho doméstico, sendo este do mundo feminino e privado, começa a se alterar com as exigências da sociedade industrial moderna.

A estrutura do modelo familiar acima ainda se mantém, ou seja, o pai continua a exercer a autoridade sobre a esposa e filhos e, além disso, detém a preocupação em preservar o patrimônio e prover a casa. O cuidado com os filhos e com a casa (ambiente doméstico) continua a ser reservado à mãe, mulher e esposa, mas as funções internas começam a se modificar a partir da demanda capitalista. Ressalta-se que esse modelo de família brasileira do século XIX coincide com o também modelo familiar dessa mesma época relatado anteriormente na Europa.

Com o fim do regime escravocrata no Brasil e com a industrialização despontando, fazia-se necessário requisitar mão-de-obra, que nesse momento era considerada escassa, por não conseguir atender às necessidades das indústrias. Assim, as mulheres iniciaram sua participação nas atividades industriais, principalmente nos ramos têxteis e de vestuário. A lógica da contratação era baseada na falta de mão-de-obra e não no reconhecimento da mulher como ser humano ativo, capaz de produzir economicamente.

Posteriormente, com a ascensão da imigração européia – que a princípio veio para substituir a mão-de-obra escrava, mas que gradativamente começou também a se integrar às atividades na indústria –, com o crescimento da industrialização e conseqüente aumento da migração do campo para a cidade, a escassez de mão-de-obra diminuiu, fazendo com que a força de trabalho feminino não fosse mais tão necessária quanto antes. É importante ressaltar que, apesar de a mulher ter exercido atividade remunerada e pública nessa época, o seu lugar social de submissão à autoridade masculina ainda se mantinha.

Vaistman (1994) afirma que o modelo de família que se apresenta é considerado moderno, mas que na verdade é um modelo que ainda funciona sob a lógica patriarcal,

porque está instaurado numa dicotomia homem/mulher, público/privado, que por sua vez está ancorado numa hierarquia entre os sexos. Isso se justifica porque coloca as mulheres numa posição em que são subjugadas a um conjunto de práticas sociais que legitimam um lugar de submissão que foi a elas conferido.

Segundo Macedo (2006) a perspectiva dualista citada acima, também marcada pela diferença biológica entre os sexos, é consequência de uma visão positivista da ciência. De acordo com a autora, é a partir dessa concepção que todas as características relacionadas ao masculino e feminino são determinadas e definidas. Tudo passava pela diferença de sexo, ou seja, todas as explicações relativas ao homem e à mulher se reduziam às diferenças biológicas, genéticas, inclusive no que tange às questões psicológicas, como personalidade, por exemplo, eram justificadas como inatas ao sexo.

O advento da Modernidade trouxe também discussões sobre Igualdade, Individualismo e Cidadania²¹, o que provocou questionamentos sobre direitos, hierarquia e lugares sociais, que, por sua vez, atingiram diretamente a mulher, interferindo na construção de gênero e, conseqüentemente, na família. É importante frisar um pouco mais essa questão, porque é principalmente a partir da mudança do lugar social que ocupa a mulher, que as transformações na família acontecerão. É a partir da reivindicação do seu espaço como sujeito ativo e remunerado, que aparecerão discursos tais como desestruturação do lar, desarranjos e rearranjos familiares, divórcios, dentre outros.

Retomando a discussão sobre o lugar social da mulher, percebe-se que, quando o trabalho da mulher não é mais imprescindível na indústria, a mesma volta a ocupar as funções domésticas, fortalecendo o processo de privatização da família. Vaitsman (1994, p. 55) afirma que “ao ser privatizado na família, o trabalho doméstico não-remunerado da dona-de-casa tornou-se invisível.”

A partir de 1930, com a mudança do sistema de ensino no país e o acesso das mulheres à educação, as discussões sobre divisão de papéis no trabalho, bem como a sua estratificação, foram retomadas. Isso só foi possível porque as mulheres começaram a ocupar espaços que anteriormente eram considerados essencialmente masculinos.

Apesar de a educação ter promovido o acesso das mulheres ao mundo do conhecimento e, conseqüentemente, ao mundo do trabalho, as legislações brasileiras, seja a trabalhista e/ou civil, ainda limitavam a participação das mulheres em atividades

²¹ Segundo Lukes, citado por Vaistman (1994, p. 27), o individualismo seria um conjunto de valores cujo eixo é formado pelos princípios de liberdade e igualdade que, por sua vez, corresponde à noção de dignidade humana. De acordo com o Dicionário Aurélio (1999, p.469), cidadania seria a plena utilização pelo cidadão dos seus direitos civis e políticos.

economicamente rentáveis. Essa situação tornou-se um desafio para as mulheres, porque elas agora eram responsáveis pelo trabalho remunerado (opção, pelo menos a princípio, de escolha pessoal) e ainda tinham que lidar com as atividades domésticas (opção obrigatória). Neste contexto, a família nuclear, conjugal e moderna dessa época estaria

transformando aquilo que ainda restava da organização patriarcal, com a emergência dos seguintes traços: igualdade de status por parte da mulher e do homem; maior participação das mulheres em atividades lucrativas; [...] diminuição da autoridade paterna e conseqüente diminuição das distâncias dentro de uma família; enfraquecimento dos laços de parentesco e, em resultado, uma mudança da família extensa para o grupo conjugal. (MELLO E SOUZA citado por VAITSMAN, 1994, p.61)

Com a contínua modernização do país, a exigência de mão-de-obra especializada torna-se uma necessidade. Dessa forma, a possibilidade de a mulher retornar ao trabalho público e remunerado aumenta. Num primeiro momento, por volta dos anos 50, as mulheres tinham como possibilidade profissional o exercício de atividades consideradas femininas, tais como o magistério e a enfermagem. A partir da década de 60, com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que permitia o acesso das mulheres ao ensino superior, as mesmas puderam finalmente optar por uma escolha profissional que atendesse os seus anseios e interesses. Assim, gradativamente as mulheres foram se inserindo em diversas atividades profissionais, sejam elas consideradas tipicamente femininas ou masculinas. Dessa forma, segundo Vaitsman (1994, p. 63), “estavam criadas as condições para que a hierarquia sexual na família e na sociedade fosse questionada”, pois o individualismo patriarcal havia sido abalado.

Paralelamente a essas situações, muitos autores chamavam a atenção para a chegada da era da pós-modernidade, que segundo eles seria uma nova tendência no cenário das relações sociais. Giddens (1991, p.11) afirma que vários termos têm sido usados para definir esse “novo tipo de sistema social (tal como a ‘sociedade de informação’ ou a ‘sociedade de consumo’), mas cuja maioria sugere que, mais do que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento.”

A partir da década de 1970 percebe-se que a modernização alia-se às novas tecnologias, o que provocou uma reorganização do trabalho, interferindo no ritmo e custos da produção. Dessa forma, a “sociedade de consumo”, a que Giddens (1991) se referia, ia se instaurando e marcando cada vez mais as desigualdades sociais, além de alterar comportamentos e valores. A noção de tempo e espaço torna-se flexível, contribuindo para acentuar sentimentos voláteis e efêmeros, enfatizando a cultura do descartável, do supérfluo.

Estas transformações na organização sócio-econômica e cultural, que atingiram boa parte do mundo contemporâneo, ajudariam a explicar por que as pessoas passaram a se descartar com muito mais facilidade não apenas dos bens, mas também de valores, estilos de vida, relações estáveis e ligação com as coisas, construções, lugares, pessoas e modos herdados de fazer e ser: o sentido de que “tudo que é sólido desmancha no ar” raramente teria sido tão penetrante. (VAITSMAN, 1994, p.48).

Retomando a discussão sobre a mulher e a família, verifica-se que, nesse período introdutório da pós-modernidade, a mulher já se posicionava como sujeito ativo e remunerado, ocupando diversos cargos e funções no âmbito do trabalho. Assim, somadas às mudanças trazidas pelo novo sistema social que se instaurava, a família também passou a conviver com a noção de efemeridade, heterogeneidade, fazendo com que as relações se tornassem mais tênues. Dessa forma, o modelo de família nuclear e conjugal predominante até então se soma a diversos outros que aparecem para legitimar a pós-modernidade. Não há mais um modelo predominante e sim vários. “O pós-moderno no casamento e na família caracteriza-se pelo fato de que, em circunstâncias contemporâneas, diferentes padrões de institucionalização das relações afetivo-sexuais passaram legitimamente a ‘coexistir, a colidir, a interpenetrar-se.’” (VAITSMAN, 1994, p.52).

Para Kehl (2003), essas discussões crescem à medida que a medicina apresenta novas alternativas de fecundação. Os progressos da ciência com a inseminação artificial abrem caminho para uma “revolução” no âmbito da concepção humana: as relações sexuais podem ser substituídas por uma intervenção médica. Termos como “mães de aluguel”, “bebês de proveta”, “fertilização *in vitro*” tornam-se corriqueiros nas conversas entre as pessoas.

Assim, a mulher além de sair do espaço doméstico, agora já é capaz de decidir sobre a procriação, podendo “prescindir do ato sexual para fabricar filhos.” (ROUDINESCO, 2003, p. 163). Nesse sentido, Kehl (2003) afirma que a independência sexual das mulheres contribuiu para uma ruptura da tradição, na qual os filhos advinham de laços conjugais permeados pela erotização e pelo amor.

Nesse contexto, Kehl (2003, p. 169, grifo da autora) apresenta um novo modelo de família que denomina de “[...] *família tentacular*, diferente da família extensa pré-moderna e da família nuclear que aos poucos vai perdendo a hegemonia.” Para ela, os tentáculos seriam representados pelos múltiplos arranjos familiares que a contemporaneidade possibilita, demarcando um contorno irregular em relação ao que até então era esperado, previsível.

Essa diversidade de modelos familiares presentes na atualidade provoca uma ruptura no modelo de família idealizada²² e acarreta conseqüentemente um desamparo (KEHL, 2003). “O mal-estar vem da dívida que nos cobramos ao comparar a família que conseguimos improvisar com a família que nos ofereceram nossos pais. [...] Ou com o ideal de família que nossos avós herdaram das gerações anteriores, que não necessariamente o realizaram” (p. 165). Para a autora, se esse ideal não for superado, os modelos de famílias que se apresentam, ou seja, a família tentacular da atualidade, não terá a sua legitimidade reconhecida pela sociedade, fazendo com que elas sobrevivam na “clandestinidade”, “esquisitas, improvisadas e mantidas com afeto, esperança e desilusão, na medida do possível.” (KEHL, 2003, p. 165).

Essa multiplicidade de arranjos familiares foi considerada por muitos teóricos como responsável pelos problemas que se apresentam na família, ou seja, distúrbios de comportamentos de crianças e adolescentes, principalmente. Segundo Kehl (2003), um questionamento se faz presente: as mudanças pelas quais a família passou seriam responsáveis por uma crise da cultura burguesa, que culminou numa crise ética contemporânea?

Na verdade, o que se coloca em questão é: os problemas que se apresentam hoje com as crianças e jovens são oriundos da falta de um núcleo familiar único? Para muitos a resposta seria positiva, pois a incerteza, a falta de referência em relação aos limites e a autoridade, tão presentes nos modelos cujo núcleo familiar era definido, são determinantes para justificar a situação em que nos encontramos. Logo, essa família em desordem, já citada por Roudinesco (2003), que se apresenta, seria responsável pelos problemas que se enfrenta na atualidade com as crianças e jovens.

Dessa forma, tentando resolver essa “crise” (grifo meu) instaurada, busca-se resgatar o modelo de família nuclear, como se ele fosse solucionar os problemas vividos. Ele passa, então, a cada dia, a ser mais idealizado, desejado. “Parece que hoje a família nuclear, em vias de extinção, tem sido mais valorizada e idealizada do que nunca, criando uma dívida impagável que pesa sobre os membros das famílias que se desviam do antigo modelo.” (KEHL, 2003, p. 172).

A família vê-se, portanto, destituída da autoridade patriarcal - uma vez que a mulher ocupa cenários anteriormente determinados exclusivamente ao homem -, desvinculada do casamento - não há mais a obrigatoriedade do casamento para que a união possa acontecer - e ainda sem um padrão, um modelo que atenda ao momento histórico que vivemos. Então, qual é o destino da família?

²²Segundo (KEHL, 2003, p. 164) o modelo de família idealizada, “correspondeu às necessidades da sociedade burguesa emergente em meados do século XIX [...], que as classes médias brasileiras adotaram como ideal.”

Segundo Roudinesco (2003, p.199), essa família “deve ser mais uma vez reinventada”. Para Vaistman (1994, p. 190),

a família, empurrada pela dinâmica da mudança, está longe de ter desaparecido. Assumiu novas formas, tornou-se plástica, flexível, fazendo e refazendo seus limites com frequência. O que era desvio há duas décadas, difundiu-se, institucionalizou-se e passou a conviver com institucionalidades já existentes. A heterogeneidade legitimou-se como um dominante cultural também no campo [...] da família.

E como se organizam e se estruturam as relações familiares diante desse contexto que se apresenta à família atualmente? Como o adolescente se posiciona frente a essa situação? É o que discutiremos a seguir.

3.2 Adolescência, contemporaneidade e família

Em latim, *adolescens* vem de *adulescens* ou *adolescens*, que significa homem jovem. Os dicionários convencionais da língua portuguesa referem-se à adolescência como um período da vida humana, caracterizado por mudanças corporais e psicológicas e que ocorre entre os doze e vinte anos, aproximadamente. Na Psicologia, a adolescência é definida por uma fase do desenvolvimento que transita entre a infância e a vida adulta, marcada por uma mentalidade e características próprias.

Stanley Hall, citado por Ozella (2002), identificou a adolescência como um período ligado a conflitos que estariam vinculados à emergência da sexualidade. Ozella (2002, p.16) afirma que essa idéia foi fortalecida por algumas abordagens psicanalíticas, que caracterizaram a adolescência “como uma etapa de confusões, estresse e luto também causados pelos impulsos sexuais que emergem nessa fase do desenvolvimento”. Para Erikson (1976), a adolescência estaria ligada ao desenvolvimento de uma identidade, que busca fornecer ao jovem²³ uma base firme para a sua vida adulta.

Aberastury (1980) refere-se à adolescência como uma etapa crucial na vida do ser humano; e Knobel (1981) a relaciona a uma síndrome normal, ou seja, a adolescência possui um conjunto de características e sintomas pré-definidos associados a esse período do desenvolvimento.

Já Ozella (2002, p.20) considera a adolescência como

²³ As palavras jovem/juventude e adolescente/adolescência serão utilizadas aqui como sinônimas umas das outras.

[...] um momento significado e interpretado pelo homem. Há *marcas* que a sociedade destaca e significa. Mudanças no corpo e desenvolvimento cognitivo são *marcas* que a sociedade destacou. Muitas outras coisas podem estar acontecendo nessa época da vida no indivíduo e nós não as destacamos, assim como essas mesmas coisas podem estar acontecendo em outros períodos da vida e nós também não as marcamos, como, por exemplo, as mudanças que vão acontecendo em nosso corpo com o envelhecimento. (grifos do autor)

Nesse contexto, Stengel (2004, p. 53) acrescenta que o “tempo da adolescência é mais do que um tempo cronológico, ele é o momento da realização das tarefas psíquicas que levam os adolescentes à elaboração de nova identidade: a identidade do adulto.”

Historicamente, segundo Ariès (1981), até o século XVIII a adolescência foi confundida com a infância. Não havia diferenciação entre as duas palavras; elas eram empregadas num mesmo sentido, dentro de um mesmo contexto. Após esse período, a sociedade passou a demonstrar uma preocupação com a educação das crianças, inserindo-as nas escolas, fora do ambiente familiar. Esse fato demarcaria a separação entre infância e adolescência, passando a segunda a ser interpretada como uma passagem para a vida adulta, compreendendo-a não mais como a infância em si, e sim como uma fase distinta desta. Somente a partir da Primeira Guerra Mundial, já no século XX, é que a sociedade começa a manifestar preocupação com a adolescência fase do desenvolvimento. Essa preocupação foi demonstrada através de temas literários ou de pesquisas sobre valores humanos.

Apesar dessa incipiente preocupação da sociedade com a juventude, Kehl (2004) afirma que, até a década de 1950, o adolescente não era valorizado porque não tinha função definida, por não estar maduro o suficiente para produzir – fazer parte da força de trabalho em uma sociedade capitalista – e reproduzir – enquanto maturidade sexual.

Entretanto, as mudanças que ocorreram no cenário brasileiro, a partir das últimas décadas do século XX, provocaram novas reflexões e análises em relação à juventude. Segundo Justo (2005), estamos vivendo um tempo no qual a mobilidade, flexibilidade, efemeridade e provisoriedade são constantes na cultura.

[...] o sujeito da atualidade não tende para uma estruturação unitária e contínua. É descentrado, múltiplo, maleável, desenraizado ou “rizomático”, dispersivo mais do que concentrador, ou seja, estrutura-se “em rede” e não mais em torno de um “centro”, de um “eixo” ou de um “núcleo” tal como era apresentado nas teorias psicológicas tradicionais. (JUSTO, 2005, p. 67, grifos do autor).

Nesse sentido, Bauman (1998) afirma que estamos na era da instantaneidade, ou seja, que não precisamos mais aguardar e ter que conviver com os sentimentos inerentes a essa

espera, pois os nossos desejos são satisfeitos imediatamente; basta utilizar o pronta-entrega, celular, serviços 24 horas, dentre outros.

Para se adequar às novas exigências de uma sociedade capitalista, o sujeito deve ser

[...] maleável, criativo, afirmativo e, sobretudo, superficial nos contatos sociais e indiferente a projetos sociais duradouros. Para ganhar mobilidade no volátil mundo do emprego, ele deve aprender a não ter elos sólidos com a família, lugares, tradições culturais, antigas habilidades e, por último, com o próprio percurso biográfico. (COSTA, 2004, p. 79).

Retomando a discussão sobre adolescência, Justo (2005) considera que o jovem é a expressão desse sujeito da atualidade, pois como está em construção de sua identidade, “é o protótipo do sujeito errante, sem raízes ou em processo de desenraizamento, desterritorializado, plástico, flexível, consumista, narcisista, etc.” (p. 66).

Sujeito errante, itinerante, viajante e porque não, imigrante. O adolescente evoca mudanças, construção, reconstrução e por isso mesmo encaixes e desencaixes. Ele encarna os vários papéis que atendem às exigências de uma sociedade pós-moderna, na qual segundo Lasch, citado por Stengel (2003), opõe-se às tradições, ou melhor, ao modo da tradição.

Assim, encontramos características no adolescente que vão ao encontro da sociedade contemporânea. Essa situação provocou uma valorização social da juventude, fazendo com que os adolescentes saíssem da posição anterior de desprestígio social, citada por Kehl (2004). Esse reconhecimento da sociedade, por sua vez, faz com que a economia capitalista, sob a qual nos encontramos, comece a ver no jovem um consumidor em potencial. A adolescência aparece, então, como uma fatia de mercado a ser explorada. Dessa forma, os jovens “não são mais invisíveis por não poderem trabalhar ou produzir, mas eminentemente agentes, porque podem consumir.” (CASTRO, 1998, p. 60).

Com as transformações advindas da contemporaneidade, o consumo trouxe consigo algumas características, como a aceleração do tempo, marcada pela era da *internet* e da informática, a cultura do descarte, assentada no consumo e o consumismo. Essas características, segundo Justo (2005), estão intimamente ligadas ao jovem, talvez porque ele expresse mais facilmente as incoerências e tendências de um tempo e de uma cultura.

Nesse contexto, Stengel (2003) afirma que um dos pilares que sustenta a sociedade moderna seria o do consumismo. Segundo ela, esse pilar se apóia num ponto de constituição do sujeito: a falta²⁴. O consumo aparece, então, como tentativa de driblar a falta, na qual o sujeito é incentivado a consumir mais e mais. Só que essa falta é estrutural, ou seja, nunca

²⁴ Quinet (1979) refere-se à falta como efeito da castração simbólica que aparece no imaginário do sujeito.

será completada; assim, sentimentos de fracasso e incompletude se instauram rapidamente, levando as pessoas a consumirem cada vez mais, num ciclo vicioso.

De certa forma, os estudos de Costa (2004) vão ao encontro dessa discussão realizada em Stengel, quando ele afirma que o primordial não é necessariamente o consumo e sim o consumismo²⁵ desse adolescente, ou seja, sua necessidade de comprar e/ou adquirir. No entanto, ele caminha numa outra vertente. Para o autor, as transformações econômicas das últimas décadas provocaram uma mudança na imagem do trabalhador, fazendo com que a necessidade de consumir esteja atrelada a uma nova moral do trabalho e nova moral do prazer.

A nova moral do trabalho estaria relacionada às mudanças ocasionadas nas relações de trabalho. O perfil do trabalhador atual abarca a imagem de uma pessoa que não comporta adiamentos, apegos, tolerância e paciência nas relações. O consumismo aparece então como possibilidade de “*preservar a necessidade psicológica de estabilidade sem renunciar à elasticidade pessoal exigida pelo mundo dos negócios.*” (COSTA, 2004, p. 80, grifos do autor).

A nova moral do prazer refere-se à procura do prazer corporal e das sensações. Como prazer corporal temos a busca da boa forma física e da saúde, o gozo com sexo e drogas. O prazer das sensações baseia-se nas disposições físicas do corpo para ser estimulado e depende muito da presença do estímulo físico imediato. O consumismo se faz presente, então, porque para conservar o prazer é necessário manter o estímulo, que por sua vez se sustenta através da substituição constante de objetos.

Castro (1998) afirma que a cultura do consumo introduziu valores e influenciou a construção identitária dos adolescentes. Para a autora, a experiência com a “cultura do consumo” orienta a realidade social desses jovens, além de demarcar o “quem é quem” na sociedade, isto é, o reconhecimento social acontece pelo que temos ou, ainda, segundo Stengel (2003), pelo que fingimos ter e não pelo que somos. Assim, consumir seja o que e como ,faz com que o sujeito tenha certa notoriedade, pois o define perante a sociedade.

Tanto Castro (1998) quanto Costa (2004) referem-se à obsolescência. A primeira fala da cultura do consumo como da obsolescência, ou seja, cultura da renovação pela renovação. Já o segundo utiliza a expressão “signo da obsolescência” para marcar esse começar de novo – no sentido da aquisição de objetos –, que se torna incessante no consumismo que se impõe.

²⁵ Entende-se por consumismo “o modo que o imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidades supostamente universais e pré-culturais.” (COSTA, 2004, p. 77).

Castro (1998) afirma que essa lógica consumista se aplica às crianças e adolescentes, uma vez que os mesmos estão se preparando para serem adultos, ou seja, estão entrando nesse imaginário do mercado e do consumo, e ganhando conseqüentemente visibilidade social. Essa afirmação vai ao encontro do pensamento de Kehl (2004), quando a mesma se refere ao prestígio que o jovem adquire a partir do momento que a produção industrial volta-se para atender as suas necessidades de consumo. Para ela, a associação entre juventude e consumo provocou o desenvolvimento de uma cultura adolescente altamente hedonista.

Nesse sentido, os jovens aparecem e vão adquirindo força e prestígio como novos atores no cenário da contemporaneidade. Logo, a sociedade como um todo passa a ver o adolescente se transformar em objeto de desejo e de consumo para todas as idades.

O adolescente das últimas décadas do século XX deixou de ser a criança grande, desajeitada e inibida, de pele ruim e hábitos anti-sociais, para se transformar no modelo de beleza, liberdade e sensualidade para todas as faixas etárias. O adolescente pós-moderno desfruta de todas as liberdades da vida adulta, mas é poupado de quase todas as responsabilidades. (KEHL, 2004, p. 93).

Portanto, se anteriormente ninguém queria ser adolescente porque era sinônimo de estagnação, hoje todos desejam estar ou manter-se o máximo possível nessa faixa etária, pois se identificam com o jovem hedonista, belo, livre e sensual, segundo apregoa a sociedade pós-moderna. A expressão “Seja jovem!” exemplifica bem essa situação e talvez pudesse ser considerada como o clichê da atualidade.

Dessa forma, os adultos (que na maioria das vezes já são pais) passam a desejar esse mundo *teen*²⁶, posicionando-se, conseqüentemente, como cúmplices e/ou parceiros dos adolescentes nas diversas situações, conflitos (sexo, drogas, dentre outros) que os mesmos vivem. Essa situação faz com que o adulto afaste-se de seu “lugar” para ocupar outro, o do adolescente. Quem então iria ocupar sua “vaga” e exercer sua função, enquanto representante da lei diante das novas gerações? A princípio ninguém, pois nenhuma pessoa quer estar num lugar sem prestígio. Conforme Costa (2004) afirmou anteriormente, todos buscamos admiração e aprovação social.

Logo, quando o adulto busca o mundo *teen*, ele deixa de proporcionar ao jovem uma perspectiva de futuro, pois não fornece parâmetros e referências para que o adolescente possa pensar no amanhã. Ao buscar compreender a vida através dos adultos, os jovens encontram “um espelho deformado de si próprios.” (KEHL, 2004, p. 97).

²⁶ Expressão utilizada para reforçar as características esperadas para os adolescentes na pós-modernidade.

Biasoli-Alves (2001) refere-se a uma moralidade individualista²⁷, como característica da contemporaneidade, para justificar o abandono dos pais ao papel de orientadores e de autoridade. Segundo ela, a incoerência que se percebe no comportamento dos adultos – porque ao mesmo tempo em que se preocupam com as crianças e jovens, os abandonam, negligenciando a função de orientadores e de autoridade –, baseia-se na busca por mais espaço para as suas idiossincrasias.

Kehl (2003) utiliza a expressão “abandono moral” para justificar essa ausência, isto é, a falta de presença dos pais na educação dos seus filhos, sua omissão em orientar o crescimento dos filhos. Para a autora, conforme dito anteriormente, isso acontece porque os pais não conseguem marcar a sua diferença diante dos filhos, misturando-se com eles. “Os adolescentes parecem viver num mundo cujas regras são feitas por eles e para eles, já que os próprios pais e educadores estão comprometidos com uma leveza e uma *nonchalance* jovem.” (KEHL, 2004, p. 96).

Assim, com liberdade e com regras tênues, o adolescente fica sem Lei, entendida aqui como figura de autoridade, de castração de seus desejos. Aparentemente, isso deveria ser considerado o “paraíso”, mas acena com o contrário, o pânico, o desamparo, pois ele precisa do limite para sustentar os seus desejos. É a interdição, o não, que barra os seus excessos, os seus exageros em relação aos seus anseios. Sem limites, o que sobra é a angústia de ter tudo o que quer, de fazer tudo o que puder desejar. E como a indústria do consumo está atenta aos jovens, ela aproveitará a situação para introduzir no mercado produtos que cada vez mais vão ao encontro das necessidades e desejos dos adolescentes.

Para Sarti (2004), esses produtos são necessários para a construção da identidade do adolescente, uma vez que o mesmo precisa de outros referenciais fora da família, como parte do seu processo de individuação. Esses “outros” seriam, portanto, os produtos de consumo que a indústria da cultura coloca à disposição para o adolescente. Seria a música (*rock, funk, rap*, por exemplo), a linguagem (gíria), as atividades esportivas e culturais, as roupas, as formas de expressão através, por exemplo, do grafite, dentre outros; além, é claro, dos seus pares, tão necessários na construção de sua identidade. Ressalta-se aqui a importância dos meios de comunicação, ou seja, televisão, mundo virtual (*internet*), publicidade como “outros” que também influenciam no processo de construção da identidade do adolescente.

²⁷ Entendida aqui como liberalização do comportamento e da própria subjetividade, por todas as gerações.

Essas músicas, filmes, vídeos, livros, jogos virtuais, dentre outros que são disponibilizados aos jovens também aparecem como uma estratégia de proteção à angústia vivida pelos adolescentes e por isso mesmo são tão consumidos (Kehl, 2004).

Nesse contexto, como se estruturariam as relações do adolescente com sua família e vice-versa? Para Sarti (2004), a família se torna o filtro através do qual o jovem começa a ver e significar o mundo, constituindo-se, portanto, em um universo de relações. Assim, o lugar que o jovem deve ocupar na família é aquele que introduzirá o “outro”, tão necessário para que a família possa rever o seu discurso oficial, através de novos discursos trazidos pelo adolescente.

Dessa forma, o jovem traz para sua família os “outros” que ele incorpora lá fora, isto é, na sociedade. “A disponibilidade e a definição dos limites da família para deixar entrar, aceitar e lidar com esses outros do mundo jovem serão determinantes das relações na família nesse momento de sua vida.” (SARTI, 2004, p.123-124).

O confronto dos referenciais externos – que o jovem busca no mundo social - com os internos, ou seja, os padrões, limites que a família propõe são essenciais no processo de construção da identidade do adolescente. É nesta busca de sentido que o seu reconhecimento pessoal se faz presente perante o seu mundo familiar e a sociedade.

A importância fundamental da família para o jovem está precisamente nessa possibilidade de manter o eixo de referências simbólicas que a família representa – como lugar de afetividade e, assim, como palco de conflitos – e que nesse momento, mais radicalmente ainda do que em outros momentos do ciclo de vida familiar, precisa abrir espaço para o outro, justamente para continuar a ser ponto de referência. (SARTI, 2004, p. 124).

Para compreender o ciclo de vida familiar a que se refere Sarti (2004), Romagnoli (2006) afirma que a família passa, ao longo de sua existência, por um ciclo de vida próprio, permeado pelas mais variadas tarefas, pelas mais distintas demandas e adaptações. Esse ciclo possui características específicas de acordo com cada etapa a ser enfrentada.

A primeira etapa é quando se forma o casal e a preocupação concentra-se na aquisição, de maneira geral. Objetiva-se desde a moradia até a chegada dos filhos. Já a segunda etapa é marcada pela entrada dos filhos na adolescência. Ceverny (1997) ressalta que essa fase afeta em muito a família, uma vez que a mesma acaba tornando-se um pouco adolescente, face às mudanças que estão ocorrendo com os filhos.

A fase madura é a etapa na qual os pais estão envelhecendo, os filhos e/ou netos continuam precisando de apoio, às vezes até financeiro. A última fase coincide com a

aposentadoria e a qualidade de vida do casal, que depende muito de como foram vividas as outras etapas.

Retomando a adolescência e relacionando-a ao ciclo de vida familiar, percebe-se que as mudanças e os conflitos pelos quais passam o jovem influenciam a família como um todo; os pais começam a reviver a sua própria juventude através dos filhos, resgatando aspectos e/ou situações que ainda estão presentes em suas vidas. Stengel (2004) fortalece essa discussão ao afirmar que a adolescência dos filhos pode fazer com que os pais busquem reviver essa fase da vida, principalmente no que se refere à retomada do seu relacionamento com seus próprios pais, promovendo a lembrança de antigos conflitos, que podem ser reatualizados com seus filhos.

Nesse sentido, Sarti (2004) comenta que grande parte das dificuldades dos pais em lidar com os problemas dos filhos nessa fase está relacionada com suas próprias vidas, ou seja, suas experiências vividas na adolescência. Logo, ambas as autoras reforçam o pensamento de que a adolescência dos filhos reatualiza uma série de sentimentos e outras questões para os pais, e que isso pode trazer conflitos nas relações com os filhos.

Dentro dessa premissa, Stengel (2004) discute ainda que a adolescência dos filhos aponta para os pais o seu próprio envelhecimento, promovendo reflexões no que tange aos seus projetos de vida, desde os já realizados ou em realização; ao contrário dos filhos, que estão elaborando os seus projetos. Essa questão promove uma ressignificação de sua própria adolescência, uma vez que traz à tona fantasias e/ou atitudes pertencentes a esse momento de sua vida.

A partir do apresentado por Sarti (2004) e Stengel (2004) e buscando o que foi relatado anteriormente por Kehl (2003), – quando ela diz que há uma busca dos adultos em fazer parte do mundo *teen*, pela exaltação deste na atualidade –, pode-se inferir que, ao serem incluídos nesse mundo *teen*, os adultos entram num processo de negação dos conflitos que a adolescência dos filhos traz para eles, uma vez que eles se igualam e as diferenças desaparecem e/ou minimizam.

Recuperando o questionamento anterior sobre as relações entre o adolescente e sua família, Stengel (2004, p. 61) afirma que a experiência da parentalidade suscita um confronto de valores entre gerações.

A geração atual de pais de adolescentes das camadas médias metropolitanas viveu uma juventude nos anos 1960 e 1970. Ainda que pessoalmente não tenham se engajado em movimentos sociais, políticos e/ou de contracultura, conviveram lado a lado com os valores e as transformações nas relações sociais que incidiram

diretamente sobre as questões de gênero, a vida afetivo-sexual, e porque não, o próprio modelo familiar.

Muitos destes valores foram incorporados por estes pais, fazendo parte de suas práticas cotidianas, também no que diz respeito ao relacionamento com os filhos. Entretanto, valores que foram significativos na vida dos pais não são necessariamente na vida de seus filhos. Desta forma, conflitos de valores e, conseqüentemente, a sua negociação se fazem presentes no cotidiano familiar.

Nesse sentido, a autora discute que o modelo de família atual, isto é, contemporânea, mais igualitária, poderia minimizar esses conflitos, uma vez que as relações pais-filhos estão baseadas num discurso da amizade. Já o modelo de família tradicional não se ajustaria para tal fim, pois o mesmo está ancorado numa relação hierárquica entre seus membros, o que reforça o confronto de valores.

Pode-se inferir, por conseguinte, que o lugar que o adolescente ocupa na família é marcado por expectativas, seja dos familiares para com o jovem e vice-versa e, ainda, dos pais para consigo mesmos. Expectativas essas que se traduzem em perspectivas de futuro profissional, vida social e financeira, dentre outros.

Enfim, a família se configura para o adolescente como um lugar no qual o conflito é inerente, mas é nela que ele se afirma, ou seja, é utilizando-se do conflito presente nas relações familiares que o jovem vai construindo sua identidade.

Considerando todos estes aspectos discutidos até aqui, como ficam os adolescentes a partir da emigração dos pais? É o que veremos a seguir, a partir dos jovens ipatinguenses entrevistados.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

Compreender os sentidos construídos pelos adolescentes em relação à emigração e sua família, exige uma proposta metodológica que abranja esta realidade. Ao tratar da construção de sentidos, estaremos analisando os pensamentos, sentimentos, valores e crenças dos adolescentes, referentes à emigração e à ausência de seus pais.

Procurando alcançar tais objetivos escolhemos trabalhar com a pesquisa qualitativa, comungando com Bodgan e Biklen, citados por Turato (2003), quando afirmam que os pesquisadores que adotam essa proposta buscam apreender o procedimento pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são aqueles significados.

Ressaltando a importância da pesquisa qualitativa, Minayo (1994) aponta que ela se ocupa de uma realidade que não pode ser mensurada. Essa pesquisa trabalha com um mundo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que implica espaço das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser restringidos em operacionalização de variáveis.

Turato (2003) declara que a pesquisa qualitativa procura apreender e interpretar a relação de significações de fenômenos para os indivíduos e a sociedade.

Pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao foco, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalística para seu assunto. Isto significa que os pesquisadores qualitativistas estudam as coisas em seu setting natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos em termos das significações que as pessoas trazem para eles. (DENZIN & LINCOLN citado por TURATO, 2003, p.191).

Segundo Pinto (2004) a pesquisa qualitativa não almeja uma averiguação direta dos resultados e conclusões, mas visa elucidar, assinalar um sentido da realidade, do fenômeno a ser estudado.

Considerando o objetivo da pesquisa, optamos, ainda, por trabalhar com estudo de caso, “escolha que decorre da opinião do pesquisador de se considerar os casos estudados como típicos, mais especificamente, como representantes de um grupo maior, possibilitando melhor compreensão do fenômeno a ser investigado.” (ALVES, 2005, p. 69).

De acordo com Yin (2005), o estudo de caso admite uma investigação para se preservar as características expressivas dos acontecimentos da vida real, tais como mudanças ocorridas em regiões, sejam urbanas e/ou rurais, ciclos de vida individuais, relações internacionais, dentre outros. Já Ludke e André (1986) afirmam que os estudos de caso tendem à descoberta de novos pressupostos teóricos, ressaltam a interpretação do contexto em que eles se estabelecem, procurando retratar a realidade de forma completa e intensa, desvendando a pluralidade de dimensões presentes numa dada situação ou problema.

Laville e Dionne (1999) apontam que o estudo de caso tende a uma investigação em profundidade, fornecendo não apenas uma simples descrição, mas também uma compreensão do objeto de pesquisa. Ainda segundo os autores, apesar do estudo de caso estar ligado a um caso/situação em especial, isso não exclui, no entanto, toda forma de generalização. Dessa forma, o objeto de estudo nesse método se apresenta como uma representação singular da realidade, que é multidimensional e historicamente localizada.

Segundo André (1984) o conhecimento proveniente do estudo de caso é mais visível, mais contextual e mais sujeito à interpretação do leitor do que o conhecimento originado em outros tipos de pesquisa.

Considerando as dimensões da pesquisa e os sujeitos pesquisados, utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas. De acordo com Cannel e Kahn citado por Machado (2002), a entrevista de pesquisa pode ser conceituada como um diálogo entre duas pessoas, iniciada por um entrevistador, com o objetivo específico de conseguir informações relevantes ao conteúdo de sua pesquisa.

Segundo Bauer e Gaskell (2000, p. 73), “toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. [...] É uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas.”

Nas entrevistas semi-estruturadas o entrevistador procura acompanhar o sujeito entrevistado, fazendo perguntas eventuais para ajustar o foco ou esclarecer aspectos importantes. O entrevistador geralmente possui um roteiro elaborado previamente, que funciona como uma espécie de guia, com os temas a serem abordados durante a entrevista. As entrevistas semi-estruturadas indicam uma direção e, ao mesmo tempo, uma abertura para as expressões espontâneas dos sujeitos, possibilitando uma compreensão de sua realidade.

Para Queiroz, citada por Duarte (2002), a entrevista semi-estruturada é uma metodologia de coleta de dados que pressupõe uma conversação continuada entre entrevistado e pesquisador e que deve ser conduzida de acordo com seus objetivos. Dessa forma, da vida

do sujeito entrevistado só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa.

Utilizamos como técnica para tratamento de dados a análise de conteúdo proposta por Bardin (1979). Segundo o autor, esse procedimento caracteriza-se por um conjunto de vias possíveis para buscar o sentido de um conteúdo. Acredita-se que esse método possibilite selecionar e reorganizar o material que está sendo transcrito das entrevistas relatadas. Dessa forma, a análise de conteúdo torna-se uma técnica de tratamento dos dados que nos permite a descrição objetiva, sistemática, quantitativa e qualitativa do conteúdo manifesto, recolhido em uma entrevista. Machado (2002) comenta que essa técnica tem sido cada vez mais empregada para análise de material qualitativo obtido através de entrevistas de pesquisa.

Ao proceder a uma análise de conteúdo, o pesquisador deverá construir um sistema de categorias que pode ser feita tanto *a priori* quanto *a posteriori*, ou ainda através da combinação desses dois processos. O tratamento dos dados compreende a inferência e a interpretação.

No caso das entrevistas, elas foram transcritas e a sua reunião constituirá o *corpus* da pesquisa. Para tanto, foi preciso obedecer aos princípios da exaustividade (não omitir nada), representatividade (os sujeitos entrevistados devem representar o universo), homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema e serem obtidos por técnicas iguais), pertinência (os documentos precisam se adaptar ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

Segundo Bardin (1979), a leitura do analista de conteúdo não é especificamente uma leitura artificial, mas um trabalho profundo destinado a obter significados da natureza psicológica, sociológica e histórica das mensagens. Para Vala (1986) a finalidade da análise de conteúdo será, pois, realizar deduções, com base numa lógica apontada, sobre as mensagens cujas características foram relacionadas e sistematizadas.

Enfim, em vista da metodologia adotada para essa pesquisa, pode-se concluir que se realizou um estudo de caso e, embora a probabilidade de generalização seja circunscrita, proporciona uma visão bastante clara da forma como os adolescentes de uma comunidade estão construindo os sentidos sobre a emigração de seus pais.

4.1.1 Caracterização dos sujeitos entrevistados

Estabeleceu-se que os sujeitos desta pesquisa deveriam ser adolescentes com idades entre 14 e 18 anos²⁸, cujos pais ainda estivessem ausentes em função da emigração, por um período de quatro a sete anos. Optamos por trabalhar com adolescentes por acreditar que os mesmos teriam maior clareza (consciência) ao relatar as experiências anteriores e posteriores vividas no contexto da família e ainda por acreditar que, o laço familiar e o vínculo estabelecido com as figuras parentais deveriam ser maiores, uma vez que haviam convivido por mais tempo com seus pais.

Foram entrevistados quatro adolescentes, dois dos quais (um do sexo masculino e outro do feminino) o pai estava ausente e outros dois (um do sexo masculino e outro do sexo feminino) cuja mãe é que estava ausente. Desses quatro adolescentes, todos moram com o responsável (pai ou mãe) não emigrado, em bairros de classe média a média baixa, da cidade de Ipatinga-MG.

Para a realização da pesquisa preferimos fazer contato com os adolescentes, tanto de escolas públicas quanto privadas, por acreditar que dessa forma estaríamos atingindo um universo mais amplo dos sujeitos entrevistados.

As escolas públicas são representadas por jovens de camada média baixa, filhos de comerciários e industriários, pequenos comerciantes, professores de ensino público, dentre outros. Já as escolas particulares (privadas) possuem como público filhos de empresários, comerciantes, profissionais liberais e outros.

Segue abaixo o quadro de caracterização dos sujeitos entrevistados. Os nomes são fictícios, escolhidos a partir da letra E, alusiva à palavra Emigração.

²⁸ A idade dos adolescentes foi definida a partir do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – Lei 8069/1990).

Nomes	Idade	Escolaridade	Tipo de Escola	Figura parental emigrada	Tempo de emigração da figura parental	Situação marital dos pais na época da emigração	Situação marital dos pais atualmente	Escolaridade dos pais
Emília	15 anos	1º ano/ Ensino Médio	Pública	Pai	Cinco anos	Casados	Casados	Ensino Fundamental
Eliane	17 anos	3º ano/ Ensino Médio	Pública	Mãe	Quatro anos	Casados	Separados	Ensino Fundamental
Emerson	14 anos	7ª série / Ensino Fundamental	Particular	Mãe	Sete anos	Casados	Separados	Ensino Fundamental
Eduardo	16 anos	1º ano/ Ensino Médio	Particular	Pai	Cinco anos	Separados	Separados	Ensino Médio

QUADRO 1 Caracterização dos sujeitos entrevistados

4.2 Instrumentos e Procedimentos:

A pesquisadora fez contato pessoal com as escolas e apresentou a proposta de pesquisa à direção das instituições. Avaliada essa proposta, foi concedido o espaço para a realização do trabalho e as supervisoras e/ou coordenadoras pedagógicas visitaram as salas de aula das turmas de sétima e oitava séries do ensino fundamental, bem como as salas de aulas dos alunos do ensino médio, para realizar primeiramente um levantamento de informações a partir da delimitação dos sujeitos da pesquisa.

Após o levantamento das possíveis pessoas a serem entrevistadas, de acordo com o recorte da pesquisa, escolhemos aleatoriamente alguns alunos e fizemos um convite aos mesmos para participarem de uma entrevista na qual seriam exploradas questões relativas à emigração de seus pais. Os alunos selecionados foram os que tiveram disponibilidade de horário, em função da agenda de ambos, ou seja, da pesquisadora e dos sujeitos da entrevista.

Ressalta-se aqui que, segundo as coordenadoras pedagógicas, todos os alunos entrevistados são tidos pelas escolas nas quais estudam como adolescentes “problemáticos”; isto é, são jovens que não demonstram compromisso com o ato de estudar, desmotivados, com alterações de comportamento, oscilando da agressividade à timidez, entre estar em grupos e ou ficar isolados. Diante desse fato, alguns questionamentos foram feitos: seria coincidência ou a emigração das figuras parentais²⁹ estaria provocando conseqüentemente problemas de comportamento nos adolescentes? Assim, filhos de emigrantes poderiam ser considerados problemáticos? Ou ainda, a comunidade escolar não estaria culpabilizando a ausência dos pais como responsável pelos problemas apresentados pelos jovens? Dessa forma, as alterações de comportamento desses adolescentes seriam justificadas tão somente pela emigração dos pais? Isso não seria uma atitude reducionista, diante da complexidade que envolve as questões relativas ao “mal-estar” escolar?

A partir do aceite dos mesmos foi questionado junto a eles sobre o local onde aconteceriam as entrevistas, dando-lhes opções de escolha; todos os adolescentes/entrevistados optaram por sua realização nas escolas.

Na oportunidade, informamos sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que deveria ser assinado por eles e seus representantes legais. O modelo do termo de esclarecimento e consentimento encontra-se no apêndice B. Ressalta-se que nenhum deles

²⁹ A expressão “figuras parentais” será utilizada nessa dissertação como sinônima para a palavra “pais”.

trouxe o termo assinado pelos responsáveis legais, alegando esquecimento e/ou que não havia necessidade, uma vez que se consideravam responsáveis por si mesmos.

Todos os encontros foram gravados em formato MP3, para posterior transcrição e análise. Após a realização das entrevistas fizemos uma leitura atenta e exaustiva de todas elas, a fim de nos imbuirmos do conteúdo das mesmas. Em seguida, procuramos identificar, na fala dos entrevistados, categorias que nos permitissem agrupar o conteúdo exposto. Isso foi facilitado pelo fato de que os temas propostos à investigação, presentes no roteiro de entrevista – apêndice A – elaborado *a priori*, puderam ser direcionadores para a definição das seguintes categorias: o antes e depois da emigração, levando em consideração as mudanças que ocorreram na família.

As categorias escolhidas permitiram a organização de blocos que abrangessem categorias principais e subcategorias, assim classificadas a partir dos aspectos considerados mais relevantes. A organização foi a seguinte:

1. Antes da emigração:

- Família
- Escola
- Lazer
- Futuro

2. Depois da emigração

- Família
- Escola
- Lazer
- Futuro

3. Pais que não emigraram

- Sentimentos
- Relacionamentos

4. Cuidadores

Durante a análise outros temas apareceram recorrentemente e foram considerados como categorias *a posteriori*:

1. Pais que emigraram:

- Sentimentos

- Relacionamentos
2. Maturidade
 3. Gênero
 4. Consumo
 5. Emigração:
 - Implicações pessoais

4.3 Os sentidos da emigração das figuras parentais para os adolescentes

A análise dos dados foi feita tomando por base as categorias definidas *a priori* e as construídas a partir das entrevistas, ou seja, *a posteriori*. Na análise procurou-se, sempre que possível, confrontar os discursos dos entrevistados no que se relaciona ao antes e após a emigração das figuras parentais, buscando-se as semelhanças e/ou diferenças e tendo, ainda, as categorias como referência. Posteriormente, a apreciação concentrou-se na interpretação das observações em relação às teorias estudadas e discutidas nos capítulos anteriores. Dessa forma, procurou-se afrontar as discussões que os autores apresentaram, com os dados considerados na análise.

Anteriormente à emigração do pai/mãe, os jovens entrevistados retratam um modelo de família nuclear (pai, mãe e filhos), tradicional, no qual seus membros possuem papéis³⁰ e funções definidas. Segundo Kehl (2003), esse modelo monogâmico e patriarcal, predominou entre o início do século XIX e meados do século XX, sendo considerado como o ideal, o normal ou, ainda, o idealizado pelas famílias.

Entretanto, de acordo com Vaitsman (1994), a pós-modernidade fez com que a família assumisse novas formas, tornando-se plástica, flexível e refazendo seus limites com frequência. Nesse contexto, a emigração surge como uma possibilidade de alteração desse modelo nuclear tradicional, uma vez que a ausência de um de seus membros provoca mudanças na estrutura familiar e, por conseguinte, na dinâmica familiar.

³⁰ Segundo Bock (1999), papel significa ordenação social, normas, obrigação legal. Já função, refere-se às relações que precipitam a constituição subjetiva do sujeito.

“Muitas coisinhas que você percebe a diferença, igual, é nos mínimos detalhes, mas você percebe que mudou. Antigamente todo dia que a gente chegava da escola meu pai fazia a gente tomar banho, comer na mesa todo mundo junto, a gente podia chorar para comer, todo mundo dormia na mesma hora, ver televisão junto, tudo a gente fazia junto, agora não, agora a gente não tem... Eu sinto falta, meus irmãos sente falta, entendeu? Nosso Deus, tá uma confusão lá em casa! [...] e eu tinha que cuidar do meu outro irmão e confortá o do meio ainda e meu pai tava, tava tipo assim tava colocando todas, depositando a confiança dele ne mim. [...] Aí, aí eu tive que ficar cuidando dos meus irmãos que minha mãe ia trabalhar na padaria, e eu ficava com meus irmãos.” (Emília)

Como se pode perceber na declaração acima, de Emília, a saída do pai provoca um rearranjo da dinâmica familiar, na qual a mãe demonstra passar a exercer a função paterna e, Emília (filha), a função materna. Dessa forma, as funções continuam sendo exercidas, porém por membros diferentes.

Essa discussão sobre alterações no modelo familiar e, por conseguinte, na sua dinâmica, foi apontada por muitos como a causa dos problemas que acometiam a família. Nesse sentido, Kehl (2003) comenta que a possibilidade múltipla de arranjos familiares foi considerada por muitos teóricos como responsável pelos problemas que se apresentam na família, ou seja, distúrbios de conduta de crianças e adolescentes, principalmente. De certa forma, essa discussão da autora pode ser confirmada quando retomamos o comentário realizado pelas coordenadoras pedagógicas sobre os sujeitos da entrevista: “alunos problemáticos”. Assim, pode-se inferir que as coordenadoras pedagógicas consideram os problemas dos alunos como oriundos da falta de uma família nuclear tradicional. Falta essa, no caso em questão, provocada pela emigração dos pais.

Mas Kehl (2003) fazendo uma crítica à idéia acima, nos lembra muito bem: foi exatamente a partir de um modelo de família nuclear que Freud construiu sua teoria sobre as neuroses. Desse modo, se os problemas desses alunos existem, não são necessariamente dependentes do modelo de família vigente.

Nesse sentido, as famílias dos adolescentes entrevistados apresentavam conflitos antes mesmo da emigração de um de seus pais, ou seja, mesmo antes de alterações no modelo familiar. Esses conflitos eram principalmente conjugais, o que nos remete novamente às idéias de Vaitsman (1994) sobre a pós-modernidade; nesse momento, em relação aos papéis de gênero dentro da família, na qual a mulher estaria se não redefinindo, mas talvez buscando outro lugar e espaço nesse modelo patriarcal, nuclear de família.

“Eles já brigaram de agressão física, eles iam separar, iam ter que separar. Aí eles queriam divorciar, aí sempre que ia divorciar a minha mãe dava pra trás, entendeu, ela não queria, ela falava que queria, mas na hora que chegava na hora mesmo ela não queria mais Aí foi passando o tempo...” (Eliane)

“Aí depois de um certo tempo, meu pai e minha mãe brigaram, eu tinha seis anos e depois ela falou que ia sumir de casa, num sei pra onde que ela ia, aí vai e aí vem, e eu fui atrás dela pra saber onde ela ia, ela falou comigo pra ficar aqui em casa que depois ela voltava” (Emerson)

“Nasci em Valadares e morava junto com os meus pais e até então, quando eu tinha oito anos de idade mais ou menos, eles se separaram e assim que eles se separaram...” (Eduardo)

Emília, apesar de não relatar explicitamente conflitos conjugais, traz um ambiente familiar no qual todos são subservientes ao pai, inclusive a mãe, que acata as orientações do mesmo. Essa família não demonstra então, conforme Stengel (2003), um modelo de família mais contemporâneo, em que não há necessariamente uma demarcação de papéis, na qual esses adquirem um caráter mais igualitário entre seus membros. O pai, antes da emigração, ocupava um lugar de autoridade, de limites impostos à família, em que as regras estabelecidas por ele deviam ser cumpridas. O pai de Emília delimita a sua função dentro de um modelo familiar tipicamente conjugal, patriarcal e nuclear. Com a emigração, percebe-se uma tentativa dessa família em conservar a estrutura anterior, mantendo o sentimento de pertença do pai a esse ambiente.

“Meu pai quer que eu faça o que ele quer e não o que eu quero Eu já não gosto de música, ainda vou fazer uma coisa que eu não quero. Igual minha mãe, minha mãe não queria fazer enfermagem, minha mãe não queria fazer faculdade. É... meus irmão quer aprender música, mas não quer aprender o que meu pai quer a gente aprende. Meu pai quer que a gente faz um monte de coisa, um monte, que a gente não quer. Meu pai quer que a gente faz aula de inglês, aula daquilo, aula daquilo, ele acha que a gente dá conta. [...] A casa pode tá desabando que a minha mãe fala coisas pequenas, ela mente pra não preocupar meu pai. [...] Porque ele quer que a minha mãe forma, ele quer que a minha mãe consegue um emprego.” (Emília)

Nesse contexto e buscando compreender a emigração através da família, Soares (2003) afirma que o projeto de emigrar é elaborado e desenvolvido através de uma rede familiar, de parentesco, cujo objetivo concentra-se na necessidade de melhoria de renda e, conseqüentemente, de qualidade de vida para todos os envolvidos. Entretanto, a partir da fala dos entrevistados, não se percebe a construção desse projeto pela família, uma vez que o cônjuge e os filhos não sabiam da viagem.

Emília diz que

“[...] meu pai num falou nada pra gente. [...] Aí tá bom, aí quando foi, era umas quatro horas da tarde, ele chegou mais cedo do serviço e tá arrumando a bolsa, a minha mãe sem entender nada, [...]. Aí quando foi mais tarde, ele chamou minha mãe no quarto, né, aí eu vejo minha mãe saindo chorando, chorando, chorando aí nós fomos lá brigar com meu pai vê o quê que ele tinha feito com minha mãe, aí meu pai foi explicar pra gente que ele ia pros Estados Unidos no mesmo dia, meia noite. Aí nós ficamos doido [...].”

Já Eliane relata que *“[...] foi de última hora, ligaram lá pra casa, falando que a viagem já tava marcada, foi de última hora, foi no dia mesmo. Ela [mãe] falou de manhã, de tarde ela foi embora”*. Emerson fala que *“[...] depois ela [mãe] não falou pra onde ia, aí depois, quando ela foi pros Estados Unidos, ela ligou pra mim e falou que tava lá, que tá tudo certo e pra ficar tranqüilo que nada vai acontecer com ela [...]”*. E, Eduardo afirma *“[...] que mais ou menos eu tinha uns dez anos, aí foi e... ele [pai] só falou que ele ia mudar [...]”*

Apesar da emigração dos pais não ter sido um projeto construído *a priori* com a família, conforme percebido nos depoimentos acima, a rede familiar de parentesco aparece nas declarações dos adolescentes através de redes de apoio à emigração (Fazito, 2005). *“Ligou pro meu tio que estava nos Estados unidos [...]. Meu tio arrumou alguém pra levar ela, aí quando ela chegou lá, até estabilizar tudo.”* (Eliane)

Nesse contexto de discussão sobre o projeto de emigração, conforme o relato dos adolescentes, os pais saíram com o objetivo de melhoria de renda, o que coincide com a pesquisa apresentada por Martes (1999). *“Dar uma vida melhor, um futuro melhor”* é uma expressão recorrente na fala dos adolescentes, ao justificarem a ausência das figuras parentais.

Dessa forma, a emigração acontece, manifestamente, por motivos de aumento e/ou manutenção de renda, mas, por outro lado, de uma forma latente, poderia também estar

associada a uma racionalização e/ou negação, mecanismos de defesa do ego frente aos problemas pessoais, conjugais e familiares relatados pelos adolescentes.

Por conseguinte, o fato de os pais declararem aos filhos que a causa da emigração estaria relacionada essencialmente às questões financeiras não descarta necessariamente outros motivos. Essa afirmação dos pais vai ao encontro das teorias de Assis (2004), Martes (2000), Beserra (2005), dentre outros, na qual afirmam: a emigração é um fenômeno social, que surgiu baseado em problemas econômicos presentes nos países de origem. Esses não foram capazes de promover uma sustentabilidade de sua economia que garantisse, dessa maneira, uma tranquilidade para a população, principalmente para os jovens adultos, no que se refere à estabilidade financeira.

Considera-se, portanto, que a emigração pode ser motivada sim por questões econômicas, mas não se reduz só a elas. Existem outras implicações de ordens familiares, afetivas, que até aqui não foram necessariamente enfatizadas e/ou demarcadas.

Relacionando os conflitos conjugais com a ausência de um projeto familiar, descritos anteriormente, pode-se pressupor a emigração como também uma estratégia de “fuga” dos problemas familiares, mais precisamente, dos conjugais. Essa discussão faz com que retomemos o pensamento de Gabaccia, citado em Assis (2004), no qual revela que os estudos de mulheres emigrantes definiram a família como um *locus* de opressão feminina. Dessa forma, esses conflitos poderiam ser desencadeantes, ser o estopim para que a emigração das figuras parentais acontecesse, principalmente a emigração feminina.

Paralelo a essas observações, percebe-se que a ausência dos pais provoca uma mudança de postura nas mães que ficaram no Brasil. Nos casos de Emília e de Eduardo, parece que a ausência do pai (marido/ ex-marido) permitiu a elas (esposa/ ex-esposa) viver um momento, uma etapa de vida que antes não havia sido vivida, como por exemplo, cursar uma universidade, trabalhar fora de casa ou simplesmente não cuidar das tarefas domésticas. A mãe de Emília fez o curso de Enfermagem e a de Eduardo, o de Letras, ambas trabalhavam/estagiavam e os cuidados das casas ficavam sob a responsabilidade de outrem.

Associando esse fato com o pensamento de Gabaccia (2004), pode-se deduzir também que a emigração masculina contribui para que a mulher ocupe outros espaços, liberando-a do *locus* opressor e promovendo uma nova identidade de gênero, sem que ela necessariamente tenha que emigrar. Essa análise coincide com a de Assis (2004), quando afirma que as mulheres que ficam no Brasil passam a assumir novas funções, desempenhando um novo papel de gênero. Entretanto, a autora relaciona essas novas funções da mulher com a administração do dinheiro enviado ao Brasil pelo companheiro, em prol da família. Já nas

entrevistas, percebe-se que as novas funções estão relacionadas também à realização de desejos pessoais, como estudar, por exemplo, mesmo que para isso façam uso do dinheiro enviado pelos maridos.

Nesse sentido e procurando compreender as relações familiares entre os filhos adolescentes e seus pais emigrados, observa-se a partir dos depoimentos dos adolescentes que, anteriormente à emigração, as relações estavam permeadas por sentimentos de amizade, companheirismo e de diálogo.

Eliane afirma: *“a gente conversava bastante, eu me abria bastante com ela, ela [mãe] não se abria muito comigo, eu acho até por eu ser novinha, mas eu conversava, tudo, tudo que aconteceu comigo eu contava pra ela.”* Nesse depoimento pode-se perceber que Eliane nutria um sentimento de confiança na sua relação com a mãe, o que ocasionava o diálogo e desenvolvia a amizade.

Emerson relata que, quando a mãe ainda *“não tinha ido pros Estados Unidos, era muito bom porque a gente saía, ela era brincalhona comigo, ajudava a fazer os deveres e ela tinha muita paciência comigo e meu pai não tinha muita paciência comigo.”*

Já Eduardo comenta que

“[...] Assim, a gente tinha uma relação normal de família, eu lembro... eu até gosto de pensar assim [...] igual, eu lembro do meu pai brincando comigo com meu irmão, a gente indo passear de bicicleta, assim, coisa que pai e filho faz, sabe? [...] Então assim, eu lembro assim de muita coisa que a gente fazia junto, a gente brincava de... igual, meu pai sempre estava lá pra estudar, sabe? Fazendo as coisas certas, brigando quando devia brigar, sabe? Então, eu lembro assim de muitos momentos bons e muitos momentos...”

Em ambas as declarações acima, observam-se sentimentos relacionados à amizade; esses, permeados por brincadeiras, companheirismo e paciência dos pais.

Entretanto, a partir da ausência das figuras parentais em função da emigração, independentemente de qual figura seja, observam-se sentimentos de carência, abandono, raiva e desamparo, conforme declarações abaixo.

“Deus tá uma confusão lá em casa, a gente não almoça junto mais, primeiro eu almoço, depois vai os meus irmãos, os meninos chegam da escola e ficam até a noite sem tomar banho, enquanto a minha mãe não chegar e mandar eles tomar banho eles não tomam, é a gente não sai mais junto. [...] A gente num é mais aquela família unida, entendeu? E a gente sente falta dessa união, entendeu? [...] Lá em

casa é um inferno e se meu pai tivesse aqui isso não ia acontecer, entendeu?”
(Emília)

Para Eliane, a ausência da mãe provocou um sentimento de raiva, pois segundo ela, foi a partir da emigração que ela pôde “conhecer” sua mãe. Entretanto pode-se deduzir que esse sentimento foi “alimentado” pela decepção, pela traição aos sentimentos manifestados anteriormente à emigração.

“Jogava e ele não aceitava, agora eu entendo porque ele não aceitava, porque não era ele, o negócio era minha mãe. [...] Era minha mãe que puxava discussão, que puxava ele, minha mãe sempre, minha mãe não é flor que se cheire, ela é muito nervosa, entendeu, ela é minha mãe, mas eu sei, ela muito traíra, quanto você menos espera...” (Eliane)

No depoimento de Emerson observa-se a carência e o sentimento de desamparo:

“E eu estou querendo reencontrar ela, porque sem uma mãe dentro de casa não é muito bom, porque a mãe tem carinho por você e a mãe é especial pra todo mundo de seus filhos. Ela faz tudo pra você e ela é muito carinhosa e não deseja mal pra você e a mãe também é uma pessoa muito especial para cada um.” (Emerson)

Já para Eduardo, o sentimento de abandono tem ocasionado um distanciamento na relação entre pai e filho,

“Às vezes eu falo muito pouco com meu pai, sabe? Ele liga pra cá muitas poucas vezes, a gente não tem uma relação assim, muito boa, assim... não boa assim da gente se gostar, mas uma relação assim de ele tá ligando freqüentemente, sabe? Então, ele liga assim muito pouco, o tempo que a gente tem a gente troca informação assim.” (Eduardo)

Ressalta-se aqui que não foram observados dados expressivos que denotassem diferenças quanto aos sentimentos manifestados pelos filhos para com o pai ou mãe emigrado. Dessa forma, entende-se que os sentimentos que os filhos demonstram ter em relação à ausência dos pais independem se é a figura paterna ou materna; está relacionado à ausência da figura parental e não necessariamente a quem emigrou.

Da mesma forma que a negação e/ou racionalização aparecem como mecanismos de defesa do ego para tamponar os problemas pessoais e de relacionamentos como razões para a

emigração, estes mecanismos aparecem também para justificar e, desse modo, amenizar, abrandar o conflito vivido com a ausência dos pais. Assim, apesar dos sentimentos percebidos nos depoimentos acima, os adolescentes procuram respaldar a ausência das figuras parentais de uma forma compensatória.

“Eu queria só deixar bem claro que eu não tenho raiva nenhuma, não tenho rancor nenhum do meu pai ter ido, eu entendo que ele quis melhorar, nossa, ele tá lá por nós, entendeu? Mas por mais que eu xingue, por mais que eu não goste e não aceito, eu entendo o lado dele[...]Eu sinto é, triste por ele tá lá, por eu estar fazendo coisas que ele não faria aqui. Eu entendo, eu entendo tudo isso, eu não tenho ódio dele, não tenho raiva da minha mãe por a minha mãe não ter tempo pra mim, não tenho raiva da minha mãe por ter trabalhado demais, não ter tempo, porque se meu pai tivesse aqui, minha mãe não ia trabalhar, minha mãe ia ficar o dia inteiro dentro de casa com a gente, minha mãe ia na escola, entendeu?” (Emília)

“Então, eu pensei assim, ele indo pra lá vai ser uma coisa melhor, a gente vai conseguir mais coisas, ele vai poder voltar um dia. [...] E a vida que eles levam lá não é fácil, eu creio que é muito difícil pra quem mora lá, porque se isola da família, igual ele mora sozinho, não conhece ninguém assim, conhecer conhece, mas não é família. Então eu vejo que ele tem muita vontade de vir embora, mas não pode, sabe?” (Eduardo)

Quando nas entrevistas procurou-se explorar as relações entre os adolescentes e a figura parental que não emigrou, encontramos um misto de sentimentos e depoimentos. Emília, cujo pai está emigrado, fala de sua mãe como uma pessoa ausente na rotina familiar e ainda da vida dos filhos, ressentindo-se disso. Conta que se sente rejeitada porque seu pai depositou toda sua confiança nela e não na mãe. Esse fato acaba por liberar, implicitamente, a sua mãe das responsabilidades, deixando essa tarefa para Emília. Assim, sua mãe volta a estudar, ficando fora de casa quase o dia todo, transmitindo os compromissos domésticos para Emília. Ela se diz “revoltada”, mas não comunica isso à mãe. *“Pra você vê, minha mãe tá pondo tanta confiança ni mim, nossa, que dá vontade, nossa, de explodir. [...]. Minha mãe acha que tá tudo bem, que eu e meus irmãos não tá com problema, mas é lógico que não tá com problema, ninguém fala nada pra ela, só pra mim.”*

Já Emerson refere-se ao seu pai que ficou no Brasil como uma pessoa muito boa, especial, *“na qual você pode contar com a ajuda dele a qualquer hora”*. Esse depoimento assemelha-se ao de Eliane e ao de Eduardo, que também se refere à mãe como uma pessoa

especial, “*minha mãe colocou confiança em mim, [...] ela me ensinou a amadurecer mais rápido.*”

Emília, durante a entrevista, demonstra ter construído uma idealização da presença do pai ausente. Esta parece influenciar nas relações familiares, bem como no seu comportamento e/ou atitudes. Como seria se o pai estivesse aqui? Será que ele teria todas as atitudes que ela imagina para o pai? Observa-se que ela constrói essa idealização quando vai apontando o que o pai permitiria ou não que ela fizesse se estivesse presente.

“Muita coisa que a gente faz por meu pai tá lá, que se ele tivesse aqui a gente num faria [...] Por um lado acho bom, por outro eu acho muito ruim. Bom, pelo lado bom que eu acho é o seguinte, se meu pai não tivesse aqui, se meu pai tivesse, se meu pai não tivesse. Igual meu pai não tá aqui, eu posso ir ni show, eu posso conhecer pessoas, conhecer aquele estilo de vida, eu posso sair, ter vários amigos, ter com quem contar, dormir na casa das meninas, entendeu? Conhecer pessoas novas, conhecer coisas da vida, entendeu? É, igual ir no centro, saber andar de ônibus, isso tudo, é viajar sozinha. Tudo isso eu faço porque meu pai num tá aqui. Se meu pai tivesse aqui, eu não ia conhecer pessoas, num ia ter amigos, eu num ia saber andar de ônibus, se meu pai e minha mãe tivesse aqui, morasse comigo, no outro dia se meu pai morresse e minha mãe, eu não ia saber quê que eu ia fazer, eu não ia saber sair, não ia saber pagar conta, não ia saber administrar a casa, não ia saber fazer nada disso, entendeu? Se ele tivesse aqui, eu tava fazendo aula de inglês, informática, balé, teatro, tudo de uma vez só. [...] Porque se meu pai tivesse aqui, minha mãe não ia trabalhar, minha mãe ia ficar o dia inteiro dentro de casa com a gente, minha mãe ia na escola, entendeu? [...] Se meu pai tivesse aqui isso não ia acontecer. [...] Faculdade, minha faculdade pra você ter uma idéia, é meu pai que quer escolher [...] Eu queria olha, oh acabar minha faculdade, namorar, casar depois que eu tiver um emprego fixo, tiver ganhando o meu dinheiro, casar e pronto. E continuar morando em Ipatinga, mas num é, mas no fundo eu sei que isso não vai acontecer, entendeu? Eu sinto uma coisa ruim, porque eu sei que meu pai não vai querer morar aqui, eu sei que meu pai não vai deixar eu fazer o que eu quero, entendeu? Mas o que vai ser bom pra mim é fazer o que eu quero, mas ele não pensa assim...” (Emília)

Já para Eliane aconteceu o contrário, a emigração de sua mãe foi desconstruindo uma imagem que tinha dela e desenvolvendo sentimentos de raiva, rancor e mágoa.

“A gente conversava bastante, eu me abria bastante com ela. [...] Aí depois que ela foi embora, aconteceu muita coisa. [...] Minha mãe não é flor que se cheire, ela é

muito nervosa, entendeu? Ela é minha mãe, mas eu sei, ela é muito traíra, quanto você menos espera[...]. Porque agora eu vejo, entendeu, eu fui crescendo e ela foi mostrando as garras comigo mesma.”

Emerson, ao mesmo tempo em que relata sentir falta de sua mãe, refere-se durante toda a entrevista à sua ausência quando ela não havia ainda emigrado.

“Minha mãe é uma pessoa muito boa, mas quando eu era pequeno, ela não fazia quase nada pra mim, só meu pai fazia. Quase nada, aí quando eu perguntava pra ela fazer alguma coisa pra mim, ela dizia: ‘pede pro seu pai fazer’ aí ela subia, ia pro quarto dormir. Só falava isso. Aí ela foi para os Estados Unidos e está lá trabalhando, se esforçando muito pra vir pra cá e eu estou querendo reencontrar ela, porque sem uma mãe dentro de casa não é muito bom, porque a mãe tem carinho por você.”

Relacionando a emigração com o seu objetivo manifesto de melhoria de qualidade de vida para os que ficaram no país, não se observa em relação ao lazer diferença significativa em termos de qualidade³¹ e/ou quantidade. Ao contrário, percebe-se uma diminuição do lazer e quando esse acontece, observa-se a manutenção, em termos de qualidade, das mesmas atividades realizadas pela família anteriormente à emigração.

“Antes da minha mãe viajar, a minha mãe sempre foi muito espalhafatosa, né, ia no shopping às vezes gastava um mundaréu de dinheiro sem poder, né, a gente ia na cachoeira, Parque Ipanema, assim era basicamente isso. Compra, às vezes, o nosso lazer era mais ir no shopping fazer compra, fazia compra na Consul, porque meu pai trabalhava na Copasa e ganhava muito bem.[...] Não hoje até que a gente tem, falar a verdade, eu não sei quantos anos tem que eu não vou numa piscina ou cachoeira, mas a gente tem, meu pai leva a gente no shopping, a gente vai na churrascaria, aí vai junta todo mundo, vai minhas tias, todo mundo.” (Eliane)

“Era muito bom porque toda a família reunia pra ir em algum lugar e todo mundo gostava dela [mãe], ela fazia tudo que... Hoje, meu lazer é em casa mesmo porque eu não posso sair de casa, não posso ficar na rua, porque na rua passa muito carro e eu posso ser atropelado e causar uma coisa comigo. Aí meu lazer é dentro de casa, ficar um pouco no computador e jogar um pouco de videogame. Nos finais de

³¹ Entende-se aqui como melhoria na qualidade do lazer aquelas atividades recreativo-culturais que exigem, por parte da família, uma despesa maior, ou seja, têm um custo mais elevado como, por exemplo: trocar um passeio na praça por assistir a uma peça teatral; um lanche na esquina por um jantar no restaurante, uma viagem para lugares mais distantes, dentre outros.

semana a gente vai pro shopping, a gente vai em algum restaurante, olhar algumas roupas pra mim, pra minha irmã e pra ele [pai] e a gente fica muito feliz com isso.”
(Emerson)

“Pra você ter uma idéia quando meu pai tava aqui, todo final de semana a gente saía para uma pizzaria, minha mãe não leva a gente pra lugar nenhum, o máximo que minha mãe leva a gente é numa lanchonete, uma vez no mês. Nó, muito raro minha mãe fazer isso, a gente num é mais aquela família unida, entendeu?”
(Emília)

Associando lazer com consumo, não foram observadas, através dos depoimentos dos adolescentes, diferenças expressivas que denotassem melhoria no padrão social, caracterizado principalmente pela aquisição e o acúmulo de bens duráveis ou não. Dessa forma, pode-se interpretar que o dinheiro enviado à família, na maioria das vezes, não é suficiente para que se tenha ou mantenha esses “investimentos” que, conseqüentemente, justificariam a ascensão social tão almejada.

Emerson relata que a mãe *“manda dinheiro de ano em ano e que esse dinheiro ajudou na construção da casa. Além disso, minha mãe manda brinquedo, mochila para ir para escola, e manda dinheiro para fazer algumas despesas lá de casa.”* Observa-se aqui, que as mudanças ocorridas em termos de aquisição de bens não são expressivas para caracterizar uma melhoria no padrão de vida, como se esperava que fosse acontecer em função da emigração.

“Eu achei que meu pai ia chegar lá, passar uma semana eu ia ter um carro na garagem, um carro lindo, tal, minha casa ia ficar pronta, ia ficar linda minha casa, mas tem cinco anos, e minha casa só [...]? Melhorou muito, eu acho. Mas não melhorou igual eu queria, tipo assim, a hora que eu quisesse, quisesse viajar pra esses lugar eu podia, que isso, que aquilo, aí não, num melhorou não, continua a mesma coisa, só piorou...”(Emília)

Apesar de não haver aumento na quantidade de bens, isso não garante que os jovens não tenham o desejo e a necessidade de consumir. Essa afirmação ratifica-se, de certa forma, através do relato de Emília: *“Continua a mesma bosta”*. Nele pode-se perceber a frustração por não ter o que imaginava que teria com os dólares oriundos da emigração de seu pai. Assim, o desejo de consumir aparece subjacente ao sentimento de frustração. Essa questão vai

ao encontro das idéias de Costa (2004), quando ele refere-se ao consumismo do adolescente, isto é, sua necessidade de comprar e/ou adquirir objetos.

Retomando o pensamento de Castro (1998), sobre o ter determinando o ser, isto é, a lógica consumista definindo o sujeito, deduz-se ainda que essa frustração poderia estar atrelada à decepção dos adolescentes por não terem mudado o seu padrão social através do consumo e, por conseguinte, não terem alcançado uma visibilidade que lhes permitisse um *status* mais elevado.

Ainda em relação ao consumo, Eliane afirma que *“a minha mãe mandava um mês, dois meses ela não manda. [...] Sempre mil e duzentos. Aí ela fala que manda mil pra despesa e duzentos pro meu pai dá cem pra mim e cem pra minha irmã pra gente comprar umas besteirinhas, perfume essas coisas assim.”*

Esse relato nos levar a questionar: poderiam os pais emigrados compensar a sua ausência dando presentes aos filhos? Dessa forma, então, o consumo apareceria como uma estratégia para amenizar as perdas inerentes à emigração? Poderíamos responder positivamente às indagações acima, corroborando a afirmação de Assis (1999, p.160): *“com relação aos filhos que estão no Brasil, aos cuidados dos avós, a vontade de se fazer presente e de compensar a ausência faz com que os pais mandem inúmeros presentes e procurem agradar os filhos com festas e passeios.”*

Quando o tema da entrevista refere-se à escola e futuro, observa-se que não houve mudança de escola pública e/ou particular por parte dos jovens, a partir da ausência dos pais pela emigração, ou seja, os que estudavam em escola pública assim o continuaram e os de escola particular, também. Essa situação contradiz a associação da emigração com a melhoria de qualidade de vida, se estabelecermos aqui a relação de que quem estuda em escola particular é quem tem condição de renda melhor; idéia que se mantém no imaginário social. Pelo que ficou demonstrado nas entrevistas, a escolha em se manter em escola privada e/ou pública passa prioritariamente por uma opção pessoal dos adolescentes e não por condição de renda, pelo menos a princípio.

“Eu num estudo em escola particular porque eu num quero, porque eu num quero perder o PROUNI. [...] Se eu quisesse eu iria, mas eu acho que minha mãe num tem condição de colocar os três, mas eu tipo assim agora que eu to no primeiro, segundo, vou fazer o segundo grau, minha mãe tem, meu pai tem condição de pagar uma escola particular, mas só que eu não quero perder o PROUNI é uma opção, é uma coisa que eu optei por isso, se eu quisesse eu tava na particular sim, entendeu? [...] Ó, eu quero acabar o terceiro ano, fazer uma faculdade, mas só que eu tô

pensando seriamente, porque meu pai não quer deixar eu fazer a faculdade que eu quero...” (Emília)

Entretanto, essas escolhas pessoais devem ser balizadas por outras questões, como por exemplo: perda de amigos e do universo no qual o adolescente está inserido. Dessa forma, apesar de no discurso manifesto estar presente somente a determinação pessoal, acredita-se que esta seja influenciada por estes outros fatores.

“No meio da sétima série, na oitava série eu comecei a ficar meio violenta, [...] aí no final o ano que eu vi que se eu não estudasse eu ia tomar bomba. Faltando quinze dias eu resolvi estudar e dei um show em todas as matérias. [...] Consegui passar, aí no primeiro ano eu peguei firme, segundo ano também, agora no terceiro ano também, porque vai passando o tempo, foi passando o tempo eu fui amadurecendo. Eu comecei a ver que se eu tomasse bomba, se eu não estudasse ia ser pior pra mim, porque eu vou precisar disso. Meu pai já tem a profissão dele, a minha mãe já tem a profissão dela, minhas tias, eu que preciso estudar pra ter a minha, pra me ter a minha independência, entendeu? Ó, eu to namorando já tem três anos, eu pretendo casar com meu namorado, a gente tem planos, tô fazendo até enxoval e tudo, Oh meu Deus! Mas eu quero estudar, quero formar, ter o meu emprego, é... vô fazer a prova do ENEM, já fiz inscrição pro vestibular da UFMG.” (Eliane)

Independente da escola que estão freqüentando, os adolescentes demonstram preocupação em melhorar o desempenho acadêmico e dar continuidade aos estudos, associando-o a uma maior possibilidade de emprego e, conseqüentemente, a uma perspectiva de vida melhor. Dessa forma, para eles o futuro promissor passa necessariamente por uma maior escolaridade e não, a princípio, pela emigração. Essas observações contradizem, de certa forma, a pesquisa de Alves³² (2005), segundo a qual os jovens ipatinguenses interiorizaram no seu discurso a cultura da emigração como um meio facilitador de realização de um sonho. O que se pode inferir é que talvez a emigração apareça como outra possibilidade de sucesso financeiro, caso a realização profissional não seja conseguida através da escolaridade, isto é, por meio de um curso universitário.

“Sem estudar a gente não é nada e com estudo a gente forma em alguma coisa e com isso a formação pode gerar a nossa vida e a facilidade é muito pouca, porque

³² Para maiores detalhamentos ver a pesquisa de Alves (2005).

essa escola que eu estudo é muito difícil e tem que estudar muito pra passar e se não estudar muito não passa, toma bomba.” (Emerson)

“Então assim, eu sempre dou valor aos meus estudos, porque eu quero muito realizar o meu sonho. Então assim, eu tenho que lutar pra isso, então eu tenho consciência de que o estudo é muito importante, então eu sempre procuro ir bem. Igual eu te falei que eu nunca peguei recuperação sendo que o estudo aqui é mais puxado.[...] Só que hoje eu tenho outros planos que é, igual, estudar, passar na Federal, ir pra faculdade, mudar de cidade.” (Eduardo)

Uma situação observada nas entrevistas e que não foi um tema de investigação, *a priori*, foi o da maturidade. Todos os entrevistados relatam amadurecimento após a emigração de seus pais, independentemente se foi a mãe ou o pai que emigrou. Todos concordam que a ausência de uma figura parental provoca, conseqüentemente, uma responsabilidade e compromisso maior para com sua vida pessoal e também familiar.

Eliane afirma que *“hoje eu não me considero mais uma adolescente, eu me considero uma adulta por tudo que eu já passei [...] Ganhei muita responsabilidade que eu acho que foi muito bom pra mim”*. Já segundo Eduardo, *“aquela saída do meu pai pode ter sido... sabe? Ter aberto a minha mente, alguma coisa assim [...] amadurecimento que ocasionou a saída do meu pai”*. E Emília relata que

“eu, meu pai, sei lá, eu me sinto na responsabilidade de ser mais forte lá de casa, entendeu? Passa por problema, tudo é eu, eu me sinto na responsabilidade que meu pai deixou pra mim, de ser, de ajudar minha mãe, tal. Por mais que quem esteje precisando lá é eu, eu tenho que, sei lá.”

Percebe-se nos depoimentos uma preocupação crescente com a harmonia e os sentimentos de todos os que fazem parte do ambiente familiar. Essa maturidade e responsabilidade são traduzidas em comportamentos e atitudes na rotina diária, como por exemplo, compromisso com o estudo, regras, limites da casa e apoio aos familiares no que tange à organização da casa.

Entretanto, observa-se que nas adolescentes essa maturidade passa também pela responsabilidade com a execução das tarefas domésticas, que a princípio estão associadas ao universo feminino, ou seja, cuidar da casa, dos irmãos, dentre outras coisas, o que não se observa necessariamente nas entrevistas com os jovens do sexo masculino. Dessa forma,

interpreta-se que as meninas são reforçadas no papel tradicional de gênero. Emília deixa isso claro, por exemplo, ao dizer que

“o importante pra minha mãe, é ela chegar, se alguém chegar e a casa tiver bagunçada, minha mãe me mata, e toda hora chega alguém lá em casa, então a casa tem que tá arrumada toda hora. Aí eu vou fazendo aos poucos, minha casa é muito grande, [...] minha mãe acha que é eu que tenho que fazer o serviço de casa, elas reclamam de tão grande que é a casa. As meninas, as minhas colegas, às vezes vão lá pra casa e danam a varrer minha casa, elas tão cansadas e elas falam pra minha mãe. Minha mãe briga com elas: num fala isso perto da Emília não, senão ela vai cansar e eu vou ter que pagar faxineira, tal. E eu, minha, minha mãe acha que eu tenho que fazer tudo lá em casa, tudo é eu. [...] eu só num lavo roupa lá em casa, o resto é tudo eu, reunião, bilhete dos menino, tudo eu.[...]”

Esse fato remete-nos a Vaitsman (1994), quando afirma que, apesar do modelo de família que se apresenta na atualidade ser considerado pós-moderno, ele ainda abarca a lógica patriarcal, apoiada numa hierarquia entre os sexos. No caso dos meninos, não havia uma determinação de quem realizaria as tarefas da casa; essas eram feitas por diversas pessoas, independentemente do seu sexo. Logo, eles não demonstravam sentir-se responsáveis pelos cuidados domésticos.

“Ah, com essas mudanças meu pai tinha que fazer tudo pra sustentar nós e ele ficava muito cansado de fazer isso quase todos os dias para levar minha irmã e eu pra escola e tinha que buscar os dois e quase no mesmo horário. Ele não agüentava fazer muito isso e ele cansou de fazer isso. Aí um primo dele chegou em casa pra morar com nós e isso ajudou muito a ele. Com isso ele num precisou mais fazer almoço, fazer esses negócios de alimentação pra nós e a pessoa que chegou lá em casa, ele que faz tudo, almoço e essas coisas de alimentação.” (Emerson)

Quando questionados sobre a rotina após a ausência de um dos pais, todos se referem a um “cuidador”. Para Emília, quem está nesse lugar é sua avó materna, que é interpretada como representante da mãe. *“É minha vó, minha vó agora tá passando mal, a minha vó não tá fazendo o papel de mãe igual ela fazia antes no começo, entendeu? [...] Aí minha avó ficava lá em casa o dia inteiro, minha vó fazia almoço, lavava roupa, negócio de escola, tudo era minha vó, e a minha mãe na faculdade o dia inteiro.”*

Já para Emerson, no início o papel do cuidador era desempenhado pelos avós paternos para, posteriormente, ser assumido por um primo que passou a morar com a família. *“Eles*

[avós] contribuíram muito, eles apoiaram a nós [...] Aí chegou um primo do meu pai em casa para morar com nós e isso ajudou muito a ele, meu pai”. Os avós maternos também ocupavam o lugar de cuidadores para Eduardo, uma vez que a família se mudou para a casa deles. Entretanto, Eduardo ressalta que *“a única presença masculina mais velha que eu era meu avô e ele poderia estar substituindo o papel de pai, só que isso não aconteceu. Então, às vezes, eu converso com minha avó, mas é uma coisa diferente, porque a minha avó e avô são pais da minha mãe.”*

Para Eliane os cuidadores foram as tias, irmãs do pai. No início, *“quando meu pai tava trabalhando, ficava eu e minha irmã de manhã, aí a gente almoçava na casa da minha tia.”* Posteriormente, o pai contratou uma funcionária, que *“Cuidava da gente como se fosse filha dela, [...] quando a gente adoecia, ela ficava doidinha.”*

Observa-se, pelos depoimentos dos entrevistados, que os cuidadores eram, em sua maioria, parentes, sempre ligados à figura parental que não emigrou. Percebe-se, ainda, que os cuidadores tinham um “lugar” conferido a eles pelos adolescentes, como por exemplo, no depoimento de Emília: *“a minha vó tá fazendo o papel de mãe”*. Parece-me que esse “lugar” ofertado pelos jovens aos cuidadores vem preencher um espaço vazio que ficou na dinâmica familiar, com a ausência de uma figura parental. Esse espaço vazio não necessariamente foi o pai ou mãe emigrado que deixou, e sim, algum membro familiar que não exerceu seu papel.

Enfim, condizente aos depoimentos abaixo, percebe-se que a emigração dos pais deixou “marcas”, que produziram um sentido de abandono, tristeza e desestruturação. Esses vão ao encontro dos sentimentos relatados anteriormente quando da emigração das figuras parentais.

“Eu sinto é triste por ele ta lá.” (Emília)

“Não valeu a pena. [...] Desestruturou a minha família toda, a gente passou muita necessidade sem precisar.” (Eliane)

“A emigração da minha mãe que foi ruim para minha vida e para vida da minha irmã também.” (Emerson)

Finalizando, acredito que a fala de Eduardo, abaixo transcrita, resume o sentido dado por todos os adolescentes entrevistados, à emigração das figuras parentais.

“Eu acho que mesmo que os pais estejam juntos, pai e mãe que vão morar fora acabam atrapalhando no desenvolvimento da pessoa, sabe? Afetando, porque quando um integrante da sua família que você convive com ele todos os dias sai da

sua família e vai morar fora, isso acaba tirando uma parte que está dentro de você.”

Ao concluir essa análise percebe-se que, apesar das pessoas buscarem na emigração uma vida financeiramente recompensadora para si e sua família, as implicações disso no contexto familiar são, de um modo geral, negativas. Dessa forma, pode-se considerar a emigração como uma via de mão dupla: se por um lado tem-se algum retorno financeiro para a família, por outro provoca-se um dano nas relações familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emigração é um fenômeno social, baseado atualmente nas mudanças provocadas pela globalização e pelo processo de reestruturação da produção, o que implica em novas modalidades de mobilidade do capital e da população, em diferentes partes do mundo.

Acontecimentos como os de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, manifestações recentes na França e, ultimamente, a deportação de brasileiros que tentavam desembarcar na Espanha, nos fazem refletir sobre as dimensões desse fenômeno social. Entretanto, a maioria dos pesquisadores do assunto ressalta basicamente questões como xenofobia e racismo, além de outras relativas ao emigrante no país de destino, desconsiderando, pelo menos *a priori*, as implicações relacionais, afetivas que a emigração gera para o restante das famílias que ficam nos países de origem.

No entanto, devemos lembrar que as migrações são causa e efeito de várias formas de conflito e que elas não são um fenômeno isolado. Para diversos autores, esse movimento populacional deveria ser positivo, pois age como fator de estímulo ao aumentar a absorção de informações a respeito dos padrões de vida e das chances de emprego existentes nos países industrializados. Contudo, ele tem um efeito perverso, porque os países desenvolvidos não recrutam necessariamente pessoas para desenvolver fluxo de capitais e/ou mercadorias, e sim, para exercer trabalhos domésticos, prostituição, serviços pesados, dentre outros. Essa instabilidade é que tem provocado conflitos de toda ordem ao redor do mundo.

Paralelo a essa questão, estamos vivenciando um momento de transição no que se refere à família. Modelos anteriormente ancorados em papéis bem definidos não se sustentam mais. “A família deixou de ser uma sólida instituição para se transformar num agrupamento circunstancial e precário, regido pela lei menos confiável entre os humanos: a lei dos afetos e dos impulsos sexuais.” (KEHL, 2003, p. 165).

Essa situação, segundo Kehl (2003), provocou uma sensação de desamparo, pois perdemos um modelo, uma referência. Dessa forma, passamos a idealizar o modelo de família nuclear tradicional como um “porto seguro”, um lugar de abrigo frente a esse desamparo. Parece-me que, ao procurarmos um modelo que nos dê referência, estaremos saindo da instabilidade que a ausência do mesmo provoca. Interessante pensar que essa situação não deixa de ser um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que abandonamos um padrão, não damos conta, a princípio, de convivermos com a falta que ele nos faz.

Os brasileiros, ao emigrarem, estão buscando melhores condições de vida, entendida aqui como melhores condições de renda e, conseqüentemente, de padrão social para a sua família. Porém, essa mudança provoca uma fissura no modelo familiar nuclear, que fragilmente ainda se sustentava. Essa abertura traz à tona os conflitos latentes no ambiente familiar, principalmente os conjugais, demonstrando a insatisfação com os lugares impostos, ou pelo menos vividos, no âmbito da família.

Dessa forma, a emigração contribui para o desvelamento dos conflitos entre os cônjuges, gerando conseqüentemente uma discussão sobre os papéis de gênero imbricados na família. Apesar de as famílias serem constituídas a partir de origens diversas, o conflito que se manifesta refere-se geralmente ao lugar que a mulher/ esposa ocupa no ambiente familiar. Tanto a emigração feminina quanto a masculina provoca possibilidades de resolução desse conflito, uma vez que a ausência de um dos cônjuges, isto é, a distância, o afastamento, independente do lugar onde esteja (emigrado ou não), promove a ressignificação do seu papel e a busca de novos espaços, que originem novas identidades de gênero, congruentes com os desejos de cada um.

Assim, a emigração concebida inicialmente como um projeto familiar, com o intuito de garantir melhores condições de vida àquela família, fortalecendo os laços afetivos, contraditoriamente, desencadeia uma ruptura, desestabilizando manifestamente as relações afetivas entre seus membros. Dentre elas, tem-se a dos filhos adolescentes, que acabam tornando-se alvo de uma confusão de sentimentos que interferem na sua forma de ver a família e conceber um futuro.

Aliada a essas discussões, vivemos um momento no qual o culto ao novo, o consumismo e a ruptura com estruturas antigas tornaram-se marcas da pós-modernidade. Estamos em uma época em que características como a aceleração do tempo, a instantaneidade e a descartabilidade fazem parte da cultura, da contemporaneidade.

Para acompanhar esse movimento exige-se que o sujeito seja descentrado, flexível, desenraizado, como um sujeito “errante”, conforme Justo (2005). O período da adolescência coincide com essas marcas apontadas pela atualidade. Assim, o adolescente passa a ser apreciado nesse contexto social.

E é esse adolescente, valorizado pela sociedade atual, que passa a conviver com as atribuições, os “altos e baixos” provocados pela emigração de seus pais. Essas são decorrentes do sentimento de abandono, desamparo e carência por parte dos jovens, em função da ausência das figuras parentais, apesar de reconhecerem, compensatoriamente, o esforço e o comprometimento dos pais em prol da família.

Entretanto, a despeito de reconhecer o empenho dos pais, os adolescentes demonstram não validar, positivamente, essa experiência de uma maneira geral e não a assumem como postura a ser seguida por eles em termos de futuro – esse, ainda está associado a um nível maior de escolaridade –, pelo menos a princípio. Admitem sim, que a emigração proporcionou um amadurecimento, levou-os a uma visão de mundo que muitos de sua idade ainda não têm, mas que isso teve um preço e que, de certa forma, é alto demais, como nas palavras de Eliane: “*não precisava*”.

Os jovens mostraram-se ainda, frustrados em função de um baixo retorno financeiro dos pais emigrados, o que não atendeu às expectativas da família, ou seja, a emigração não proporcionou o enriquecimento fácil e rápido que esperavam. Esse sentimento somado ao consumismo do adolescente – ou seja, sua necessidade de comprar e/ou adquirir que, conforme Costa (2004) independe da viabilidade de consumir da família – provoca uma decepção ainda maior quando os jovens percebem que não atingiram a meta ambicionada, isto é, a melhoria no padrão social.

A ausência dos pais em decorrência da emigração fragilizou as relações entre pais e filhos, que anteriormente eram marcadas pelo diálogo e amizade, para agora serem caracterizadas pela falta destes. A relação com os pais que ficaram no país de origem também foi ressignificada, seja positiva ou negativamente, quer seja pela alteração na dinâmica familiar e/ou pelo amadurecimento pessoal.

A emigração provoca a criação de uma figura no âmbito familiar, a do cuidador, cuja imagem aparece nas relações do jovem como aquele que está no lugar de alguém que não está presente, aquele que substitui quem falta, seja em termos de função ou de sentimentos.

Enfim, a emigração das figuras parentais, na concepção dos adolescentes entrevistados, não deixa saldo positivo numa relação custo/benefício; ao contrário, deixa marcas profundas nas relações do jovem com seus pais. Resta saber se são possíveis e passíveis de serem resgatadas. Espera-se que sim.

Assim, acredita-se que a Psicologia enquanto ciência investigativa possa vir a proporcionar melhor apreensão desse fenômeno que se apresenta e facilitar a compreensão sobre as relações entre a adolescência e a família, no que tange à emigração.

Espera-se, portanto, que esta dissertação seja acolhida nas discussões acadêmicas sobre família e migrações, contribuindo no desenvolvimento de políticas públicas e na produção científica voltada para essas temáticas. Acredita-se ainda que este trabalho possa sustentar ações e/ou intervenções profissionais que amparem o desenvolvimento de projetos que visem à saúde pública, com o adolescente e com a família.

Dessa forma, sugere-se que novas pesquisas relacionadas a temas que abordem - por exemplo, a influência da emigração na construção de novos papéis de gênero; a relação entre filhos e pais quando do retorno destes ao país de origem; as relações familiares com o emigrado, após o retorno; dentre outras –, sejam futuramente desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980. 319p.
- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. 96p.
- ALVES, Shyrleen. C. A. **A construção de conceitos relativos ao trabalho na adolescência**. 2005. 137f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- ANDRÉ, Marli E.D. A. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa**, (49): p. 51-54, maio 1984.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia, Ciência e Profissão**, n. 22(2), p.70-77, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.196p.
- ASSIS, Gláucia. O. “ De Criciúma para Boston”: Tecendo redes familiares na migração internacional. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (org.) **Psicologia, E/Imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p.111 -133.
- ASSIS, Gláucia. O Estar aqui..., estar lá... Uma ... cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (org.) **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 125-166.
- ASSIS, Gláucia de O. “De Criciúma para o mundo” – Os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya. **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais** (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 199-230.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 225p.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa e com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 64-89.
- BAUMAN, Zygmunt. **Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 272p.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil. In: SCHWARTZ, L. **História da Vida Privada no Brasil** – contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.20-55.

BERRY, John W. Migração, Aculturação e Adaptação. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (org.) **Psicologia, E/Imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 29-45.

BESERRA, Bernadete. **Brasileiros nos Estados Unidos: Hollywood e outros sonhos**. Fortaleza/ São Paulo/Santa Cruz: Editora UFC/UNISC/HUCITEC, 2005. p.13-63.

BIASOLI- ALVES, Zélia Maria M. Crianças e adolescentes: A questão da tolerância na socialização das gerações mais novas. In: BIASOLI- ALVES, Zélia Maria M.; FISCHMANN, Roseli (org.) **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 79-95.

BLEICHMAR, Emilce D. **O feminismo espontâneo da histeria: estudo dos transtornos narcisistas da feminilidade**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1988. p.32-55.

BOCK, Ana Mercês. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999. 368p.

BOTH, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 319p.

BRUSCHINI, Cristina. In: GOLDEMBERG, Maria Amélia (org.) **Infância e violência doméstica: As fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1993. p. 49-80.

CAMPOS, Eugenio P. Suporte social e família. In: MELLO FILHO, Júlio; BURD, Miriam. (org.) **Doença e família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p.141-161.

CASEY, James. **A História da família**. São Paulo: Editora Ática, 1992. 240p.

CASTRO, Lucia R. de. **Infância e adolescência na cultura do consumo (org.)**. Rio de Janeiro: NAU, 1998. 208p.

CEVERNY, Ceneide M. de O.; BERTHOUD, Cristiana M. E. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 9-132.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003. 164p.

COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1983. 267p.

COSTA, Jurandir F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 75-88.

DEBESSE, Maurice. **A adolescência**. São Paulo: Europa-América, 1946. 110p.

DEBIAGGI, Sylvia. D. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam para o Brasil. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (org.) **Psicologia, E/Imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p.135-164.

DEBIAGGI, Sylvia D. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya. **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais** (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 175-198.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. nº.115, São Paulo, Mar. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2008.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 322p.

FAZITO, Dimitri. **A configuração dos arranjos familiares nos processos emigratórios: a força dos laços fortes para a intermediação**. Trabalho apresentado no Seminário “As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil” ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais de Belo Horizonte, 21 e 22 de novembro de 2005.

FEIJÓ, Marianne R. Família e rede social. In: CERVENY, Ceneide Maria de O. (org.) **Família e ... Narrativas. Gênero. Parentalidade. Irmãos. Filhos nos divórcios. Genealogia. História. Estrutura. Violência. Intervenção sistêmica. Rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p.233-255.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª edição – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.

FUSCO, Wilson. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: Mary Garcia Castro. (Org.). **Migrações internacionais** - contribuições para políticas. Brasília, CNPD, v. 4, p. 427-446, 2001.

GALANO, Mônica H. Família e história: a história da família. In: CERVENY, Ceneide Maria de O. (org.) **Família e ... Narrativas. Gênero. Parentalidade. Irmãos. Filhos nos divórcios. Genealogia. História. Estrutura. Violência. Intervenção sistêmica. Rede social.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p.115-147.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993. 228p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo, Editora UNESP, 1991. 177p.

HINTZ, Helena C. Espaço relacional na família atual. In: CEVERNY, Ceneide M. de. (org.) **Família em movimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 155-172.

JUSTO, José S. O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, v. 17, nº 1, p. 61-77, jan/jun 2005.

KALOUSTIAN, Sílvio M. (Org.) **Família Brasileira, a base de tudo.** – 5ª edição – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002. 183p.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. (org.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-114.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle C.; PEREIRA, Rodrigo C. **Direito de Família e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Imago, 2003. p.163-176.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A. **A construção do saber:** Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 140p.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MACEDO, Márcia dos S. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, C.; PINYO, C. R. (org.) **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2001. p. 55-83.

MACEDO, Rosa M.; KUBLIKOWSKI, Ida. Família e gênero. In: CERVENY, Ceneide M. O. **Família e.... Narrativas. Gênero. Parentalidade. Irmãos. Filhos nos divórcios. Genealogia. História. Estrutura. Violência. Intervenção sistêmica. Rede social.** (org.) São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 31-46.

MACHADO, Marília Novais da Mata. **Entrevista de pesquisa:** a interação pesquisador/entrevistado. Belo Horizonte: C/Arte, 2002. 151p.

MARGOLIS, Maxine L. Na virada do milênio: A emigração brasileira para os Estados Unidos In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEICHER, Soraya. (Org.) **Fronteiras cruzadas:** etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 51-72.

MARTES, Ana Cristina B. **Brasileiros nos Estados Unidos** – Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 204p.

MELO FILHO, Júlio de. Sexualidade e família. In: In: MELLO FILHO, Júlio; BURD, Miriam. (org.) **Doença e família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 57-74.

MINAYO, Minuchin C.S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. 80p.

MORÉ, Carmen L. O. O.; QUEIROZ, Ângela H. de. Migração, movimento e transformação: irrupção do novo nas relações familiares In: CEVERNY, Ceneide M. de (org.) **Família em movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 121-140.

OZELLA, Sérgio. Adolescência: Uma perspectiva crítica. In: KOLLER, Sílvia H. (org.) **Adolescência & Psicologia:** concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 16-24.

PAIVA, Geraldo J. **Introdução à psicologia intercultural**. São Paulo: Pioneira Editora, 1978. 79p.

PAUGAM, Serge. **Abordagem sociológica da exclusão**. São Paulo: Educ, 1999. 339p.

PINTO, Elizabeth B. A pesquisa qualitativa em psicologia clínica. **Revista de Psicologia da USP**, 15 (1/2), p. 71-80, 2004.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 250p.

QUINET, Antonio L. **Clínica da Psicose**. Salvador: Editora Fator, 1979. 82p.

ROMAGNOLI, Roberta C. **Novas formações familiares: uma leitura institucionalista**. 1996. 170p. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROMAGNOLI, Roberta C. O pensamento institucionalista e a transformação da família. In: CEVERNY, Ceneide M. de (org.) **Família em movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 97-120.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 199 p.

SALES, Teresa (org.) **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999. p. 167-192.

SAMARA, Eni de M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 89p.

SARTI, Cynthia. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, Regina; VANUCHI, Paulo. (org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 115-129.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 16, nº 2, p. 5-22, 1990.

SILVA, Evani Z. M. Família e lei. In: CERVENY, Ceneide M. O. (Org.) **Família e Comunicação. Divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadicção**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004. p. 99-120.

SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 147p.

SOARES, Weber. Emigração e (I)Mobilidade Residencial – Momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano In: REIS, Rossana R.;

SALES, Teresa. (org.) **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999. p. 167-192.

SOARES, Weber. **Da Metáfora à Substância: Redes Sociais, Redes Migratórias e Migração Nacional e Internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. 360f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOARES, Weber. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. . In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya. **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais** (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 231-262.

STENGEL, Márcia. **Tradições, contradições e transformações: a família na ótica de pais de adolescentes**. 2004. 253f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

STENGEL, Márcia. **Obsceno é falar de amor? As relações afetivas dos adolescentes**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 21p.

TURATO, Egberto R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa – construção teórico-epistemológica discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 685p.

VAITSMAM, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 203p.

VALA, Jorge. Análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto S.; PINTO, José M. (orgs.) **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986. p.101-127.

VICENTE, Rosa Maria Pereira da S. Família e Mudança In: CERVENY, Ceneide M. O. (org.) **Família e.... Comunicação. Divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogadicção**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004. p. 39-52.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamentos e métodos**. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 19-170.

APÊNDICE A– Roteiro de Entrevista

Em relação aos familiares:

- Como eram as relações familiares antes da emigração?
- Atualmente como está organizada a dinâmica familiar?
- Houve mudanças? Se sim, quais? Essas mudanças podem ser classificadas como positivas e/ou negativas? Quais os critérios para essa classificação?
- Conte como acontece o contato com os pais que estão “fora”.

Em relação aos pais que “ficaram”, ou seja, que não emigraram:

- Descreva os sentimentos
- Fale-me sobre os relacionamentos

Em relação aos cuidadores:

- Fale sobre o cuidador (escolhas, relacionamentos, administração financeira, dentre outros).
- Sabe-se que mesmo só um dos pais emigrando, cria-se uma rede de apoio (de cuidadores) que ampara a figura parental que permaneceu no país. Logo, buscar-se-á entender o funcionamento dessas redes (função, estrutura, tipo de apoio, relações).

Em relação à escola:

- Conte-me sobre sua escola. Serão explorados temas como relações sociais, aprendizagem, relação com regras/limites e perspectiva de futuro relativo à sua profissionalização.

APÊNDICE B– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nº Registro CEP: CAAE 0159.0.213.000-06

Título do Projeto: Um Estudo sobre Representação de Família para Filhos de Emigrantes em Ipatinga - MG

Prezado Senhor (a),

Este termo de consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que estudará a representação de família para filhos de emigrantes em Ipatinga – MG. Você foi selecionado porque faz parte desse contexto, ou seja, tem emigrantes em sua família. Sua indicação veio através de outras famílias de emigrantes e sua participação não é obrigatória. O objetivo do projeto é compreender o que é família para os filhos de emigrantes, cujos pais estejam ausentes em função da emigração.

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em responder uma entrevista gravada, sobre a emigração de seus pais e as implicações desta na sua vida. Espera-se que, como resultado deste estudo, você possa contribuir para construir um conhecimento teórico-conceitual que dê suporte à compreensão dessa realidade que se apresenta, ou seja, a emigração e sua interface com a família.

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo.

Efeitos indesejáveis são possíveis de ocorrer em qualquer estudo de pesquisa, apesar de todos os cuidados possíveis, e podem acontecer sem que a culpa seja sua ou dos pesquisadores. Se você sofrer efeitos indesejáveis como resultado direto da sua participação neste estudo, a necessária assistência médica e/ou psicológica será providenciada. A assistência médica será

oferecida por profissionais da área de saúde, no Ambulatório de Práticas em Saúde, do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, UNILESTE – MG, instituição na qual exerce atividades relacionadas à docência. A assistência psicológica será oferecida por psicólogos, na clínica do Núcleo de Atividades Práticas em Psicologia, que também pertence à instituição citada acima. Será também oferecida assistência psicológica em meu consultório particular. Você não terá nenhum gasto com as assistências profissionais acima citadas.

A sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa.

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento, sem penalidades.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pelo Prof. Heloísio de Resende Leite, que poderá ser contatado, em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

A pesquisadora responsável pelo estudo poderá fornecer qualquer esclarecimento sobre o mesmo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Nome do Pesquisador: Stela Maris Bretas Souza

Endereço: Rua Caramuru, 255 – Bairro Iguaçu – Ipatinga – MG

Telefone: 0(xx) 31-3824-2580

Email: smbretas@uol.com.br

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste

estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Nome do representante legal (em letra de forma)

Assinatura do representante legal

Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Nome (em letra de forma) e Assinatura da pesquisadora

Data

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)